


N.º

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL
SECRETARIA-GERAL

O presente Livro, cujas fôlhas estão seguidamente numeradas e rubricadas por mim, destina-se ao registro das Atas de reuniões do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e das Atas de consultas aos Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e teve início a 19 de julho de 1968, data do encerramento do Livro anterior.

Brasília, em 19 de julho de 1968


Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

I N D I C E

<u>M E M B R O S</u>	<u>P Á G I N A</u>
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	11
SECRETÁRIO-GERAL	11
VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA	12
CHEFE DO GABINETE CIVIL	13
MINISTRO DA MARINHA	14
MINISTRO DO EXÉRCITO	17
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	18
MINISTRO DA JUSTIÇA	23
MINISTRO DA FAZENDA	26
MINISTRO DOS TRANSPORTES	26
MINISTRO DA AGRICULTURA	27
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA	29
MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL	30
MINISTRO DA AERONÁUTICA	32
MINISTRO DA SAÚDE	33
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA	34
MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	37
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	39
MINISTRO DO INTERIOR	42
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES	44

SECRETO

M E M B R O S

P Á G I N A

CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES	45
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS	48
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA	57
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO	57
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA	60

SECRETO

SECRET

- 1 -

N.º

for. J. J. J.

ATA DA QUADRAGESIMA PRIMEIRA SESSÃO
DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

*11 JUL
1948*

Aos onze dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e sessenta e oito, às dez horas, na cidade do RIO DE JANEIRO - Estado da GUANABARA, realizou-se a quadragésima primeira sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República, e com a presença dos seguintes membros: Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República, General-de-Brigada JAYME PORTELLA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL; Deputado RONDON PACHECO, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Doutor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA, Ministro da Justiça, Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD, Ministro da Marinha, General-de-Exército AURELIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército, Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores, Doutor ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda, Coronel MARIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes, Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura, Deputado TARSO DE MORAES DUTRA, Ministro da Educação e Cultura, Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro do Trabalho e Previdência Social, Marechal-do-Ar MÂRCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica, Doutor LEONEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde, Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia, General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e Comércio, Doutor HÉLIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior, Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações, General-de-Divisão EMÍLIO GARRASTAZU MEDICI, Chefe do Serviço Nacional de Informações, General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Almirante-de-Esquadra JOSÉ MOREIRA MAIA, Chefe do Estado-Maior da Armada, General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

.....
PRESIDENTE: - O CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, foi convocado na forma do artigo quarenta e dois do Decreto-lei número trezentos e quarenta e oito para cumprir a sua missão prevista no artigo noventa da CONSTITUIÇÃO DO BRASIL de "assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da Segurança Nacional". Nesta

SECRET

SECRETETO

- 2 -

reunião será feita, então, a apreciação da atual conjuntura nacional, sob o aspecto de Segurança, pela análise dos principais acontecimentos, através da apreciação de cada um dos membros do conselho, considerada a função específica de cada um. Inicialmente será dada a palavra ao Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que acumula essa função com a de Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. Com a palavra o Secretário-Geral que fará uma apreciação sucinta sobre a problemática da segurança interna.....

SECRETARIO-GERAL: - Senhor Presidente, Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Apreciação da situação nacional, quanto aos aspectos da segurança interna. A situação nacional vem sendo tumultuada por fatos de importância crescente que representam desrespeito à autoridade constituída e aos postulados da vida democrática. A associação das manifestações de massa com os recentes atos de terrorismo e sabotagem, repetidos em escala e vulto cada vez maiores, particularmente no RIO e em S. PAULO, caracterizam atentados flagrantes e violentos à ordem pública e ao regime. Tal estado de coisas vem produzindo gradativa sensação de insegurança à população, e, está gerando um sentimento de apreensão no seio das Forças Armadas, que vêm, claramente, em tudo isso, o início da contra-revolução. Não parece haver mais dúvidas que as RECOMENDAÇÕES DE HAVANA (OLAS e outros Congressos), ultrapassado o período preparatório, encontram-se em fase de plena concretização (não só no BRASIL como na AMERICA LATINA), colocando na vanguarda, com vistas à tomada do poder, a classe estudantil, não só universitária como também secundarista. Engrossam e respaldam essa vanguarda estudantil, os extremistas de esquerda de todos os matizes os descontentes, os "inocentes úteis", os expurgados pela Revolução e, possivelmente, os grupos econômicos nacionais ou estrangeiros, prejudicados pela política do Governo. Orientam essas ações elementos especializados com preparo técnico e tático no exterior para o tipo de ação em curso, denominada "GUERRILHA URBANA". SITUAÇÃO: No campo psicossocial. Área estudantil. A massa estudantil está sendo utilizada como vanguarda do processo geral de subversão, despontando assim, como grave e atual, o problema estudantil. Complexo, é ele influenciado por variadas componentes que não sendo o caso de estudá-las aqui, passaremos a citar: - filosófica; - religiosa; - de estilo de vida; - de influência internacional; - de fase etária; - estrutural; - política; - de luta pelo poder; - de falha das elites. Os órgãos de informações analisando o problema, caracterizaram a existência de: Uma filosofia revolucionária marxista bem definida, como se vê pelas diretrizes da "AÇÃO POPULAR" (AP), a qual "pretende radicalizar o movimento estudantil, para demonstrar a possibilidade de avanço das organizações estudantis, como órgãos de pressão e agitação política. Um plano de luta perfeitamente estabelecido pelo "Seminário Nacional sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro" abrangendo idéias - força que geram "slogans" e temas de combate como: denúncia do acôrdo MEC-USAID; luta pela reforma universitária; luta pela gratuidade do ensino; combate ao militarismo e ao Poder Militar, particularmente o Exército; criação de grupos de autodefesa. Sinto

SECRETETO

mãticamente, esse plano termina com estas palavras: "A UNE assume o compromisso de lutar pela libertação do país, incorporando-se às fileiras do povo brasileiro, fazendo sua a perspectiva das classes trabalhadoras". Uma organização dirigente e de enquadramento de massas que compreende: Orgãos de cúpula - UNE e AP, essencialmente; Orgãos de execução e enquadramento (DAS e DCEs) - entidades legais sob controle de elementos da UNE; - entidades ilegais encobertas por entidades legais de fachada. Motivação: Utilização de reivindicações justas e sensíveis à opinião em geral (Reforma do ensino, liberação de verbas, etc.) e de pretextos subversivos (Restaurante do Calabouço, anistia, abolição da censura, etc.) associados a atos de violência (ocupação de faculdades, prisão de professores, depredação, reação à presença da autoridade pública, etc.). Fatôres que dificultam a ação subversiva: Existência de núcleos de resistência democrática dentro das Universidades e Faculdades, que vêm se opondo às lideranças esquerdistas (MUDES - Grupos e Diretórios Acadêmicos); Operação RONDON; Operação Nordeste (miniatura da Operação RONDON no âmbito da SUDENE); memorial de Presidentes de Diretórios Acadêmicos Democráticos, já com mais de cento e cinquenta assinaturas, procurando empolgar a bandeira das reformas do ensino no BRASIL; Grupo de Trabalho nomeado pelo Governo para executar a reforma universitária. Fatôres que favorecem a ação subversiva: Deficiência estrutural do MEC; estrutura arcaica do ensino brasileiro; demasiada autonomia administrativa e disciplinar das Universidades em relação ao MEC e das Faculdades em relação às Universidades; falta de autoridade ou conivência de Reitores, Diretores e Professores; ausência de apoio às lideranças estudantis democráticas; falta de repressão às lideranças estudantis extremistas; ausência de orientação moral e cívica da juventude; facilidade em meios de divulgação e cobertura da Imprensa, aos líderes esquerdistas; despreparo das Polícias Civis e Militares para enfrentarem ações de Guerra Revolucionária embora essa seja uma das missões que lhes estão afetadas. Fatos mais recentes que caracterizam a ação subversiva: Após a realização das últimas passeatas e o recebimento pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República de uma comissão que se dizia representante dos estudantes da GUANABARA, o Governo verificou que aquelas manifestações haviam perdido caráter estudantil assumindo feições de subversão. Expediu, em consequência, através o Ministério da Justiça, a 5 de julho, comunicado oficial, proibindo a realização de passeatas, a qualquer título. As preocupações do Governo, quanto à infiltração extremista e subversiva no meio estudantil, ficaram claramente confirmadas pelas declarações dos líderes esquerdistas em relação àquele comunicado oficial: " - Não escolhemos a forma de manifestação: é pacífica se o Governo dá permissão, é violenta se as autoridades tentam reprimi-la". Como consequência disso tudo, as lideranças extremistas estudantis vêm se firmando dia a dia, sendo que, progressivamente, aumenta o número de jovens que as aceitam, agora, também, apoiadas por grande parcela da opinião pública. A rea sindical. A massa sindical nacional, em parte sem comando, por insuficiência de liderança democrática, está sendo alvo de disputa pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e por outros grupos esquerdistas (Ação Popular - (AP), Partido Comu

nista do Brasil (PC do B), Partido Operário Revolucionário (POR), etc.) todos de acôrdo com a orientação sino-cubana. Incrível como pareça, o PCB, por sua Comissão Sindical Nacional, tem buscado impedir que êsses grupos minoritários consigam empolgar o operariado e assumir a direção de suas ações, para conduzi-lo à luta armada. Naturalmente essa atitude tem em mira a concretização de seu objetivo que é organizar uma FRENTE UNICA, sob sua hegemonia, para tentar a tomada do poder. O operariado vem sendo intensamente trabalhado para apoiar o movimento estudantil. Até o momento, tem sido contido pelo Ministério do Trabalho em geral e pelo Ministério dos Transportes, em suas áreas específicas; no entanto, a alta inevitável do custo de vida, o problema assistencial e as questões salariais ameaçam essa contenção. Há indícios de agravamento a partir de agosto com a realização da 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIRIGENTES SINDICAIS, que, provavelmente, buscará radicalizar a luta contra o Regime. Apesar da coincidência de atitudes, embora por motivos diferentes, do Ministério do Trabalho e do PCB, é grande a probabilidade de que a massa sindical venha a participar do processo revolucionário em marcha. CLERO. A tentativa do clero, particularmente da Igreja Católica, de reassumir no mundo a posição de liderança temporal, que vem perdendo, faz com que seus membros revejam suas posições e atitudes, afastando-se das elites e buscando aproximação com as massas. A parcela mais atuante da Igreja, que se chama progressista, vem, sob a inspiração das Encíclicas papais ou escudada nas mesmas, pregando uma reforma social de características eminentemente subversivas. Prega, inclusive, guerra de guerrilhas para atingir seus objetivos. Esta atuação, a infiltração de alguns poucos elementos extremistas, bem como, a exacerbação de conhecidas ambições pessoais, têm provocado uma certa desorientação, já pública, no seio da própria Igreja. Há nitidamente, o risco de uma cisão na Igreja Católica, em virtude da maioria do clero não aceitar êsse estado de coisas. Imprensa e Opinião Pública. Vêm sendo desencadeadas Guerra Psicológica e Propaganda em quantidade e intensidade alarmantes, com grande fartura de meios e com apoio de parte da Imprensa. O volume de recursos necessários para movimentar tantos órgãos é de tal magnitude que comprova tratar-se de movimento de profundidade e fôlego, destinado a subverter a ordem e derrubar o regime. É visível, também, o auxílio direto que a divulgação falada e escrita tem proporcionado a êsses eventos e a seus líderes, sob pretexto, justo ou não, de cobertura jornalística, mas que se traduz em nítido incitamento à massa popular e orientação aos grupos de ação. Já está caracterizado o apoio financeiro externo à subversão. Sem dúvida, há uma coordenação dessas ações com atividades de intelectuais, artistas, compositores e outros elementos de esquerda, cada vez mais audaciosos. É nítida a existência de uma campanha dirigida, para fazer crer que o povo está sendo oprimido por um regime ditatorial, entreguista, ultrapassado, que nada faz em favor dos brasileiros. A maciça propaganda em tôrno da subida do custo de vida, do "deficit" habitacional, da venda de terras à estrangeiros e do desvio de nossas riquezas, são fatos que comprovam essa campanha. A opinião do meio estudantil em particular e do povo em geral, vêm sendo sensibili-

zadas por esse trabalho eficiente. O sucesso alcançado tem sido facilitado ao extremo pela liberdade e impunidade encontradas. Atuação de elementos cassados ou subversivos. O regresso do exílio voluntário de elementos banidos pela Revolução, com tôdas as facilidades, garantias e cobertura publicitária; a escala crescente da atuação política desses elementos; a integração de JÂNIO QUADROS, JUSCELINO KUBITSCHKE e JOÃO GOULART, na Frente Ampla, em consórcio com CARLOS LACERDA e diversos parlamentares que sempre gravitaram em torno deles; a tentativa de rearticular esse movimento, banido por ação do Ministério da Justiça, sob outras formas, inclusive rebatizando-o como "Liga Nacionalista", buscando envolver autoridades como o General PERY CONSTANT BEVILACQUA ou políticos como o Senador CARVALHO PINTO; a desenvoltura da participação de alguns na vida pública, com ênfase especial para o convite feito, oficialmente, por membros do Congresso Nacional ao Sr. CELSO FURTADO para opinar sobre a situação econômica nacional; a existência, no URUGUAI, de um comando revolucionário, o MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR, que se prepara com nova tática para a tomada de quartéis além da guerra de guerrilhas; a ação terrorista em S. PAULO, coordenada por CARLOS MARIGHELA, com apoio de CUBA; a atuação subversiva e radical de parlamentares, particularmente os deputados MARIO COVAS, GASTONE RIGHI, MARCIO MOREIRA ALVES, HERMANO ALVES, HELIO NAVARRO, DAVID LERER e MARIO RODRIGUES, que secundam e dão cobertura a cassados e a ações de subversão da ordem pública. Isso ficou evidenciado em BRASÍLIA, quando parlamentares escoltaram os líderes da agitação estudantil, em seus automóveis, homisiando-se em suas residências para furtá-los à ação policial; deslocamento desses mesmos parlamentares para participarem de passeatas no RIO e em S. PAULO, oferecendo cobertura aos agitadores e aumentando a repercussão das mesmas; esses fatos, que conformam um amplo trabalho de âmbito nacional, com comando e coordenação próprios, apoiados do exterior, caracterizam um processo contra revolucionário em franco desenvolvimento. Tudo isso tem gerado perplexidade e insegurança na área democrática, tensão na área militar e engrossamento das fileiras da contra-revolução. No campo político. Congresso Nacional. A ARENA, praticamente, não tem sido ativa na defesa da política do Governo, no Congresso. Em relação, então, aos presentes acontecimentos na área estudantil, poucas são as manifestações contrárias aos extremistas e à agitação. Houve, inclusive, alguns deputados que reprovaram, publicamente, medidas tomadas pelas autoridades; a ala radical do MDB tem apoio e, mesmo, insuflado as agitações. Os fatos abaixo caracterizam atuação subversiva de parlamentares: Oferecimento pelo deputado MATHEUS SCHMIDT, membro e, eventualmente, na Presidência da Mesa da Câmara, de ônibus do CONGRESSO NACIONAL, para concentração rápida de estudantes, com vistas à realização de manifestações proibidas; acolhida de estudantes agitadores, no Edifício da CÂMARA FEDERAL, para realização de assembléia proibida e impedida de realização no "Campus" da Universidade, pelo Reitor. Participaram dessa reunião, incitando os estudantes e alimentando-os, entre outros, os deputados MARIO COVAS e MARTINS RODRIGUES (afixando cartazes nas paredes do plenário), DAVID LERER (portando cartaz de apoio aos estudantes na entrada do Congresso), JULIA STEINBRUCH, HELIO NAVARRO, OSWALDO LIMA FILHO, MATHEUS SCHMIDT, IVETE

SECRETO

- 6 -

VARGAS; participação em assembléia realizada no "Campus" da Universidade de BRASÍLIA, dos deputados MARTINS RODRIGUES, MARIO COVAS e outros, incitando os estudantes a desobedecerem as autoridades e a enfrentarem a polícia; convocação de elementos cassados, como o senhor CELSO FURTADO, para deporem, oficialmente, em Comissão da Câmara Federal, sobre a situação econômica nacional. Pagamento da passagem aérea PARIS-BRASILIA, ida e volta, por cotização entre os parlamentares, ante a recusa do deputado JOSÉ BONIFACIO, Presidente da Câmara, de indenizar aquela despesa; participação em agitação de rua, em BRASÍLIA, dando cobertura aos agitadores e impedindo a ação policial, dos deputados MARIO COVAS, HERMANO ALVES, MATA MACHADO, MARTINS RODRIGUES, MATHEUS SCHMIDT, PAULO CAMPOS, BERNARDO CABRAL, MARIANO BECK e HELIO NAVARRO; escolta e transporte de líderes estudantis extremistas procurados pela polícia de BRASÍLIA, e ocultamento dos mesmos em suas residências pelos deputados MARIO COVAS e OSWALDO LIMA FILHO, entre outros; exploração das passeatas realizadas na GUANABARA com incitamento à subversão pelos deputados DAVID LERER, MARCIO MOREIRA ALVES e DOIN VIEIRA, principalmente; ataque, em plenário, à proibição de passeatas determinada pelo Ministério da Justiça, pelos deputados federais FERNANDO GAMA, PAULO MACARINI, HELIO NAVARRO, OTAVIO CARUSO DA ROCHA, MARIANO BECK, MARIO PIVA. Poder Judiciário. A Justiça incluindo-se nela a Justiça Militar, vem, sistematicamente, neutralizando ou dificultando a ação repressiva revolucionária, o que ocorre, até certo ponto, pela deficiência da legislação vigente, caótica, incompleta e de largas malhas, por onde se escapam muitos dos que poderiam ser condenados por atos subversivos. Particularmente os IPM têm sido anulados, pela dificuldade evidente da comprovação material de atuação subversiva, na forma da legislação em vigor. Na passeata de quatro de julho, na GUANABARA, os manifestantes promoveram um comício em frente ao SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR. Além de proferirem ofensas e agressões morais ao Tribunal e a seus componentes, pixaram a sede com frases e slogans subversivos. O STM por seu presidente, o General MOURÃO FILHO, expressou publicamente seu protesto e externou-o, por escrito, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Em oito de julho, por considerar não existir condições de segurança para o desempenho de suas atividades, o SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR suspendeu seus trabalhos. Governos Estaduais. Não é visível a coordenação, particularmente das ações preventivas de Segurança Interna, nos níveis federal e estaduais. Possivelmente, por esse motivo, a atitude governamental tem sido defensiva com predominância de ações repressivas. O emprego das Forças Policiais estaduais, de maneira geral, despreparadas, obedecendo a critérios dos respectivos Governadores, nem sempre afinados entre si ou com a orientação federal, diminui ainda mais sua eficiência. No campo militar. A tensão a que vem sendo submetida a tropa tende a se agravar face a: - ataques aos quartéis; atentados e atos de terrorismo; guerra psicológica contra militares e seus familiares por meio de telefonemas, ameaças anônimas, etc.; continuidade da liberdade de ação de agitadores e contra-revolucionários; incitamento da opinião pública contra as Forças Armadas; provocações e ataques a militares quando isolados; continuidade dos períodos de prontidão; infiltra

SECRETO



ção nas Forças Armadas por meio de conscritos previamente doutrinados para atuar, particularmente, no setor de Informações. A isso devem ser somados outros fatores quais sejam: - inferioridade do padrão de vencimentos face a outras profissões de nível intelectual equivalente ou até, em certos estados, perante os salários - das Polícias Militares; dificuldades do problema habitacional; deficiência de assistência social; frustração para a realização profissional, decorrente da falta de equipamento adequado à Guerra Revolucionária, nas três Forças. A tensão existente e os fatores acima transcritos vêm gerando no seio de grande parcela da oficialidade jovem das Forças Armadas, apreensões e oportunidades para discussões de caráter político e, conseqüentemente, interpretações contraditórias em relação à atual situação. CONCLUSÕES: A atual conjuntura nacional se configura, nítida, num quadro de Guerra Revolucionária, com ações de terrorismo em escala crescente, caminhando, particularmente, para a guerrilha urbana. A continuidade da evolução da situação, nas condições atuais, conduzirá em curto prazo, a um agravamento intolerável, com comprometimento da ordem pública e da política econômico-financeira do Governo, e, ameaça ao regime. A adoção imediata de uma série de medidas políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance, poderá impedir a concretização da hipótese acima. É indispensável a coordenação e o entrosamento dessas ações de nível federal com a atuação dos governos estaduais.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O documento que os Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL têm em mãos, é de caráter ultra-secreto, de modo que deverá ser manuseado com a devida cautela.

.....
MINISTRO DOS TRANSPORTES - Ele será recolhido?

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Será recolhido como precaução, no entanto, se algum Ministro desejar uma leitura mais demorada, o fará sob essa condição de ultra-secreto. Este documento é uma análise feita à luz de informações positivas, muito bem estudadas e triadas, que levam conclusões, embora não devamos entender que haja algo alarmante. O Conselho como Órgão de assessoramento do Presidente da República, deve tomar conhecimento deste e de outros documentos, que serão lidos nesta reunião. A palavra com o Chefe do SNI, para fazer a exposição do que lhe compete na área de Segurança Nacional.

.....
CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. A Síntese da Conjuntura Nacional preparada pelo Serviço Nacional de Informações, constará dos seguintes itens: Hum - A Frente Ampla; Dois - A Oposição; Três - As atividades dos Elementos Cassados e Reformados pelos Atos Institucionais; Quatro - As Atividades de Eclesiásticos; Cinco - A Área Trabalhista; Seis - Os Grupos Econômicos Estrangeiros; Sete - A Imprensa; Oito - As Atividades Subversivas;

SECRETO

- 8 -

Nove - O Movimento Estudantil e Dez - Conclusão. Todos os assuntos tratados nesta Síntese também têm caráter Ultra-Secreto. Hum - A Frente Ampla. A Frente Ampla foi um movimento organizado pelo Senhor CARLOS LACERDA com a finalidade de obter uma grande base geral, não só eleitoral mas, e talvez principalmente, de oposição ao Governo Federal. Seu manifesto inicial foi publicado em vinte e oito de outubro de hum mil novecentos e sessenta e seis, com o título "Pela União Popular", com que pretendia obter ressonância para empalmar o Governo Federal, pelo voto ou pela força. Fêz depois contatos em tôdas as áreas, com líderes políticos, de tôda a espécie, chegando a assinar pactos com elementos cassados, em ostensiva e provocadora atitude de hostilidade ao Governo Federal, visando a conquistar o apoio dos descontentes, inclusive subversivos. Pregou ostensivamente não só medidas de união dos oposicionistas mas, particularmente, medidas de subversão, quando declarava que apoiaria qualquer medida para a "derrubada da ditadura". Buscou apoio e fêz contatos no exterior, indo à França, ao Uruguai e aos Estados Unidos. Na América do Norte entabou conversações com grupos econômicos e obteve auxílio ostensivo do ex-Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK nesse intuito, com franca penetração nesses grupos que sempre desejaram veementemente a intromissão do capital estrangeiro nos órgãos estatais brasileiros. Nos Estados Unidos, êsses dois próceres políticos fizeram palestras em escolas e universidades, onde o Governo Federal do Brasil era atacado violenta e impatrioticamente. Cada vez mais ousado e irreverente tomou atitudes tão subversivas que o Governo atual foi obrigado, como medida de segurança, a proibir tôdas as manifestações políticas dessa frente. (Portaria número cento e setenta e sete GUANABARA, de cinco de abril de hum mil novecentos e sessenta e oito do Ministro da Justiça). Nessa oportunidade, o Senhor CARLOS LACERDA fêz declarações ostensivas à imprensa, onde dizia que passaria a organizar a "Frente Popular", congregando todos, sem exceção, que desejassem combater o Governo COSTA E SILVA. (Note-se que o termo "Frente" significa na terminologia política-ideológica uma organização subversiva, orientada dentro de um programa marxista-leninista, e que o Senhor CARLOS LACERDA foi estudioso dêsses assuntos em sua mocidade). Essa Frente Popular, no dizer do Senhor CARLOS LACERDA, trabalharia, ainda que sob proibição do Governo Federal, em atividade clandestina, se necessário. Apregoava, aí, a união de todos os elementos, inclusive cassados, para os quais pedia a anistia. Intensificou ligações, nessa época, com elementos da esquerda. Dois - A Oposição. O MDB foi o elemento aglutinador da maioria dos políticos subversivos não atingidos pelos Atos Institucionais, em que pesem honrosas exceções. Os radicais do MDB, entre os quais muitos elementos comprometidos com as esquerdas revolucionárias, vêm apoiando, por palavras e atos, todos os movimentos da Frente Ampla, tentaram penetrar nas agitações estudantis e articularam a absorção dos anseios dos trabalhadores. Em reunião realizada em Brasília, no dia vinte e nove de junho passado, a que compareceram mais de cem Congressistas do MDB e alguns da ARENA, foi debatido e aprovado o seguinte programa, que caracteriza a posição do partido, adotada como contrapartida ao possível endurecimento do Governo Federal: - convocação extraordinária do

SECRETO



Congresso, sem ônus para os cofres públicos; - apoio ao movimento estudantil em todos os sentidos. Neste caso houve moção de solidariedade aprovada por unanimidade; - cobertura por parte das bancadas estaduais aos movimentos estudantis, de operários e de intelectuais, de modo a incentivar o povo contra o sistema de governo implantado pela Revolução de trinta e um de março de um mil novecentos e sessenta e quatro; - designação de deputados estaduais para comparecerem às passeatas e concentrações estudantis e operárias; - espera do regresso de CARLOS LACERDA para relato dos acontecimentos da FRANÇA e de outros países da Europa, a fim de dar ênfase aos futuros movimentos das massas contra o governo Costa e Silva; apoio decidido aos movimentos de massa, liderados pelos estudantes, trabalhadores e ao povo, no dia vinte e três de agosto de um mil novecentos e sessenta e oito (véspera do aniversário da morte de Vargas); - participação ativa do MDB nos movimentos estudantis-operários-intelectuais-camponeses, onde quer que os mesmos surjam. Três - As Atividades dos Elementos Cassados e Reformados pelos Atos Institucionais. Grande número de elementos cassados têm procurado atuar diretamente, ou por pessoas interpostas na condução da oposição ao Governo, em conluio inclusive com elementos subversivos, já definidos. Suas atividades têm visado a dois objetivos principais: - distorção da realidade nacional no exterior; - apoio a todos os atos da oposição contra o governo, inclusive aos movimentos subversivos, com empréstimo dos seus nomes, prestígio, recursos econômicos, etc. Nos últimos acontecimentos estudantis, alguns militares reformados pelo Ato Institucional e políticos cassados foram assinalados incentivando os estudantes e até dirigindo-os nas passeatas. Suas atividades se voltam, particularmente, para os mais importantes Estados do País: GUANABARA, SÃO PAULO, MINAS GERAIS, RIO GRANDE DO SUL e PERNAMBUCO. O Senhor Leonel Brizola, foi condenado em processos recentes: Ação do "Exército de Libertação Nacional", no Rio Grande do Sul, Caparaó, Uberlândia e Itauçu. O Senhor Juscelino Kubitschek tem desenvolvido intensas atividades políticas, particularmente na GUANABARA, mas viajando constantemente pelo Estado de Minas, fazendo contatos com seus antigos correligionários. O Senhor Jânio Quadros realiza suas atividades mais veladamente, mas não esconde seu apoio às atividades estudantis, tendo declarado ao voltar recentemente da Europa estar mais ligado às esquerdas. A impressora "Diálogo" de Montevideu se dedica a publicar obras de cassados, a respeito da vida brasileira. O Partido Comunista Uruguaio vem financiando a impressão de panfletos, redigidos por cassados e aqui introduzidos pelos seus prepostos. Os "slogans" de um desses documentos está em perfeito acôrdo com os "slogans" usados pelos estudantes nas suas passeatas. Quatro - As Atividades de Eclesiásticos. Há já algum tempo, certos elementos da Igreja, a título de interpretar as últimas encíclicas, tomam posição francamente revolucionária e usam o púlpito e as salas onde lecionam para suas pregações político-subversivas. Esses elementos dizem pertencer à "Ala Progressista da Igreja". Aproveitando temas gerais da Populorum Progressio, afirmam alguns preladados que o Papa preconiza até o emprego da força para obtenção de reivindicações populares. Com isso, dão apoio a todo o movimento de oposição, inclusive os movimentos ostensivamente subversivos. Enquadra-se nesse caso a participação de elementos

da Igreja aos movimentos estudantis. Alguns desses elementos que apoiam essas passeatas procuram tornar-se intermediários entre os estudantes e os trabalhadores, salientando-se nessas atividades alguns padres que se intitulam padres-operários. É recente a atitude do Bispo de Barra Mansa, com as instalações de sua residência transformadas em centro de difusão de comunismo. Semelhante a esse, estão os bispos de Santo André, Santos, Friburgo e outros. Convém ressaltar que em alguns colégios dirigidos por padres, são feitas reuniões de padres e alunos, onde, ostensivamente, se prega a subversão. No momento, nossa documentação registra como elementos da "ala progressista", só de bispos, vinte e cinco entre duzentos e três relacionados no Brasil. Para facilitar a penetração das suas idéias nas hostes eclesásticas e no povo religioso em geral, esses preladados acenam com a compatibilidade, ainda que paradoxal, entre o marxismo e o cristianismo, criando uma filosofia marxista-cristã.

Cinco - A Área Trabalhista. A área trabalhista vem se mantendo à parte dos acontecimentos, apesar das tentativas feitas por estudantes, políticos e subversivos para atraí-la. Ainda recentemente, foi encerrado o Segundo Encontro dos Trabalhadores da GUANABARA. Mesmo mantendo-se sem demonstrar ostensivamente adesão aos movimentos estudantis, tomaram os dirigentes desse encontro algumas decisões:

- Repúdio à influência estrangeira, nos meios sindicais;
- condenação ao Plano Nacional de Saúde;
- voto de louvor aos estudantes promotores das passeatas;
- realização de uma concentração, em data a ser fixada, para mostrar ao Governo a "novidade" de sua política;
- compromisso de alguns trabalhadores de irem à rua em apoio às passeatas;
- criação de uma comissão permanente, para coordenação das campanhas de política salarial;
- prosseguimento na coleta de assinaturas contra o "arrôcho salarial";
- solicitação às autoridades da liberação dos trabalhadores punidos pela Revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro.

O Senador Marcelo de Alencar, acompanhado de um deputado, fez a análise dessas resoluções e citou, sob aplausos, a declaração feita por Vladimir Palmeira, de que "um dia o trabalhador irá assumir a posição de comando da luta hoje empreendida pelos estudantes". Convém observar que este Senador acompanhou a comissão de representantes dos "cem mil", à presença de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República.

Seis - Os Grupos Econômicos Estrangeiros. O que parece, com maior nitidez, nas atividades dos grupos econômicos estrangeiros, é a reação ao surgimento de congêneres nacionais, conjugada à defesa dos interesses dos países de origem. Não é sem razão que as empresas, encabeçadas por esses grupos, investem grandes quantias em publicidade e adquirem, por pressão, toda empresa de capital nacional que lhes faz concorrência. O chamado Poder Econômico, retratado pela desenvoltura da ação de grupos estrangeiros, com a colaboração de outros nacionais, tem a faculdade de extraordinário mimetismo, capaz de confundir os observadores mais sagazes e de disfarçar seus efeitos danosos aos interesses nacionais. É visível a influência que exerce no campo psicossocial, atingindo sobretudo, a área política. A economia nacional está na sua quase totalidade sob a pressão ostensiva de controle de grupos econômicos, configurando perigoso desvirtuamento do programa de desenvolvimento estabelecido pelo Governo. É fácil caracterizar: - os financiamentos condicionados à aquisição de

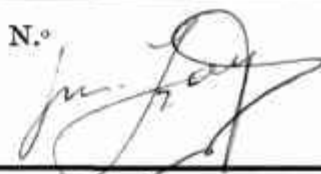
bens de origem, cobrança de "royalties", de assistência técnica e de uso de patentes; - a infiltração audaciosa do sistema de proliferação de empresas de crédito, financiamento e investimento que estão bloqueando o capital de giro e asfixiando o empresariado doméstico; - a reconhecida participação desses grupos nos movimentos da Frente Ampla, nas agitações estudantis e, principalmente, no financiamento da imprensa para o apoio à subversão e aos projetos de sustentação da contra-revolução; - o destemor da prática de ilícitos contra a poupança do povo, como se vê nos casos da MANNESMAN, da DOMINIUM entre outras, além da aventura da IOS. Sete - A Imprensa. A conjuntura nacional é apreciada na Imprensa falada, escrita e televisada de um modo geral, de acordo com a orientação política da direção dos veículos de divulgação. Por ser a infiltração subversiva muito grande em todos esses setores, é raro o jornal, TV ou rádio, que não imprime orientação oposicionista e até mesmo subversiva nos seus editoriais, colunas ou notícias. Mesmo os jornais conservadores, introduzem, comumente, notícias tendentes a desfigurar a posição do Governo com notícias distorcidas ou de meias verdades. Nota-se no Rio de Janeiro uma tendência quase generalizada de formar uma opinião pública desfavorável ao Governo, em todos os acontecimentos de relevo. Nas demais capitais estaduais também se observa em maior ou menor grau, essa tendência. Os acontecimentos da área estudantil têm sido, nos últimos tempos, o assunto quase predominante. É de notar-se o aspecto sensacionalista de grande parte da imprensa, onde as manchetes, as fotografias e os fatos têm sido sempre apresentados de um modo altamente prejudicial a uma formação de opinião pública favorável ao Governo. As obras mais importantes de âmbito federal são insidiosamente ocultadas ao povo, encontrando até os órgãos governamentais interessados em divulgá-las, dificuldade de obtenção de espaço. Uma estatística rápida na última semana, nos dá no RIO DE JANEIRO, onde a receptividade aos movimentos estudantis foi muito grande, os seguintes dados: - na imprensa em geral, entre cento e três artigos de mais fôlego, setenta foram desfavoráveis ao Governo Federal, particularmente no atinente a passeatas; - somente o Globo e, raras vezes, o Jornal do Brasil têm procurado esclarecer o público e por tal motivo já foram acusados de "vendidos aos americanos" e vêm sofrendo outros ataques por parte dos líderes esquerdistas, com ameaças, inclusive nessa última passeata, de ação da turba contra suas instalações; - quase todas as sucursais de jornais e revistas de SÃO PAULO, localizadas no RIO, são controladas por elementos comunistas, que transmitem, obviamente, para aquele Estado, notícias de interesse da sua ideologia. Oito - As Atividades Subversivas. O conflito sino-soviético determinou uma cisão do Partido Comunista em ala pró-MOSCOU, que a doutrina da coexistência pacífica, e alas pró-PEQUIM e pró-HAVANA, que buscam os mesmos objetivos preconizados pela Guerra Revolucionária Mundial de inspiração comunista, mas divergem quanto aos processos de atuação, optando pela luta armada ou subversiva. O grande instrumento dessa Guerra Revolucionária é o Movimento Comunista Internacional (MCI), liderado e financiado pela UNIÃO SOVIÉTICA, e que mantém sua unidade, no que respeita ao objetivo final, de enfraquecer o poderio das nações democráticas. A estratégia de

SECRETETO

- 12 -

ação do MCI, bem concebida e que está obtendo o impacto e os benefícios da surpresa contra o nosso País, pode ser assim resumida, no que se relaciona com o atual problema subversivo: Finalidade - Explorar as vulnerabilidades internas e externas do País e as reivindicações de cada classe social, para promover a subversão generalizada, visando a engolfar a nação numa luta fratricida, capaz de torná-la mais sensível às pressões externas, estagná-la ou fazê-la retroagir em seu desenvolvimento e de propiciar a ascensão de comunistas ao poder. Linha de ação adotada contra o BRASIL. - Maciça propaganda, preparatória, contra o imperialismo econômico e cultural dos Estados Unidos e contra o Governo, apresentando-o como ditatorial e submisso a escusos interesses alienígenos;- intensa campanha nos meios estudantil e trabalhista, acirrando os ânimos em torno de justas reivindicações, para firmar a liderança de ativistas comunistas, que evitam qualquer prematura pregação ideológica e contam com o apoio de intelectuais; - manifestações pacíficas da massa dinamizada sob pretexto aceitáveis para, iniciadas estas, distorcê-las em suas finalidades e promover agitações, visando a: desprestigiar as autoridades públicas e abalar as instituições democráticas; conquistar a opinião pública, valendo-se de todos os meios e artifícios e com apelos dirigidos mais aos sentimentos do povo do que à sua razão; desmoralizar as Forças Auxiliares empenhadas na repressão, para, oportunamente, comprometer, desprestigiar e dividir as Forças Armadas; capitalizar como um triunfo do movimento e como prova de fraqueza do regime, tanto as concessões e a tolerância, quanto a repressão, valendo-se de apoio de forte propaganda insidiosamente lançada para desorientar a opinião pública; estimular a ação de grupos econômicos e políticos descontentes; colocar o clero e a classe média em posição antagônica ao Governo; e, finalmente, da união de estudantes, trabalhadores e intelectuais, reforçada por adesões indiscriminadas e em ambiente psicossocial propício, partir para a subversão generalizada e desencadear a guerra civil. Nove - O Movimento Estudantil. Depois da cisão do Partido Comunista Brasileiro, com a formação do Partido Comunista do Brasil e a facção trotkista, surgiu nova força comunista no Brasil, a "Ação Popular", oriunda da Juventude Universitária Católica que procurava fazer crer que o único meio de ganhar a liderança do Partido Comunista nas universidades seria a utilização de seus métodos de ação. O Partido Comunista, mais organizado, conseguiu sobrepor-se às lideranças do movimento, conquistando-as para seus quadros. A Ação Popular ganhou corpo, estruturou-se e conquistou a quase totalidade da direção do movimento estudantil. Tendo por base uma filosofia revolucionária, muito parecida com a maofista-fidelista, seus adeptos desenvolveram teorias e partiram para a prática cujos resultados já se observam em todo o País. Sociólogos, professores, sacerdotes, políticos e até altos escalões da administração pública e privada engrossaram seus quadros, constituindo-se em um contingente humano apreciável, cujo objetivo marcado é o desencadeamento de uma revolução social que mude as estruturas vigentes. Vários objetivos intermediários já foram atingidos, e faltam mais alguns, como o engajamento dos operários e dos camponeses para a conflagração final. De uma análise dos fatos que têm ocorrido nos últimos anos verifi

SECRETETO



ca-se: - atos de sabotagem em linhas férreas; - atos de terrorismo em órgãos de informação e jornais conservadores; - atentados a bomba em diversos edifícios públicos e quartéis; - atentados contra vidas (Guararapes); - paralização do comércio; - greves de operários em Minas Gerais e São Paulo; sucessivas greves nas Faculdades em todo o País; - depredações, incêndios, passeatas, comícios, concentrações em todo o País; - desmoralização dos atos do Governo e das autoridades constituídas, através dos veículos de divulgação (Televisão, Rádio e Imprensa); - propagação de idéias marxistas nas escolas secundárias, através de murais, panfletos, manifestos, questionários e jornais escolares; - participação de populares nos movimentos de rua; - incremento do anti-militarismo; - participação de intelectuais nos manifestos de solidariedade; - condenação à censura; - exibição de espetáculos teatrais, tipicamente marxistas; - apoio ao clero e às atitudes de estrangeiros ligados à Igreja; - convulsões intestinais e comoção popular. Essa programação nascida em MOSCOU e adaptada em PEQUIM e HAVANA, está em plena execução no País. E o estágio já atingido no meio estudantil é de tal grau que os "slogans" "VERBAS", EXCEDENTES", "VAGAS" e "QUALIDADE DO ENSINO" foram substituídos por "MORTE", "DITADURA" e "ARMAS", tudo bem encaixado em frases comunizantes: "O POVO ORGANIZADO DERRUBA A DITADURA", "ARMAS PARA O POVO", "POVO ARMADO FAZ REVOLUÇÃO", "MORTE AOS GORILAS", "O POVO ARMADO DERRUBA O GOVERNO". No momento, o que se vê nas ruas não é mais a condução de legítimas reivindicações estudantis, mas um movimento que tem um objetivo nítido qual seja o de derrubar o Governo revolucionário instalado em hum mil novecentos e sessenta e quatro, para posterior implantação da Revolução Socialista Brasileira. Dez - Conclusão. Já não resta a menor dúvida de que os movimentos de falsos estudantes, de políticos, de eclesiásticos, de cassados e de grupos econômicos oportunistas, nos moldes em que se desencadeiam, têm objetivos subversivos e representam a contra-revolução. Passeatas de agitadores, destruição de bens públicos e privados, ocupação de faculdades e atos terroristas caracterizam a presença de guerrilha urbana para, em uma primeira fase, atingir, certamente, quatro objetivos principais: afirmação das lideranças, desmoralização do poder constituído, obtenção do apoio popular e insegurança generalizada. Combinadas essas ações de guerrilha urbana, com os atos de terrorismo, característicos da quarta fase da guerra revolucionária, estarão criadas as condições para a luta armada, em um movimento insurrecional a ser desencadeado, com a colaboração de políticos cassados, frustrados e revanchistas. Os fatos e os indícios aí estão por comprovar essa assertiva. O assalto sistemático a bancos, o roubo de armas e de explosivos, a ação subversiva de agentes nacionais e estrangeiros, a utilização dos estudantes como massa de manobra para enfraquecimento do Governo perante a opinião pública, indicam que está em curso um plano das esquerdas radicais com o apoio de políticos e cassados para a tomada do poder. A tentativa de conquista do poder por forças subversivas não é exclusiva de nosso País. Na conjuntura internacional, em que parece impossível a conquista e manutenção da hegemonia mundial pelas armas entre as grandes potências, dois fatores se tornam decisivos: - o aspecto econômico; - a

conquista da opinião pública. No primeiro aspecto, há que impulsionar-se o desenvolvimento nacional, com medidas audaciosas e ousadas. Tais medidas, em segurança, com a cobertura militar contra a ação subversiva, podem permitir o êxito dos empreendimentos e a volta da confiança ao Governo, pelas Forças Armadas, responsáveis pela Revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro e pelo próprio povo. No segundo aspecto, conquista da opinião pública, parece conveniente que o Governo assuma a responsabilidade de tornar públicas as suas obras em benefício do povo, atualmente obscurecidas e negadas pela imprensa "engajada" e de dialogar com o povo, pela televisão, pelo rádio, pelos jornais, pelas revistas, identificando-se com a imagem evoluída, progressista e empenhada no interesse coletivo dentro dos elevados ideais inspiradores da Revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro, para retomada da simpatia popular e do crédito ao seu governo. Para isso, necessário se torna, e sem tardança, tomar medidas concretas de segurança, agindo energicamente contra os elementos que ameaçam a integridade do Governo e causam desassossego popular; engajar-se seriamente nas medidas em benefício do povo, dizendo que o Governo pretende e o que já realizou em seu proveito.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Os Senhores ouviram o relato que o Serviço Nacional de Informações, órgão de assessoramento da Presidência da República, que tem o dever e, acima do dever, o direito de concluir e apresentar sugestões. Acolho essas sugestões trazidas hoje ao Presidente da República, e peço aos integrantes do Conselho que tomem na devida consideração essas observações. Como o problema é de Segurança, darei prioridade à exposição dos órgãos caracteristicamente responsáveis pela área da Segurança. Depois ouviremos os demais Ministros. Nessas condições, ouviremos agora do Ministro da Marinha, alguma informação particular ou pessoal, que ele tenha sobre os dois documentos que foram lidos.

MINISTRO DA MARINHA - Senhor Presidente. O relatado é assunto grave e poderá não ser do conhecimento de muitos, mas é muito bem conhecido das Forças Armadas. Nós temos conhecimento desses fatos e o que me admira é que muita coisa poderia ter sido evitada, pelos meios de que dispomos. Talvez as falhas sejam nossas, dos Membros do Governo, que não nos temos responsabilizado devidamente, particularmente, daqueles que poderiam ter evitado o que acabou de ser relatado. Pudemos ver o seguinte: a passeata foi proibida, então não poderia haver passeata. Os estudantes queimaram a bandeira de um país amigo, isto é crime previsto na Lei de Segurança Nacional, mas o responsável não foi preso. Os congressistas têm imunidades, mas essas imunidades são tais que sobrepujam a Segurança Nacional? Acho que a Segurança Nacional está acima de qualquer imunidade. Houve uma demonstração em Brasília, como acabou de ser relatado, nós mesmos presenciámos Senadores e Deputados abraçados a subversivos e nada aconteceu. Nenhum de nós tomou providências para que isto fôsse obstado. Eles continuam a agir, os cassados e os enquadrados nos Atos Institucionais aí estão, às soltas, publicando, com nossa anuência coisas contra o Governo. No entanto, os

N.º *Ju. 3 July*

meios para as sanções estão disponíveis. Não relatarei mais nada. Creio que a ação não é propriamente de estudantes é apenas subversiva, que podemos combater pelas leis. Dentro da Lei, nós ainda poderemos combater tudo, antes de qualquer medida excepcional. A Lei de Segurança, a Lei de Imprensa, estão disponíveis, talvez o processamento longo impeça as suas aplicações. Acho que nós poderemos obviar esses inconvenientes e aplicar aquelas leis com o rigor que merecem, tanto as ações desses estudantes como as desses subversivos. Os estudantes têm é que estudar. As Universidades precisam dar trabalho aos alunos, eles estão, como que, numas férias prolongadas. Todos temos filhos e o sabemos. Há pouco eles não fizeram as provas, estão em férias. O estudante que não trabalha tem tempo para a subversão. Os subversivos por sua vez, estão captando a simpatia dos estudantes, o que é fácil de ser combatido, não há dificuldades. Na oportunidade, se houver, opinarei quanto as medidas a serem adotadas. De qualquer forma estou inteiramente cõscio do que foi relatado.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito bem, falou o velho companheiro, o artilheiro dos primeiros dias da Revolução de hum mil novecentos e sessenta e quatro, oportunidade em que agindo discricionariamente, capacitamos o Brasil a tomar outro rumo e a acabar com aquela subversão que já estava na rua. Mas temos hoje, o que o Presidente DUTRA chamaria "o livrinho". O "livrinho" é a Constituição Brasileira. Creio que dentro dela temos todos os meios necessários para resolver esta falada crise, pois, tenho a impressão que ela é falsa como o acaba de mostrar o Chefe do Serviço Nacional de Informações, premeditadamente explorada ou para, talvez, uma repressão mais ampla. O desejo de todos nós é coibi-la imediatamente. Mas como recorrer à chamada Lei de Imprensa e de Segurança Nacional? Os Senhores sabem que entraríamos numa fase de chicana judicial que talvez agravasse ainda mais a situação do Govêrno. De qualquer forma, nós estamos aqui para ouvir essas franquezas e essas preocupações de cada um dos Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, porque daqui sairá uma idéia ou decisão do que nós devemos fazer no sentido de preservar o País desta avalanche que parece se aproximar. Eu ainda creio muito na fôrça da Lei. Falará agora o Ministro do Exêrcito, para expor também as suas preocupações.

MINISTRO DO EXÊRCITO - Senhor Presidente, Senhores Membros. A respeito do assunto, que estamos tratando hoje, o Ministro do Exêrcito apresentou, no dia dois de julho, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República um Relatório que, com autorização de Sua Excelência, vou transmitir aos demais Membros do Conselho, Excelentíssimo Senhor Presidente da República. A extrema gravidade com que se configura, clara e alarmantemente, a situação nacional, do ponto de vista dos atentados flagrantes e violentos à ordem pública, ao princípio da autoridade constituída e aos postulados da vida democrática, que o Govêrno tudo tem feito por defender, está produzindo e generalizando um sentimento de inconformação dentro do Exêrcito, constantemente exposto ao Ministro pelos Chefes mais responsáveis, a medida que os a

SECRET

- 16 -

acontecimentos se sucedem, ganhando em extensão e agressividade. A confiança que todos depositamos na ação de Vossa Excelência, não apenas como Chefe da Nação e nosso Comandante Supremo, mas, sobretudo, pela sua identificação e pelos seus compromissos com os postulados da Revolução e da democracia brasileira, que tantos e tão grandes serviços já lhe devem, leva-nos a esperar que as próprias armas legais da defesa do regime e das instituições sejam empregadas para deter, enquanto é tempo, o processo de deterioração que inequivocamente já ameaça. A posição de Ministro e Chefe do Exército, com que me honrou Vossa Excelência, por escolha entre os vários outros camaradas igualmente, senão mais, qualificados para merecê-la, impõe-me, acima de todos os outros, o dever de expor-lhe, com toda a lealdade e com o espírito sereno e isento, o pensamento do Exército, com base nos relatórios e nos apêlos que me são dirigidos, todos eles, uniformes na maneira de ver, na apreensão de espírito e no propósito de colaborar, leal e desinteressadamente, de acordo com a orientação que fôr traçada por Vossa Excelência. É esse o objeto do documento anexo. Desnecessário seria reafirmar-lhe que a todos tenho transmitido a idêntica preocupação do Governo e a sua firme disposição de preservar a ordem, dentro da lei, contando, como conta, com a lealdade e a decisiva colaboração das Forças Armadas.

Análise da Situação. - Não parece haver mais dúvida de que estão sendo cumpridas, no Brasil, como em toda a América Latina, as Recomendações de Havana, Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS) e outros congressos, para o fim da tomada do poder, organizando, compelindo e pondo na vanguarda do movimento a classe estudantil, tanto os universitários, como, principalmente, os secundaristas. A bandeira é a das reivindicações para o fim de empolgá-la, uní-la e agitá-la. É claro que, em cada país, os problemas são diferentes, mas a ordem é reivindicar, tanto o legítimo e o possível, quanto o ilegítimo e o inexequível. E partir para novas reivindicações, a medida que as anteriores sejam atendidas, para que a luta não cesse nem se esvasie o seu conteúdo. Nessa luta, visando à derrubada das Instituições, o magistério, ante a omissão dos diretores, é infiltrado, trabalhado ou pressionado. Caminha-se, assim, para a solidariedade do professor com o estudante, contra o Governo e, particularmente, contra o seu principal instrumento de apoio e de repressão da desordem, que são as Forças Armadas. No propósito de desprestigiar-las, provocá-las e até ofendê-las, procurando incompatibilizá-las com a opinião pública, unem-se o comunismo e a oposição, já com inadmissível desenvoltura, sob a capa de um movimento estudantil, que não é mais do que um processo de catequizar e subverter a classe, através de uma minoria atuante e comprometida com aquelas forças. O objetivo já comprovado é derrubar a Revolução, as suas conquistas as suas leis e os seus líderes, para que o Brasil volte ao que era antes dela, sob o comando dos que, frustrados nos seus designios de comunizá-lo, foram cassados e banidos do poder. O espírito do Exército se exacerba e se une cada vez mais, a medida que se observa a inaplicação da lei e a inoperância da justiça para evitar que o país retroceda ao período anterior à Revolução. O trabalho sério e fecundo com que o Governo, em todos os setores, particularmente no da educação e nas obras de infra-estrutura, promove a recuperação, o saneamento moral e o crédito da Nação,

SECRET

SECRETO

- 17 -

N.º

9

nenhum destaque merece a Imprensa, ao mesmo tempo que as grandes manchetes deformam, aos olhos do povo, a imagem do regime, taxando-o de ditadura, quando nunca foi a tais limites o abuso da licenciosidade da linguagem, do desrespeito à autoridade, da mentira manipulada, da pregação subversiva, da difusão de literatura e panfletos comunistas, sem qualquer medida que o coíba nem nenhum trabalho que neutralize os seus efeitos no espírito do povo. Dir-se-á que as realizações do Governo, a liberalidade do seu comportamento democrático, a não repressão das manifestações hostis, a linguagem subversiva, e o espírito de disciplina das Forças Armadas terminarão por superar a crise quando a Nação se der conta da verdade e da importância do que está o Governo fazendo por ela. A evolução rápida dos acontecimentos não parece, infelizmente, autorizar esse prognóstico otimista. Nem é de crer que continue a prestigiar o Governo os seus próprios adeptos e partidários iniciais, quando o interesse político de muitos está em cortejar e capitalizar a popularidade, na mesma medida em que o Governo perdê-la, pela imagem falsa com que é apresentado e pela campanha, de imprensa e de bastidores, que visa a atingir e comprometer a sua autoridade. Este é o fenômeno que já se observa. O espírito do povo também é lançado contra as Forças Armadas, sendo o Exército o alvo principal. E não será fácil reconquistá-lo, quando se generaliza, premeditadamente, pela imprensa e outros meios, o empenho de grandes interesses conjugados nesse mesmo sentido. Sucodem-se os casos de provocação contra militares fardados, sobretudo no III Exército, como expõe, em relatório, o respectivo Comandante. Vários oficiais-generais têm trazido ao Ministro a preocupação com medidas para evitar-se tais constrangimentos. A situação começa a criar intranquilidade e tensão de espírito. Os ataques a sentinelas de quartéis, os roubos de armas e munição do Exército, o atentado terrorista ao Quartel-General do II Exército, as fugas de presos, com a silo já negociado em certas embaixadas, os atentados a bomba, pelos locais escolhidos, a cobertura dada, no Congresso, aos subversivos, as ofensas ao Governo, ao regime e, particularmente, ao Exército, com estímulo à violência, por membros categorizados da Igreja, transformando o púlpito em tribuna para combater as Instituições do Estado, tudo isso já demonstra, à saciedade, que não existe apenas uma crise estudantil, aliás forjada e conduzida por agitadores, entre os quais há, também, estudantes. O quadro grave que se configura é o de um processo já bem adiantado, de Guerra Revolucionária. A Revolução e, com ela, o Governo e as Forças Armadas, estão perdendo, cada dia, o mais importante esteio da democracia, que é, sem dúvida, a opinião pública. Parece ser urgente o trabalho de reconquistá-la, inclusive para proveito do grande esforço que se empreende em benefício da Nação mas, antes de tudo, para defender as suas instituições ameaçadas. Observa-se, como fenômeno paralelo, a ser devidamente considerado, que o ânimo do oficial menos entusiasta é atingido por este estado de coisas, ao mesmo tempo que as injunções do orçamento doméstico fazem crescer o número dos que recorrem a expedientes prejudiciais para aliviá-lo. O nível baixo dos vencimentos, até mesmo no cotêjo com certas Polícias, além do fenômeno do seu "achatamento", cria embaraços para a ação do Chefe com problemas humanos que o forçam, às vezes, a transigir nas exigências

SECRETO

SECRETO

- 18 -

impostas pelas servidões profissionais. O ambiente de agitação e a cataquese ideológica, no meio estudantil, começam, por outro lado, a preocupar os Comandantes de Unidades pelos casos verificados de infiltração no quartel, através do conscrito. Cria-se, para tal fim, o conceito do soldado-estudante para contaminar o espírito do recruta, repetindo-se os casos de jovens que se apresentam para servir, com a respectiva classe de incorporação, já devidamente instruídos e orientados para missões de informação, ou outras, incompatíveis com a lealdade do soldado e os princípios da Instituição Militar. O problema decorre da idade de prestação do Serviço Militar e da conveniência de facilitar aos jovens incorporados a continuação dos seus estudos à noite. O Exército está adotando providências, além de estudar uma solução satisfatória para o problema. O trabalho de infiltração se verificou, também, na Academia Militar, cujo Comandante acaba de identificar os cadetes componentes de um grupo de catequese e propaganda subversiva. Já foram adotadas as medidas necessárias. Esses fatos revelam o grau de contaminação do ambiente estudantil, para o fim colocá-lo a serviço da subversão, sendo de salientar a preparação de grupos de jovens na técnica de "guerrilhas urbanas", do uso de explosivos, das táticas para enfrentar os elementos de repressão, sob o comando de líderes capacitados. Os referidos grupos, conforme levantamento feito por penetração de agentes nos últimos movimentos de rua, se caracterizam pela cor da camisa que adotam, para fins de identificação. Embora o problema estudantil se apresente sob o pretexto de reivindicações da classe, a linguagem e a atitude dos seus intérpretes, em praça pública, é inequivocamente subversiva, e os ataques ao Governo e às Forças Armadas, além de violentos, pregam, desabridamente, a derrubada das instituições. Basta citar esta frase autêntica, ouvida pelos nossos agentes, de um dos oradores do último comício, considerado como "pacífico": "Para cada estudante preso queremos um oficial morto". Apesar de tudo, os jornais continuam a dar cobertura ao movimento, anunciando as reuniões, com fotografias e manchetes, e pondo em destaque o patrocínio da antiga União Nacional dos Estudantes, embora se trate de entidade ilegal, de funcionamento clandestino, cuja ação subversiva serviu de base ao Governo deposto pela Revolução, depois de apuração dos fatos estaremcedores, em grande parte ainda ignorados pela opinião pública. Cumpre citar, além disso, a apreensão e os prejuízos revelados, em apêlos ao Ministério do Exército, pelo Comércio, órgãos de Indústria, classes conservadoras e numerosas famílias, ansiosas pelo restabelecimento da segurança e da tranquilidade que lhes são devidas. Síntese da Situação. Parece indiscutível que os líderes brasileiros da subversão, cumprindo instruções do exterior, intensificam no Brasil, com organização e planos bem elaborados, o processo da Guerra Revolucionária. Para o fim de subverter a ordem social, visando à conquista do poder, partindo do movimento estudantil, soma-se a solidariedade de uma ala da Igreja, dos políticos "cassados" e dos membros extremados do partido de oposição ao Governo. A imprensa, embora se declare tolhida em sua liberdade, colabora, ostensivamente, no sentido de configurar como ditadura militar o atual Governo, insuflando contra ele e contra as Forças Armadas a opinião pública, com desrespeito flagrante à legislação que protege as instituições democráticas. A população

SECRETO

ordeira e as classes produtoras clamam por segurança e tranqüilidade. É evidente que ao Chefe militar escape competência para sugerir medidas legais reclamadas pela situação, mas como se configura, na presente conjuntura, um problema grave de Segurança Nacional, é de presumir-se que ela comporte medidas a serem tomadas no campo jurídico, na forma pela qual o Governo julgue dever fazê-lo, sem comprometer os postulados da democracia, mas, ao contrário, precisamente para defendê-la, nos termos em que o aconselha a rápida evolução dos acontecimentos. O Exército está unido e coeso, através da sua linha hierárquica, e fiel aos princípios da disciplina, para o cumprimento das missões que lhe der o Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

.....
 PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Ministro da Aeronáutica, com a palavra.-----

.....
 MINISTRO DA AERONAUTICA - Excelentíssimo Senhor Presidente. Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Foram feitas aqui, até agora, três exposições elucidativas e completas. A exposição do Senhor Ministro do Exército aprofundou-se mais quanto ao meio militar e pelo que Sua Excelência disse, verifica-se um interesse na contaminação do Exército o que é verdade quanto às três Corporações. Não me caberia agora novo exame da situação, mas eu gostaria de assinalar apenas que essa ameaça às Instituições estão caracterizadas ou nela estão contidos três processos; estudantil, hoje como vanguarda da subversão, a subversão comunista e o revanchismo a contra-revolução. Esses movimentos usam para sua propaganda, dos meios normais que as democracias utilizam. Mas tem deformado, de tal maneira, as intenções do Governo e as medidas governamentais que tenho a impressão de estar num pesadelo, vivendo aquela situação em que os fatos se apresentam, o perigo aumenta, e o organismo não reage ou está impossibilitado de reagir. Esta é minha impressão, quero demonstrar a minha compreensão e também a preocupação dos oficiais, particularmente os mais jovens, que nos trazem suas observações de como vem os acontecimentos. Considero a atual agitação estudantil, no Brasil, como de cunho internacional, conduzida por uma liderança devidamente organizada e comandada. Há uma hierarquia, uma organização de autoridade, paralela à autoridade do Estado o que nos enfraquece e nos expõe a sermos, vamos dizer assim, ultrapassados por essa outra autoridade, que se configura paralelamente ao Estado. Quando os estudantes anunciam uma passeata, nós tomamos apenas atitude defensiva, recomendamos ao cabo motorista que traje civilmente, para sua viatura não ser virada e incendiada. Nós, para evitar atritos, também trajamos civilmente, dado que é difícil reprimir essas atitudes. De outra parte, como se viu nessas últimas passeatas, com a participação das mães de família, minha preocupação aumentou, pois que a família é célula da sociedade e se ela for rompida, como se rompe o átomo, desencadeiar-se-á então, a explosão em série e a coisa, ficará incontida. Se é difícil reprimir a juventude numa demonstração dessas, mais difícil ainda é nos opormos às mães de família. Com tudo isso fico seriamente preocupado. As medidas que sugiro são as seguintes: Em primeiro lugar acho que a gravidade da situação impõe em que os três poderes sejam

SECRETO

- 20 -

convocados para o equacionamento do problema. O Executivo desgartar-se-á muito se ficar sòzinho nessa luta pela preservação das Instituições. Nós vimos o Superior Tribunal Militar suspender sua sessão, por falta de segurança. Parece-nos, que é o momento de mostrar, que o julgamento dos fatos não pode se cingir a uma formalística fria, divorciada desse fenômeno que aí está ocorrendo. Pelo simples fato de um processo não estar bem organizado, não me parece que seja motivo para se deixar de levar em consideração as raízes e tudo o que está acontecendo no País. O Legislativo, sem dúvida, tem se manifestado em alguns setores como nitidamente subversivos. Parece-me que esses setores estão trabalhando contra as Instituições, fugindo ao destino de sua própria existência. Então. Primeira medida: Convocar os três Podêres. Segunda medida: No que diz respeito ao Executivo, há necessidade de medidas para que se ponha um ponto final nessas agitações, daqui para frente é preciso que impeça a ordem, para que as classes produtoras, as famílias, enfim, a vida nacional prossiga normalmente. Estas medidas deverão variar segundo as circunstâncias; admito desde o Estado de Sítio até uma declaração formal para ser realmente cumprida, com toda a energia. Entretanto, acho que se a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, contém dispositivos que são realmente adequados, falta, no entanto, uma regulamentação ou uma legislação subsidiária que, ao invés de obrigar o Estado a provar que o indivíduo transgrediu essas leis ou violou os princípios fundamentais, atue sob o efeito do delito flagrante, atribuindo-se ao indivíduo provar que não transgrediu e não um processo em que o Estado tem de ir colher provas para levar a julgamento, com toda aquela série de recursos protelatórios que prejudicam os resultados. Encerrando exponho o meu ponto de vista de que os três Podêres devem ser convocados a participarem das medidas para sobrevivência da Democracia. O Judiciário tem que estudar essas Leis, suas processualísticas e de modo a tornar mais automática e mais efetiva, a aplicação das Leis de Imprensa e de Segurança Nacional. Muito obrigado.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Para terminar a área nitidamente de Segurança, com a palavra o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas-----

.....
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FÔRÇAS ARMADAS - Senhor Presidente. Depois das exposições ouvidas aqui, principalmente do Secretário-Geral do Conselho e do Chefe do SNI, não vejo o que mais possa dizer. Acho que o assunto está praticamente esgotado. Devo apenas, como Chefe Militar, lembrar aqui, nesta oportunidade, e Vossa Excelência há de me desculpar, que nós militares, temos como melhor defesa das nossas coisas o ataque ou a ofensiva. Quer dizer isso que corroborando as palavras do Ministro do Exército e do Ministro da Aeronáutica, sem esquecer as palavras de Sua Excelência o Ministro da Marinha, acho que nós devemos passar à ofensiva em todos os setores. De início, quero lembrar que Vossa Excelência dispõe da união das Fôrças Armadas, embora haja uma certa inquietude nos meios militares, entre os oficiais e entre os elementos de menor graduação. Inquietude que provém, principalmente, da sensação que eles têm que o Governo está inoperante. Mas não é só disso, como bem disse o

SECRETO

SECRET

- 21 -

N.º

José Juscelino Kubitschek

Senhor Ministro do Exército, também provém dos vencimentos baixos que os oficiais, de uma maneira geral, recebem. Digo bem, os oficiais, porque os graduados recebem vencimentos muito mais elevados, em proporção com os vencimentos dos oficiais, aliás, como é do conhecimento de Vossa Excelência. Portanto, qualquer medida que depender dos meios militares, poderá ser executada sem receio de qualquer defecção. Por outro lado, entendo que no campo político, vale dizer no Congresso, devem ser explorados esses assuntos tratados pelo General PORTELLA e pelo General MEDICI. É claro que não dando a eles conhecimento daquelas coisas mais secretas. É preciso caracterizar que já estamos em plena Guerra Revolucionária e os elementos da ARENA, a meu vêr, devem, no Congresso, versar isso por sua própria iniciativa e não continuarem na apatia em que estão em face do MDB. Desculpe-me Vossa Excelência, estou entrando num campo que não é propriamente o meu, no campo político, mas é assim que vejo a ofensiva de que falei. Eu me escuso de não dizer outras coisas mais porque acho que tudo já está suficientemente claro pelas exposições anteriores.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Nós atingimos a metade da nossa agenda. Vamos ter um intervalo de dez minutos para o cafêzinho.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Retomando os trabalhos, vamos ouvir a exposição do responsável na área civil ou na área política, pela Segurança Nacional, que é o Ministro da Justiça.

.....
MINISTRO DA JUSTIÇA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho. Senhor Presidente, há uma coincidência de pontos de vista bastante interessante, entre o que acabamos de ouvir do Senhor Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional do Chefe do Serviço Nacional de Informações, dos Ministros das Forças Armadas e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Razão porque, Senhor Presidente, aceitando como prova da verdade, tudo quanto foi aqui exposto, não só porque temos a companhia de perto a evolução desses fatos, como também de informações recebidas de Suas Excelências, não vou repetir os fatos que acabam de ser narrados. Apenas desejo salientar, Senhor Presidente, de que em verdade nós nos encontramos, no momento, em face de problemas de suma gravidade, a Guerra Revolucionária e a Guerra Psicológica. A Guerra Convencional tendo sido afastada, segundo os que mais entendem do problema, principalmente pela intervenção da força atômica, como elemento de destruição, passou o Partido Comunista Internacional a conquistar os Estados através da Guerra Revolucionária e da Guerra Psicológica. Sua Excelência o Senhor Ministro do Exército mostrou fatos que ocorreram em várias partes do território nacional e que demonstram, inequivocamente, que nos encontramos em plena Guerra Revolucionária. Negá-la, seria negar a própria existência dos fatos. Situação de Guerra Psicológica, que nós sabemos através dos órgãos de Informações, dominada em sua maioria, posso mesmo afirmar, em sua quase totalidade, por elementos comunistas. Elementos comunistas esses que assumem até a direção de jornais, de jornais que conhecemos com órgãos conservadores, como por exemplo o "Estado de São

SECRET

SECRETO

- 22 -

Paulo", no meu Estado, que teve, na sua Secretaria-Geral, um professor comunista da Universidade de São Paulo. A "Fôlha de São Paulo" tem a dirigi-la um elemento comunista, que, como tal, fôra eliminado do próprio "Estado de São Paulo". Li, há dias, Senhor Presidente, um artigo de hum mil novecentos e sessenta e cinco, escrito por um representante do Jornal do Brasil, numa Conferência Internacional de Intelectuais de Moscou, em que dizia êle "que tal foi o entusiasmo do povo que assistia a essas homenagens, que êle cantou, na lingua portuguesa, a Internacional". Isso caracteriza, Senhor Presidente, como agem êsses órgãos. Essa infiltração se opera, também, através dos órgãos de Informação falada, como a Televisão e o Rádio, Se é certo, que quanto a êsses, há o recurso do Conselho Nacional de Telecomunicações, inclusive para retirá-los do ar, quando atingem a certas posições, considerando a natureza da concessão dêsse serviço público, relativamente à Imprensa e principalmente, quanto a falsidade das notícias e ao disvirtuamento dos fatos verdadeiros, nós não encontramos, de maneira eficiente nenhum recurso na legislação atual. Porque tanto a Lei de Imprensa como a Lei de Segurança Nacional, ao combaterem a falsa notícia ou a distorsão de fatos verdadeiros, que desinformam a opinião pública, condicionam a existência do crime, a perturbação do crédito do País, a que tragam descrédito nacional, a que possam promover a destruição do regime, enfim, certos fatos que dependeriam de provas e sabemos nós, falamos agora como advogado, as dificuldades de que em juízo possam ser atingidos. Nós verificamos que indiscutivelmente a Imprensa, principalmente a Imprensa, que cria a opinião pública, vem exercendo uma pressão tremenda sôbre a opinião pública e, essa opinião pública que tão festivamente recebeu a revolução de março, de que Vossa Excelência foi o Chefe incontestável, e que hoje nós a encontramos completamente contrária a nós. Encontramos a massa estudantil servindo de massa de manobra, ou na verdade mesmo, como pano de bôca do palco em que nos situamos, assistindo à sua escalada subversiva e revolucionária para tomar o Poder, orientada por elementos que não são elementos estudantis. O comunismo na Imprensa, Senhor Presidente, foi analisado em Inquérito Policial Militar em hum mil novecentos e sessenta e cinco, não sei qual foi o destino dêsse Processo aberto pela Revolução. A ação dos intelectuais, Senhor Presidente, é então das mais graves. Dizia Lenine numa exposição, logo após a queda de Kerenski, que temia mais as idéias que os canhões. Essa é uma evidência. Nós temos, Senhor Presidente, certas Imprensas que publicam livros de divulgação marxista e contrárias ao Governo, principalmente a chefiada pelo comunista Ênio Silveira. Por exemplo, a "Civilização Brasileira", a revista "Política Internacional", a revista "Paz e Guerra" e ainda recentemente surgiu, em São Paulo, a revista chamada "Ataque", onde os elementos do teatro procuram, através da defesa do Teatro Nacional, que está em grande disputa, única e exclusivamente a desmoralização da autoridade, do regime e, mais do que isso, da Revolução de março. A Revolução foi tímida, não se realizou por inteiro. Na verdade, estamos vendo que a contra-revolução se encontra nas ruas. A contra-revolução se encontra na Imprensa. A contra-revolução se encontra na Igreja. A contra-revolução se encontra no meio estudantil. A contra-revolu-

SECRETO

SECRETO

- 23 -

N.º

ção se encontra nos meios políticos e, até mesmo, elementos que deveriam, por princípio de fidelidade partidária, dar apoio ao Governo estão também marchando ao lado da contra-revolução. Não quero citar nomes, Senhor Presidente, mas pelos debates e manifestações de opiniões no Congresso, encontramos elementos filiados ao chamado Partido do Governo a pregar a contra-revolução, a combater o Governo e, mais que isso, a derrotar o Governo no Congresso Nacional, esquecendo-se que nos encontramos ainda num desenvolvimento do processo revolucionário. Na verdade, estamos sentindo a vitória psicológica da contra-revolução. É necessário dessa maneira, que nós procuremos uma forma de sairmos desta situação, cuja gravidade, cujos fatos, foram tão bem analisados, pelas autoridades que, melhor do que eu, tiveram as fontes de Informações e, em relatórios magníficos, situaram a verdadeira posição nacional. Nós teremos duas alternativas, na minha opinião, ou partimos para a ofensiva, como sustentava, há pouco Sua Excelência, o Senhor Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, ou temos que restaurar o princípio revolucionário. Para partirmos para esta ofensiva, é indispensável organizarmos os meios de Informação e de Comunicação. Tenho a impressão de que, realmente, nós estamos perdendo a Revolução por falta de uma comunicação mais direta, mais eficiente, mais autêntica com a opinião pública, Mas como conquistá-la se os órgãos de Informação e de Comunicação se encontram totalmente contra nós? Teremos meios de, através deles, reconquistar a opinião pública perdida? O tempo e o espaço perdido? Os estudantes? A Igreja? Penso, Senhor Presidente que seria uma tarefa ingente, Creio mesmo, Senhor Presidente e Senhores Membros do Conselho, que não atingiríamos a esse objetivo, porque a imprensa, principalmente, infiltrada como se encontra de elementos marxistas, de elementos comunistas que a dirigem e a orientam, levando avante todos os dias sua campanha de difamação e desmoralização da autoridade e fazendo com que o País atravessasse, novamente, uma crise de autoridade, uma crise de legalidade. Há autoridades que não mantêm a sua própria autoridade decorrente da Lei, permitindo que faculdades permaneçam fechadas por elementos comunistas, há mais de mês e que professores tenham suas entradas vedadas nessas escolas, como acontece na minha Universidade de São Paulo. Eu não acredito, Senhor Presidente, que tenhamos os meios necessários para chegarmos a esses objetivos. As leis que aí estão, a Lei de Imprensa, a Lei de Segurança Nacional, efetivamente, elas contemplam, elas definem, elas qualificam com precisão todos esses delitos. Mas o que temos visto na realidade é que os processos caminham e se esvaem, desaparecem. São "habeas-corpus", são arquivamentos, são prescrições que se sucedem numa rapidez incrível. Poucos são aqueles, que neste momento, têm recebido a sanção da Justiça. Nós mesmos, Senhor Presidente, seguindo a orientação de Vossa Excelência, tivemos que enfrentar, perante o Poder Judiciário, situações para defender o princípio de que os efeitos e os atos da Revolução eram vigentes, e logramos, depois de uma luta titânica, que bem sabe Vossa Excelência, prejudicou-me profundamente, até a saúde, de vencer, melancolicamente, por cinco votos contra seis. Porque a Revolução não chegou, entre nós, ao Poder Judiciário, essa é uma verdade. Estamos, Senhor Presidente, há mais de um ano aguardando o prosseguimento do processo instaurado contra o jornalista HELIO FER

SECRETO

SECRETO

- 24 -

MANDES, por se manifestar sobre assunto de natureza política. O relator que em nos-
sa opinião, com o máximo respeito que tenha pela Justiça, pertence ao lado de lá,
sabendo que este processo seria fatalmente julgado contra sua posição política no
Tribunal Federal de Recursos, o retém desde agosto do ano passado. Temos feito o
possível para que esse processo seja julgado, ainda que contra a nossa tese, para
que então o Poder Revolucionário se defenda e nada conseguimos. Daí, Senhor Presi-
dente, com a máxima vênias, eu discordar do Eminentíssimo Ministro da Aeronáutica, quan-
do Sua Excelência dizia, ser interessante convocar os outros dois Poderes da Repú-
blica para defesa da Revolução. O Poder Judiciário, com a sua autonomia, com a sua
independência, com as suas vaidades, com a sua alta sensibilidade, dificilmente po-
deria participar dessa campanha de salvação nacional, Mesmo porque lá encontramos i-
números inimigos da revolução, que são contra nós, que no momento oportuno de lá
não foram afastados, como deveriam ter sido e como ocorreu a vários países, mesmo
nos regimes de plena legalidade, como nos Estados Unidos, quando Roosevelt se viu
obrigado a implantar o "new deal". Quanto ao Poder Legislativo, Senhor Presidente e
Senhores Membros do Conselho, tenho também as minhas dúvidas, porque os fatos ates-
tam exatamente o contrário. Não acredito, portanto, que pudéssemos pela união, pelo
entendimento dos três Poderes da República, harmônicos mas independentes entre si,
atingirmos os fins que são os objetivos de todos nós, lembrados pelas exposições
que foram feitas e por Sua Excelência o Senhor Ministro da Marinha. Na verdade, Se-
nhor Presidente, nós nos encontramos numa situação bastante difícil e que acima de
tudo é preciso uma coragem cívica de afirmação. Vossa Excelência, que é o Chefe in-
discutível da Revolução, Vossa Excelência que afirmou e tem reafirmado, constante-
mente, com o nosso apoio, nossa colaboração indiscutível, que a Revolução não pere-
cerá. Vossa Excelência que firmou com os então Membros do Comando Revolucionário,
- um deles aqui se encontra, o brilhante Ministro da Marinha, Almirante RADEMAKER-
de que a Revolução não será frustrada. O Ato número dois, também firmado por Vossa
Excelência afirma categoricamente que a Revolução não foi, a Revolução é e conti-
nuará sendo. Vossa Excelência que firmou também o Ato Complementar número quatro,
convocando o Congresso Nacional para elaborar a Nova Constituição ali se afirmou ca-
tegoricamente: que essa Constituição deveria visar a defender os postulados e os
princípios da Revolução. O que nós sentimos, Senhor Presidente, é que toda essa le-
gislação que está aí é insuficiente; é insuficiente porque não encontramos nela,
no momento de crise grave que atravessamos, crise essa que se não discute, pelas
manifestações que aqui foram feitas, essa legislação não nos dá os elementos neces-
sários para que possamos restaurar os princípios e os propósitos da Revolução. Daí,
Senhor Presidente, na alternativa em que nos encontramos, ou partimos para o prin-
cípio que chamaria pacífica de reconquistar, através dos meios de comunicação, a
força própria da Revolução. Não vejo, Senhor Presidente, se não agirmos em dois
sentidos. Inicialmente, buscando na própria Constituição o remédio melhor para res-
tauração da ordem, da autoridade e da legalidade, ou seja, o Estado de Sítio. E se
este não for suficiente, Senhor Presidente, pelo compromisso que tem as Forças Ar-

SECRETO

13


mas, que temos todos nós, por esta Revolução da qual somos responsáveis, não devemos esquecer dos ensinamentos da História, de que nenhuma Revolução se faz em dois, três ou quatro anos. A Revolução Francesa levou decênios, a Revolução Russa, a Revolução de Acapulco, por exemplo, na Turquia, a Revolução de TSANG de MAO na China, a Revolução de Nasser, a Revolução de Peron e a República Ongania, são processos revolucionários, que ainda estão em andamento. Uma Revolução não se consolida em apenas dois ou três anos, principalmente quando se saneia o meio político e o meio cultural para que os princípios democráticos defendidos com risco da própria vida possam permanecer. Neste caso, Senhor Presidente, confesso, confesso, me lancôlicamente, mas como soldado de Vossa Excelência que não vejo outro remédio se não retornarmos às origens da Revolução e através de um Ato Adicional à atual Constituição, darmos, ao Poder Executivo, os meios necessários para salvar a Revolução Brasileira e com ela a felicidade, o bem-estar do nosso povo e a democracia pela qual nos batemos.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Seguindo agora a ordem de precedência, desejaria ouvir a palavra do Ministro do Exterior.

.....
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho O desejo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, de ouvir as exposições dos Ministros nesta oportunidade, foi concretizado. Ouvimos há pouco os órgãos de Segurança. Cabe a nós, de nossa parte, fazer alguns comentários, alguma reflexão sobre o momento atual. Eu, Senhor Presidente, desejaria voltar um pouco ao passado e lembrar-lhes que, antes de trinta e hum de março, o Brasil se achava inquieto, numa situação de dificuldade e trouxe o povo às ruas a festejar o movimento revolucionário. Pelas informações que nos são trazidas agora, depois que voltamos, verificamos que aqueles elementos de sustentação da própria revolução, estão sendo aos poucos solapados. Estamos perdendo a imprensa, os empresários, segundo algumas informações, estariam também sustentando o movimento, estamos perdendo a Igreja, devo dizer, nas classes armadas há grandes descontentamentos, embora elas sejam fiéis às Instituições. A classe política, também, está inquieta. Na classe média e mesmo nas elites também encontramos descontentamento. Portanto, Senhor Presidente, no meu entender, antes de tomar quaisquer outras medidas, que venham desagregar um pouco a tensão no País, seria, de nosso dever, fazer um exame da situação do próprio Governo. Nós teremos um Governo bem recebido lá fora? Devemos cada um de nós, junto a Vossa Excelência, examinar se estamos realmente identificando a nossa ação com as verdadeiras aspirações do povo brasileiro. Sei que todos têm essa intenção, mas é preciso que examinemos bem se estamos trabalhando, harmônicamente, para conseguir aquilo que faz a paz e que o Papa denominou de o desenvolvimento que Senhor Presidente, precisa atingir tôdas as áreas do País e tôdas as camadas sociais. Esse é, talvez, o problema mais sério que nos encontramos, porque sem que o povo esteja tranquilo, sem que o povo tenha paz em casa, sabendo que o seu orçamento é suficiente para manter a sua família, manter as famílias, para cuidar da saúde,

SECRETO

- 26 -

para cuidar do estudo, a inquietação penetra nos lares, facilitando tôdas essas campanhas subversivas, tôdas essas campanhas reivindicatórias, tôdas as campanhas de inconformidade. É preciso, no meu entender, examinarmos bem detalhadamente nos sa atuação, particularmente daqueles incumbidos de certos problemas, para vermos se realmente estamos levando satisfação ao povo, a certeza do povo que o Go verno é aquele que êle deseja. Para verificar, a fundo, aquilo que é necessário re tificar e que a gente deve ter a coragem de retificar, porque, na verdade, depois de trinta e hum de março, nós verificamos que temos vivido certa confusão. Inicial mente, restauramos a Constituição, depois fizemos outra Constituição e falamos ora em legalidade, ora em revolução. Compreende-se porque, na verdade, houve uma Revo lução, um ideal, um processo que fazia as vêzes de legalidade ou a revolução tem a sua própria legalidade e, nesse caso, devemos tomar outras medidas. No meu enten der. Senhor Presidente, temos o dever de ir buscar o apoio do povo, sem prejuízo das medidas que devem ser tomadas para evitar que o País se conflagre com passeatas e outros movimentos que, realmente exigem medidas que preservem ao povo a tranqui lidade para trabalhar. Não se admite falar em desenvolvimento sem que haja um cli ma para o trabalho. Quanto ao ambiente externo, Senhor Presidente e Senhores Mem bros do Conselho, desejo informar, como já foi dito a Vossa Excelência, que realme te em todo mundo, existe essa inquietação; ela não está só no Brasil, está também nos países de regime muito forte. Estive em Portugal, durante uma greve e vi os grevistas enfrentarem a polícia e serem atendidos em sua reivindicação. Sabemos que em tôda parte, os estudantes estão nesses movimentos. O mundo está inquieto, e sei mais Senhor Presidente, que sendo essas agitações movimentos locais, ou países co munistas não se preocupam muito em vir aqui fazer subversão. Eu não sei dizer se os órgãos de Segurança, que estão mais afeitos com o problema, identificaram nes ses movimentos estudantis, nesses movimentos de ruas, a presença de estrangeiros. Acredito que não. O fato é que dentro do próprio país, a inconformidade reinante proporciona uma divulgação muito grande, sôbre o modo de agir, de como fazer a Guerra Revolucionária, então, dentro do país aprende-se a fazer isto, não se preci sando importar ninguém para o fazer. Acho pois que são medidas de ordem internas que devem ser tomadas para evitar, por exemplo, que a mocidade vá diretamente para êsses movimentos. Temos que achar um modo, estudar uma maneira de colocar a mocida de de nosso lado. Na verdade, êste País tem mais de 50% de jôvens e se vamos lu tar contra os jôvens ou lutar contra as mães de família, contra os empresários, ficaremos, de repente, sem fôrça de sustentação, a não ser as Fôrças Armadas, que por sinal são poucas. Somos obrigados a compreender as dificuldades dos Chefes Mi litares. Na verdade é a hierarquia, é a disciplina que nos dão a segurança de que as Fôrças Armadas estão sempre sustentando a liberdade. De modo que, no meu enten der, desejaria, sugerir, a Vossa Excelência, que se fizesse mais uma reunião para examinarmos, mais detalhadamente, o que fazer. Não quero apoiar, emocionalmente, qualquer medida para depois nos arrependermos de as ter tomado, em momento inopor tuno. Sou a favor das medidas mais graves no momento oportuno e quando forem real

SECRETO

N.º *[Handwritten signature]*

mente necessárias. Acho mesmo, Senhor Presidente, que Vossa Excelência, tem dado exemplo de muita prudência. Em tôdas as vèzes que tenho conversado com Vossa Excelência em meus despachos, noto a preocupação de não agravar a situação, de resolver pacífica e legalmente tôdas as situações. Por outro lado, Senhor Presidente, Vossa Excelência tem dado em várias oportunidades, as provas mais inequívicas de sua confiança no Ministério. Individualmente, cada um de nós, tem feito vêr a Vossa Excelência que achamos que como prova de nossa solidariedade, de nosso agradecimento, que Vossa Excelência não deve fazer, no exame de uma situação nacional, cerimônia para modificar ou reorganizar completamente o seu Ministério, para enfrentar a conjuntura nacional. O importante é que Vossa Excelência, que é o Delegado da Revolução, que é o Presidente da República, possa agir com liberdade, não só pela força, pelos instrumentos de força que tem em mãos, mas também através de outras medidas que julgar conveniente, para conquistar, de nôvo, aquilo que a Revolução, aos poucos, está perdendo, o apoio popular, o apoio de tôdas as forças. No passado todos os Governos foram sustentados pelas classes armadas, pela imprensa, pelos empresários, pela igreja. O mundo de hoje está muito conturbado, até essas forças mesmo, eu não acredito que estejam tôdas com a preocupação de comunismo. Por exemplo, todos os donos de jornais são capitalistas, podemos verificar que são capitalistas. Há sim, funcionários e repórteres com tendências esquerdistas e mesmo comunistas. Então seria um passo fácil se conversar com êles, um a um, para que êles façam um exame de seu pessoal. Muitas coisas são publicadas talvez para conquistar a opinião pública, se ela já tem pensamento contra o Governo. Mas isso é oposição, e se ela fôsse mais intensa e não subversiva, seria útil para nós, porque faria com que a ARENA passasse a defender o Governo com entusiasmo o que é importante. De modo que, Senhor Presidente, depois de tôdas essas exposições, acho que a situação nacional é muito grave, mas acho que ainda nós temos muita oportunidade de conquistar uma posição melhor perante o povo. Não é difícil, não se trata do uso apenas dos instrumentos de propaganda, será necessário uma orientação firme, para fazer com que o povo saiba do Governo, onde o Governo serve e tem por objetivo servir. O povo está colocado acima de tudo. Estou certo que se fizermos isto, nós conseguiremos o apoio do povo. Apenas, Senhor Presidente, noutra oportunidade, desejaria analisar, um a um êsses itens feitos, porque muitos dêles exigiriam algum esclarecimento, e porque alguns dados foram omitidos para conclusões dos estudos que nos foram apresentados, porque só assim estaríamos em condições de melhor opinar. É o que tenho a dizer no momento.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O Ministro do Exterior abordou um ponto que eu chamo de o óbvio ululante. Por as pastas à disposição do Governo é medida desnecessária, pois a Constituição dá ao Presidente da República a prerrogativa de nomear e de demitir os seus Ministros. Aliás, os Ministros ao assumirem o cargo sabem disso. Se o Governo, se o Presidente da República até hoje não manifestou a qualquer de seus Ministros a idéia de que êle não merece a sua confiança, acho, que qualquer manifestação nesse sentido, na imprensa ou fora dela é impertinente e inoportuna.

SECRETO

- 28 -

O Governo outro dia, desmentiu categoricamente que quatro, cinco ou seis Ministros tivessem pedido a sua substituição, isto porque, o pedido de demissão deve ser formalizado. O Presidente da República só poderá tomar conhecimento de uma atitude dessa, de qualquer Ministro, formalisticamente por escrito ou com um pedido formal e não como fazem, dizendo: Nós estamos inteiramente à sua disposição se quiser fazer qualquer modificação. Isso é óbvio, porque o Presidente da República tem atribuição, para dizer aos seus Ministros "O Senhor está me perturbando, o Senhor, por favor, me ceda a sua pasta pois tenho um candidato. No entanto, o que acontece é que não vejo motivos pessoais, vejam bem, eu acho que a conjuntura é de tal ordem que não será a troca de um homem, dois ou três, não será a mudança em um Ministério que resolverá esse problema, o que resolverá essa situação é a união de todos os Ministros em torno do Chefe do Governo, todos deixando ao Presidente da República a oportunidade ou não dessas declarações. Do contrário nós seremos derrotados pela divisão de nossas forças. A força principal deste Governo reside na sua honradez e na sua honestidade, o que eu reconheço em cada um dos Ministros. Reconheço justamente a preocupação de todos de bem servir ao povo, o que aliás, é o ponto alto deste Governo. Agora se contrariamos interesses, nós não transigiremos. Quando Vossa Excelência fala no empresariado, nós sabemos que estamos em luta com uma parte dele, não digo com a maioria. São aqueles grupos que não pagam impostos, que sonham e que querem, a toda forma, mudar o regime, mudar o Governo, para fazerem aquilo que faziam antes da Revolução. Temos dados positivos sobre isso através do Ministro da Fazenda. Quero assinalar que a substituição de um ou dois Ministros ou mesmo de todo o Ministério, não resolverá o problema, porquanto o Governo acha que todos os Ministros vêm cumprindo satisfatoriamente, o seu dever, principalmente perante o Chefe do Governo de quem eles devem merecer toda a confiança. Nós sabemos dos insidiosos ataques e da solércia miserável a procura de todas as falhas do Governo. Nós sabemos também que se não nos apresentarmos solidariamente unidos, com uma solidariedade perfeita de um para com os outros e, sobretudo, para com o Presidente da República, nós não venceremos jamais essa crise. Eu considero a substituição uma brecha no Ministério, uma possibilidade de penetração violenta e consequente destruição do arcabouço governamental. Talvez, por isso, dizem que sou sereno tranquilo. Sou, porque já passei por fases muito piores do que esta, não de caráter tão amplo e no contexto internacional. Dentro do País, já tivemos crises muito mais violentas do que esta. Haja visto, que houve Governos que passaram todo o tempo em Estado de Sítio para conter agitações, armadas às vezes. Tivemos época em que, o Partido Comunista, na legalidade, era elemento de combate ao Governo, em todo o País, não era só nas grandes capitais, mas no interior, também, eram os compromissos, mais isto, mais aquilo e o Governo superou aquelas crises. Eu não vejo sinceramente, data venia do nosso Ministro do Exterior, a quem agradeço sinceramente a declaração de que ele não constitui obstáculo, mas isso eu o sabia desde o primeiro dia em que escolhi cada um dos meus Ministros, mas não é a oportunidade de substituição, os meus Ministros sofreram comigo até agora, um ano e meio de Go

SECRETO

N.º *[Handwritten signature]*
15

vêrno e além disso, nós não devemos nos assustar por êsses ataques que sabemos destituídos sobretudo de moral. Tenho muita fé em Deus e certeza de que o povo brasileiro, em última análise, acabará reconhecendo os bons propósitos do Governo, mas quero que êle o reconheça através dêstes Ministros que até hoje conseguiram trazer o País dentro da nova ordem, que é constitucional. Quando assumi o Governo, a previsão era de que havia um esboroamento completo na mudança do regime de Fôrça para o Regime Constitucional. A previsão era muito séria. Sabia que iria sofrer tudo isso e eu não vejo porque uma circunstância excepcional, digamos extranacional deva influir na composição do meu Ministério. Realmente o que se passa no Brasil, verifica-se também na Alemanha, na Itália, na China, no Japão e nos Estados Unidos. Então, esta efervescência, nós que aguentamos até agora os embates dessa passagem, dessa transição ou dêsse transplante em têrmos moderno, vendo o coração de uma Revolução ser transplantado a uma Constituição, que sofremos até agora, temos que aguentar o período de rejeição, porque isto viria fatalmente, mais dia, menos dia, que é a rejeição da Revolução. Infelizmente, neste País, a mentalidade estabelecida pela Revolução é um corpo estranho, é novidade. Fácil para nós seria e disso eu sou testemunha de captar a imprensa pelo menos se é o que ela representa, a opinião pública. Bastava ceder, bastava não impor o pagamento de dívidas, bastava pagar, mas o Governo não pagará jamais. O Governo cobrará àqueles que devem cumprir o seu dever de pagar, pouco importando se as dívidas foram criadas através de vários anos, o Governo tem a obrigação de cobrar. Ora, isso pode acirrar os ânimos, eu sei que pode, mas nós não poderemos transigir dentro de nossos princípios normais. O Governo pode contemporizar mas não pode tansigir, o Governo pode, digamos assim dizer, "bem, vocês podem pagar em dez anos" mas pagam. o que querem não é isso, querem a absolvição absoluta, querem o perdão e querem mais dinheiro, querem que o Governo dê mais dinheiro. O que não daremos jamais. De maneira que desculpem esta interrupção de raciocínio que estávamos fazendo e pediria agora.....pois não.....

.....
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Queria prestar um pequeno esclarecimento.....
 não quiz ser impertinente.....

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo) Não, não, eu agradei até.....

.....
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - (Falando simultâneamente) Apenas quiz dizer o seguinte..... é a pergunta feita a todos nós.....

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Falando simultâneamente) Eu o entendi, e o tomo no melhor sentido.....

.....
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - (Falando simultâneamente) Não quiz desconsiderar.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Eu o tomo no melhor sentido. Agora, não desejaria que isto fôsse a público. Porque a público demonstraria o que? Não saiu no jornal, outro dia, que cinco Ministros haviam pedido demissão? Eu tive que imediatamente desmoralizar, desmentir, pois não era verdade. Entre o Ministro, como já tem sido o caso, dizer gentilmente ou, digamos assim, patriôticamente, dizer se eu posso me constituir em obstáculo, posso me sacrificar. Essa é uma atitude belíssima, magnífica, de desprendimento pessoal e de grande civismo. Pois bem, a mim no caso competiria dizer muito obrigado, o senhor não está me constituindo impecilho e, se o estivesse, naturalmente eu diria que embora me merecesse tôda confiança, seria interessante a sua ausência do Governo para uma composição política. Mas ainda não sinto esta necessidade.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - Verdadeiramente desejo dizer que, com isso, facilitaria qualquer composição.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo) Não, não, eu compreendo.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - (Continuando) que eu sei que é o pensamento de todos, mas Vossa Excelência abordou um problema que realmente deve se constituir em preocupação do Governo. Eu acho que um Governo de Revolução deve ter preocupação de modo a produzir..... realmente.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo) E teremos, na medida em que aqueles elementos venham querer, venham compartilhar do sacrifício do Governo e não venham tirar partido da situação difícil que o Governo atravessa. Aceito qualquer colaboração. Muito obrigado. Agora desejaria, para estragar um pouco o almoço que vem aí, que o Ministro da Fazenda dissesse alguma coisa, para nós ouvirmos, com respeito às repercussões na área fazendária.

MINISTRO DA FAZENDA - Presidente. Eu só ousou falar algo nesta reunião porque, de fato, estou convencido que se trata de um processo puramente ideológico e pragmático, no qual o povo brasileiro tem muito pouca coisa a ver com ele, E, em segundo lugar para dizer que Lenine tinha tôda razão ao dizer: "o caminho mais fácil para destruir a ordem constituída num País é destruir a sua moeda". E foi só mesmo, por causa disto, Senhor Presidente, que eu ousou então falar e, para não massar os demais Membros do Ministério, nem a Vossa Excelência, trouxe alguns quadros para favorecer minha exposição.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo) Nós temos muito tempo, pois nossa previsão para o almoço é de uma hora e ainda temos trinta e cinco minutos, porisso vamos aproveitar ao máximo.

MINISTRO DA FAZENDA - (Continuando) Conforme tivemos oportunidade de ver, na pri

meira reunião do Ministério, o problema fundamental da estabilidade da moeda e do desenvolvimento, residia no nível do "deficit" que tinha sido programado. Vossa Excelência programou e autorizou o "deficit" de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros novos e, felizmente, até o primeiro semestre, vai sendo cumprido razoavelmente. (Mostrando no quadro). Esta era a receita prevista. Este espaço em azul mais claro foi o acréscimo da receita que se conseguiu, devido, principalmente, a recuperação da economia sendo que o nível dos preços continua dentro dos limites estabelecidos. Esta é a despesa que estava programada, esta foi a despesa efetivamente realizada no primeiro semestre e este é o "deficit" que foi da ordem de novecentos e setenta milhões de cruzeiros novos no primeiro semestre, exatamente dentro do quilo que havia sido autorizado por Vossa Excelência. Há grandes esperanças de que realmente possamos permanecer dentro do limite de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros novos. Essas são as taxas de desenvolvimento, dos meios de pagamento e que são o elemento fundamental na determinação do nível de preços. Vemos que esta era a previsão e esta era a expansão. Não um saldo, uma preocupação muito maior este ano e em especial na previsão que, felizmente a economia, como mostrarei dentro de alguns minutos, se recuperou de uma forma surpreendente para todos aqueles que têm participação no processo e, particularmente, para os Ministros da Fazenda, Indústria e Comércio e Planejamento que são os diretamente envolvidos no processo de desenvolvimento. Estas foram as taxas do custo de vida na Guanabara, em um mil novecentos e sessenta e seis, um mil novecentos e sessenta e sete e um mil novecentos e sessenta e oito. As condições existentes permitem, que ainda hoje, seja razoável supor-se que deveremos ter um aumento do custo de vida da ordem de vinte e dois, vinte e três ou vinte e quatro por cento durante o ano, com níveis ligeiramente abaixo do ano passado, como havia sido estabelecido no início. (Ainda mostrando quadros). Este é o índice de preços no atacado, que tem o mesmo tipo de comportamento. Realmente, no primeiro semestre, tivemos um aumento, um pouco maior, no dos preços no atacado, o que se deveu a uma elevação maior do que a prevista nos preços industriais, ligado também aos índices de preços administrados pelo Governo. Todos nós tivemos grande preocupação por estes aumentos, mas verificamos, que a grande contenção realmente imposta, pelo Governo em um mil novecentos e sessenta e quatro, um mil novecentos e sessenta e cinco e um mil novecentos e sessenta e seis, às suas próprias empresas, impedia que essas empresas pudessem continuar se capitalizando. Dessa forma os aumentos no primeiro semestre foram um pouco maior do que estava previsto; de tal forma que há esperança que nos recuperemos no segundo semestre. Este é um quadro que na minha opinião é mais importante, que dá visão, a um longo prazo, da vitória da política do Governo na sua persistência. Estas são as taxas de inflação, por trimestre, no fim de cada trimestre o importante é que ela vai decrescendo pouco a pouco e, mais importante do que isto, é que estamos conseguindo este decréscimo com um substancial aumento de produto. Aquí está um dado muito importante para a economia brasileira, porque revela a grande expansão do setor da exportação. Foi um dos objetivos fixados no fim do ano anterior e que é responsável por uma parte muito grande do desenvolvimento

SECRETETO

- 32 -

que obtivemos. A expansão do setor exportador é bastante grande, particularmente de manufaturas, isto é, de produtos da indústria nacional, cujo índice de exportação aumentou bastante, garantindo uma ampliação muito rápida dos níveis de emprego . (Continua mostrando o quadro). Aqui, Vossa Excelência tem os grandes indicadores da economia brasileira, os indicadores, sobre os quais, tudo repousa, são os indicadores de compras e vendas em termos reais. Vê, Vossa Excelência, que, a partir do início do nosso Governo, neste ponto observa-se uma tendência ascendente, com flutuações, mas sempre ascendente. O consumo de energia voltou a se ampliar, também com flutuações eventuais, mas superando os níveis de sessenta e seis que nosso Ministro Costa Cavalcanti sabe que foi o grande pico. Isto significa que a economia se recuperou de toda a recessão e está com um nível de atividades acima do que existia no pico de sessenta e seis. Este é o nível de emprego. Esta é acredito, a grande meta do Governo. Vê, Vossa Excelência, que a partir do ponto que se iniciou o Governo - Costa e Silva, verifica-se um movimento ascendente do nível de emprego. Já superamos também o nível máximo de emprego de sessenta e seis. O importante é que isto foi feito com extraordinário aumento de produtividade, porque a crise ensinou os empresários que o aumento do nível de emprego só pode ser feito simultaneamente com o aumento de produtividade. Com o mesmo nível de emprego, praticamente, estamos hoje com o produto bruto substancialmente maior. Este outro gráfico é realmente o retrato do desenvolvimento, é o retrato do produto bruto em hum mil novecentos e sessenta e quatro, sessenta e cinco, sessenta e seis e sessenta e sete. De todos os dados até agora obtidos, podemos esperar, para sessenta e oito alguma coisa muito próxima de seis por cento. Se Vossa Excelência me permitir, eu diria que a comparação das médias mensais, daqueles anos, com as do primeiro semestre de sessenta e oito. A média mensal do consumo industrial de energia elétrica em São Paulo passou de quatrocentos e dez em hum mil novecentos e sessenta e seis, quatrocentos e vinte e três em hum mil novecentos e sessenta e sete para quatrocentos e cinquenta e sete no primeiro semestre de sessenta e oito, no Rio, fenômeno idêntico. Na produção de lingotes a média mensal passou de trezentos e vinte e hum mil toneladas em sessenta e seis, para trezentos e cinco mil em sessenta e sete e para trezentos e trinta e hum mil no primeiro semestre de sessenta e oito. A média mensal de produção de auto-veículos passou de dezoito mil e seiscentos em sessenta e seis para dezoito mil e oitocentos em sessenta e sete, para vinte mil e quinhentos em sessenta e oito. Ora, quem está comprando isso é o povo. A área licenciada passou de duzentos e sessenta e seis mil metros quadrados para duzentos e oitenta e seis mil e para trezentos e dez mil no primeiro semestre de sessenta e oito e quem está morando também somos todos nós. O consumo de cimento, passou de uma média mensal de quinhentos e quatro mil toneladas em sessenta e seis, para quinhentos e trinta e quatro mil em sessenta e sete e para quinhentos e oitenta e hum mil no primeiro semestre de sessenta e oito. Estes são dados físicos, que mostram que o Governo está conseguindo um desenvolvimento, com um certo controle do processo inflacionário. Este é um fato muito importante, porque indica que, possivelmente, estamos no caminho

SECRETETO

SECRETETO

- 33 -

N.º

correto. Quer dizer que estamos, a pouco e pouco, saneando a moeda, cujos males são o grande destruidor das estruturas sociais e retomando o ritmo de crescimento. Em nenhum regime político, ainda que estivéssemos num regime do tipo soviético, se obteria taxas de crescimento muito maiores das que obteremos este ano. Esta não é a imagem de um Governo parado como a imprensa procura retratar todos os dias, nem de um Governo imóvel, nem de um Governo omisso, é uma outra imagem, e por isso acho que as observações do Chefe do Serviço Nacional de Informações e do Secretário Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, indicam claramente que há uma disposição, daquelas que dispõem do monopólio da informação, de impedir que a coletividade brasileira tome conhecimento desses fatos. Mais grave que isso, é que, promovendo o boato como os que circulam eles realmente causam perturbações graves na vida econômica do País. Temos um fato, na semana passada fomos obrigados a emitir cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos, porque as agitações levam o povo aos bancos cada um retirando suas economias, porque espera que na sexta-feira vai acontecer isso, na quinta-feira que vem vai acontecer aquilo. Essas agitações destruirão todo o trabalho que está sendo realizado. Fora disso há e houve, o Presidente da República tem conhecimento completo de uma ação contra a nossa moeda, comandada de fora, por instituições financeiras internacionais e levantada em cinco ou seis relatórios. Previam e vaticinavam a desvalorização da moeda para maio, o que afinal não ocorreu, que não era para ocorrer porque nada existia por executar. E, finalmente, Senhor Presidente, fizemos uma análise cuidadosa para verificar qual o prejuízo de arrecadação na semana ou no mês em que se verificou as maiores agitações, que foi no mês de junho. Na Guanabara, onde uma estimativa rigorosa previu uma arrecadação de cento e sessenta e oito milhões de cruzeiros novos e arrecadamos cento e vinte e cinco, isto é, quarenta e três milhões de cruzeiros novos não entraram. Importância que significa, eu acredito quase quarenta quilômetros de estrada, significa todo o programa de irrigação do Ministro do Interior, significa talvez dois terços do programa de telecomunicações do Ministro das Comunicações. Isto dá uma idéia física de destruição a que se pode permitir àqueles que dispõem do monopólio da informação falsificada. Era isso o que eu queria dizer.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Como os senhores sabem, uma das áreas mais sensíveis na sociedade, principalmente na parte estritamente social, é a área trabalhista. Esta área, pela ação inteligente, eficiente, e sobretudo, quase miraculosa do nosso Ministro do Trabalho, um homem inteligente, homem de uma grande sensibilidade política e social, esta área, digo, como um verdadeiro milagre, tem se conservado numa calma e, alguns dias, nas minhas meditações, nas preocupações, chega a me impressionar, como aquela calma que precede os grandes temporais. As informações que me são trazidas pelo Ministro do Trabalho, honestas, justas e até mesmo quase animadoras, não são de todo más, mas exigem que mantenhamos justamente uma pessoa especial para essa área, porque seria então uma desgraça maior se, aos estudantes, aos chamados intelectuais, se juntassem os operários. Todos nós sabemos quais foram os impactos anteriores à Revolução de sessenta e quatro, jus-

SECRETETO

SECRET

- 34 -

tamente através da área trabalhista. Os impactos na economia nacional, são muito maiores, porque, ao invés do Ministro nos apresentar uma percentagem de dezenove a vinte por cento na queda da arrecadação, iríamos ter uma verdadeira degradingolada e conômica e financeira no País. Por isto, eu desejo que o Ministro do Trabalho, agora, faça uma exposição, perante o Conselho, do que se passa na sua área e quais as suas reflexões a respeito.

.....
MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDENCIA SOCIAL - Presidente, agradeço a Vossa Excelência as referências feitas. A recompensa máxima que qualquer Ministro pode obter é ou vir de Vossa Excelência o que acabei de ouvir. Peço, entretanto, que me dê o direito de dizer que esta calma ou aparente calma existente na área trabalhista se deve a uma política global de entendimento e não a atuação pessoal do Ministro do Trabalho. No Conselho de Política Salarial, tem assento sete membros e, a despeito da desinformação permanente da imprensa que como vi salientado aqui, em todo instante, por todos os Ministros que falaram, já é um fato comum, Senhor Presidente, a despeito disso, repito, nós temos agido em íntima compreensão e em permanente entendimento. Nunca houve entre mim, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, apenas, para citar os três, mais postos em choque no problema de política salarial, qualquer forma de disputa ou qualquer forma de luta interna, luta de bastidores em seu Governo. Não importa que jornais poderosos deste País, inclusive o "Estado de São Paulo", digam sistematicamente que eu sou um Ministro demagogo, sou o Ministro da carestia, que o custo de vida já aumentou três vírgula quatro por cento no mês passado, exatamente porque se falou em reformulação da política salarial, neste País, quando Vossa Excelência sabe exatamente, que os índices que levaram a isso foram índices do aumento do custo de habitação e dos custos dos transportes coletivos na Guanabara. Mas, também, tenho tido da parte de todos os Ministros, que têm contato com a área trabalhista, notadamente do Ministro dos Transportes, responsável por uma área que poderia ter trazido problemas muito sérios, para nós, por causa do cais do porto, das ferrovias. Tenho tido da atuação, de parte de cada Ministro, no que se poderia dizer de um êxito permanente de seu Governo, que é um êxito de política global. Eu, talvez, aqui me sentisse muito embaraçado de fazer um reparo a esse magnífico trabalho do Senhor Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, acho que ele disse tudo e foi secundado depois pelas opiniões, sobretudo, dos Ministros Militares, pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Mas, dentro daquilo que aprendi na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, sobre a direção do já eminente Coronel Orlando Geisel, como Chefe de Ensino na minha Escola, gostaria de fazer uma ligeira diferença entre essa probabilidade e a possibilidade que está expressa na fôlha oito do documento original. Onde se diz: até para tranquilidade minha, que "apesar de coincidência de atitudes, embora por motivos diferentes do Ministério do Trabalho e do Partido Comunista é grande a probabilidade de que a massa sindical venha a participar do processo revolucionário em marcha". Eu me permitiria a audácia de propor que se modificasse para: "é grande a possibilidade". Não acreditaria que a "probabilidade" fôsse tão grande já. E verdade que a

SECRET

[Handwritten signature]

Área estudantil, como tôdas as pessoas que aqui falaram, salientaram que era problema até universal mesmo. Essa área estudantil tem reflexos imediatos na área do trabalho. Por exemplo: área de bancários, muitos estudantes na área bancária, muitos estudantes secundaristas e muitos estudantes universitários. Então é evidente que volta e meia vão os estudantes tentar levantar êsses trabalhadores, junto aos seus sindicatos. Aqui na Guanabara, inclusive, há um ponto mais sensível, porque há o sindicato de bancários da Guanabara, que não pertence nem a federação, nem a confederação. Nenhuma federação, nenhuma confederação até hoje foram relacionadas com êsses movimentos. Inclusive, o documento que foi lido pelo General Médici, que fala no Segundo Encontro das Lideranças, foi um documento de lideranças parciais, de grupos que apenas se uniram, sem a presença das Federações que não subscreveram o documento final. Entretanto, entre quatro mil e quinhentos sindicatos é a meu ver, impossível não admitir que amanhã tenhamos dez, trinta ou cem envolvidos no processo, daí admitir-se que o processo é perfeitamente possível. Mas, não o creio, provável no momento, devido a política global que o Governo venha a adotar, inclusive sobre o problema do chamado "arrêcho salarial". A tôda hora nós precedemos a ação, a todo instante nós estamos levantando uma nova perspectiva, uma nova esperança. A política conduzida pelo Ministro do Planejamento e Ministro da Fazenda, bastante realística a êsse respeito, favorece imensamente a nossa causa. Eu gostaria, entretanto, que Vossa Excelência me permitisse falar como membro do Conselho, também, sobre assuntos mais gerais. Acho que o estudo da situação foi primorosamente feito, nesta sala hoje, todos chegamos à conclusão muito fácil que há um processo de Guerra Revolucionária em curso. Não se trata mais de fazer análise. Podíamos tocar no velho realejo da imprensa, mostrando que há quatro anos que essa inteligência brasileira tem sido mobilizada contra a Revolução de março de sessenta e quatro, para incompatibilizar, inicialmente, a Revolução com a Nação, posteriormente, as classes armadas com a Nação Brasileira. E, recentemente, o Senhor Carlos Lacerda, faz uma retificação não são nem as classes armadas, são grupos de militares ambiciosos, na verdade, não revolucionários, que dominam o Poder e que estão esmagando a Nação brasileira. Houve referência do ilustre Ministro da Justiça a um editor, nós podemos fazer a vários outros. Tenho a impressão até que todos nós que lemos livros, sabemos que as edições pós-revolucionárias, tôdas elas pertencem à literatura enquadrada, tôdas elas estão contra nós. Raros são os abnegados que ainda aparecem escrevendo, não livros mais, mas apenas artigos em defesa do processo da Revolução de março de sessenta e quatro. Dentre êles se encontra essa figura atacada hoje, como sendo um dos maiores reacionários dêste País, e que na verdade jamais o foi, que é o Sr. Gilberto Freire, basta que defenda para ser pixado, na boa linguagem da chamada vanguarda.....

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo e falando simultaneamente). Já foi da juventude comunista.....

SECRETO

- 36 -

MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - (Continuando). Já foi acusado, na juventude, de comunista. Não é só a imprensa que deturpa todos os fatos. Há meses, a despeito das demonstrações eloquentes de defesa dos princípios democráticos que todos os Ministros têm tido de Vossa Excelência, os muros de Ouro Preto eram pixados com a frase "Castelo e Costa e Silva - macacos da ditadura". Vemos a palavra ditadura escrita todos os dias e com tôdas as letras, como se vivessemos realmente uma ditadura, dando até vontade de fazê-la. Há esse ônus que todos nós sofremos. O que vou comentar é um extravazamento de uma pessoa irreverente, que talvez já lhe tem criado problemas. Como Ministro de Estado não pude, inclusive, anular um insulto que embora a mim dirigido atingia sim ao seu Governo. Neste Governo seguiu para a Conferência Internacional do Trabalho, a menor delegação dos últimos tempos. Menor mesmo que a do Governo austero do Presidente Castelo Branco. Pois bem, publicou-se, na imprensa da Guanabara, ser de cinquenta e duas pessoas pagas a dólares. Isto criou espécie até na área militar, porque, como Vossa Excelência, vim dela e com ela mantenho ligação e sei desses comentários. Essa foi a maior calúnia que se praticou. Tenho como testemunha o Ministro do Exterior, que levou a Vossa Excelência o Decreto de autorização e sabe que para atender oito itens dessa Comissão, nós só levamos seis pessoas, quando podíamos ter levado oito vezes dois, dezesseis pessoas, de acordo com o Regulamento da Conferência, mas levamos apenas seis. Para rebater a acusação recorri ao CONTEL e me deram um minuto, em TV para eu desmanchar tudo aquilo que aquela pessoa tem o direito de falar, todos os dias, trinta ou quarenta minutos. Com esse processo não é possível jamais silenciar. A figura do Ministro da Educação é sistematicamente distorcida. A todos os momentos, qualquer um dos Ministros é apresentado como sendo inoperantes, incapazes, ou então procura-se fazer crer entre nós, uma luta permanente ou a aparência de luta pela Presidência da República, o que prejudica o Governo de Vossa Excelência e prejudica a imagem do Governo para com o povo. Este parece-me um ponto fundamental, porque é uma causa e não apenas um efeito, nela se confundem causas e efeitos. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas definiu e eu não vou louvá-lo porque ainda me considero seu velho subordinado e portanto, louvar significa, de qualquer modo criticar, disse a ação a executar que é passar à ofensiva e parece que todos estaríamos de acordo com o que Vossa Excelência assim decidisse. Gostaria de falar, então, sobre o quando e como. O quando me parece ser já. Quanto ao como, a variação é maior. Aprendi muito cedo na minha vida militar, que não se deve desperdiçar um tiro de canhão num objetivo, num alvo que merece apenas um tiro de fuzil. Em segundo lugar, acho que ao se aplicar uma linha de ação, deve-se fazê-la para remover as causas e não apenas para conter ou neutralizar os efeitos, deixando que esses efeitos se agravem, cresçam para que depois novas providências, cada vez mais fortes, precisem ser tomadas. Tenho muito medo, Senhor Presidente, quando ao raciocinar mostramos um certo caráter de raciocínio tenso, nesses casos para a decisão, entra uma certa condicionante que é com o perdão da palavra, mas é a única que eu encontro, uma histeria no raciocínio. Nessa situação raciocina-se logo naquela história, de "vamos jantar antes que nos almoçem". Acho que a linha de ação deveria ser composta, ela só teria cabimento com

SECRETO



posta, deveria ter vários aspectos, dois aspectos são fundamentais, o aspecto político e o aspecto administrativo, o aspecto administrativo englobando o dispositivo de segurança. Creio, talvez, tendo a ousadia de discordar da opinião dada pelo meu eminente amigo Ministro da Justiça, que na área parlamentar, tem Vossa Excelência a maior facilidade de compor. Talvez, nosso mal, seja ter suportado esse partido que Vossa Excelência entende como sofrendo do mal do gigantismo. Dei-me ao luxo de comparar, outro dia, as cadeiras que Vossa Excelência detém, no Congresso, para a ARENA, com o êxito retumbante do General De Gaulle, na França e verifiquei que Vossa Excelência tem mais do que ele. Talvez, este gigantismo nos atrapalhe, talvez fôsse chegada a hora de se fazer, não um bom expurgo, que é uma palavra muito anti-pática, mas uma boa seleção para saber-se aqueles que deveriam ficar conosco. Ouvi também dos Ministros que aqui falaram, que é preciso engajar o partido político na defesa do Governo, isto parece-me importantíssimo que se faça e se pode fazer. Pode-se manter esse grupo minoritário subversivo, ideológico, que pode ser, mas que é minoritário. O que há é esta inação inicial e, no máximo, essa ação defensiva a que o General Orlando Geisel se referiu ainda há pouco. Tenho a impressão que Vossa Excelência pode rapidamente, dentro do "livrinho", obter esta solução. Quanto ao problema administrativo, eu lhe peço, até perdão, permita-me que lhe fale assim mas eu vou me redimir de um erro que pratiquei. Eu admiti, Senhor Presidente, todos nós sabemos do grau de energia de Vossa Excelência, nós sabemos que nenhum dos seus Ministros deseja embaraçar a ação de seu Governo, mas nós sabemos também que Vossa Excelência é homem de afeto, que jamais praticaria um ato que considerasse injusto para com um auxiliar que, lealmente, o ajuda a conduzir este País. Por isso tive a idéia, não só eu, Senhor Presidente, porque nós também, os Ministros, conversamos e creio que o Serviço Nacional de Informações sabe disto, os Ministros também trocam opinião e alguns deles chegaram à conclusão que talvez devessem oferecer a Vossa Excelência, não aquilo que é o "óbvio ululante", pois é claro, todos nós sabemos que Vossa Excelência pode nos demitir a qualquer momento, mas para o livrar dos escrúpulos que Vossa Excelência teria em sacrificar um homem, apenas, para um efeito psicológico. Isto, talvez, fôsse irrealizável no feitio de Vossa Excelência, daí, então, a atuação que eu também cumpri. Achamos que numa recomposição ministerial, com uma simples mudança, Vossa Excelência poderia, não propriamente com o sacrifício de cada um de nós, pois seria até um prazer, um dever patriótico, ter contribuído, cobrir uma área psicológica. Esse ato não seria a solução, mas, uma ajuda para a solução que seria de outra natureza, seria evidentemente, a solução administrativa. Falou-se em Estado de Sítio, é um dos remédios constitucionais, é um dos remédios que todos nós temos que admitir como viável. Mas o Estado de Sítio, sem a remoção das causas, agravará a solução, portanto, o Governo não sairá dele nesses quatro anos. A minha impressão, dentro da área do Trabalho, extravasando para estas observações, que Vossa Excelência, pacientemente, permitiu-me fazer, é que nós temos soluções para oferecer a Vossa Excelência dentro do quadro atual. Passando-se à ofensiva, através de medidas concretas, nós temos condições para nos opor a evidente e indiscutível marcha da contra-revolução que está nas ruas, está no

Congresso, está na Imprensa. O Ministro do Exterior falou que os jornais são propriedades de capitalistas e o são de fato, até de condessas. Mas, acontece que, as redações, as oficinas e sobretudo as redações, estão preparadas, bloqueadas e ocupadas por pessoas que estão interessadas em destruir o processo da Revolução de trinta e hum de março. Na verdade não interessa que a cúpula esteja dominada por um determinado pensamento, se outro é o pensamento daqueles que, na verdade fazem o jornal, daqueles que cibilinamente alteram as informações dizendo, por exemplo, que culpei Vossa Excelência de tratar com paternalismo os estudantes, numa total mentira. Nada foi dito, no entanto saiu num dos jornais mais responsáveis que é o Jornal do Brasil.....

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo). Transmitiram, inclusive, que meu avião teve pane, que ficou sobrevoando uma hora, notícia que foi desmentida na mesma hora e não a desmentiram. Posteriormente, o jornal publicou a falsa notícia sem se dar ao trabalho da comprovação física, a mentira era evidente e não foi desmentida. Ao almoço, ouvi a Rádio Jornal do Brasil, e, mesmo depois dos desmentidos, à noite, o Repórter Esso confirmou: "Avião do Presidente em pane". Os jornais de hoje dão destaque a isso. É um exemplo insignificante, mas é a comprovação física da mentira, mentira que os jornais mantêm. Eu não sei qual o interesse, será que é para demonstrar que os meus aviões estão em mau estado? Assim contribuem para que eu apresente o Ministro da Fazenda a dar o dinheiro para a compra do "ONE ELEVEN". Não sei enfim qual o interesse, a intenção talvez seja, apenas, para intrigar, mas eu não tenho interesse em saber, pode continuar.....

.....
MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - (Continuando). Estou certo que esta é a causa, atacar as Forças Armadas. Eu reputo que essa justamente é uma das causas fundamentais. Creio que Vossa Excelência poderia adotar duas ordens de medidas, a primeira através de ações adotadas, na plenitude das liberdades da Constituição, a segunda, se a primeira não fôr possível, através de medidas de coação, dentro da própria Constituição com a censura do rádio, da televisão, que tem levado às vezes, por conta e risco do programador ou de um apresentador, as Forças Armadas ao ridículo, tentando apresentá-las como capazes de espezinhar a população civil. O que não acontecia desde hum mil novecentos e oito, e teve lugar, apenas na campanha sucessória de Rui e Hermes, hoje é um fato corriqueiro que não podemos negar. O relato feito pelo eminente Ministro do Exército, confirma o que nós já tínhamos e do que tínhamos alguma notícia. A ameaça de agredir oficiais e o Ministro da Aeronáutica acabou de afirmar que, para evitar problemas, ele próprio e seu motorista se trajam civilmente, é grave, tudo isso ocorre porque estamos acuados quando deveríamos estar na ofensiva para reposição da Revolução nos seus devidos termos. Esse é o meu parecer.....

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Deveria, agora, como ponto culminante desta reunião, fa

lar o Ministro da Educação e Cultura. Porém, como há um Grupo de Trabalho colhendo sugestões para uma atuação eficiente, eu me reservo para ouvir o Ministro da Educação e Cultura, numa outra ocasião, em que ele relate, perante os Ministros e não mais perante o Conselho, pois que bastará uma reunião ministerial, as providências que estão sendo tomadas para o atendimento das causas profundas da agitação estudantil, naquilo em que realmente haja uma reivindicação estudantil. De acordo com o que foi aqui demonstrado, o que menos existe, na realidade, é a agitação estudantil. As causas da agitação na área estudantil são mais profundas, são mais amplas, extrapolam mesmo do âmbito nacional e tem uma feição nitidamente subversiva. Estão usando os estudantes como uma vanguarda, digamos assim. O tempo hoje transcorrerá rápido e nós poderíamos ainda continuar esta reunião, mas, eu me comprometo a convocá-los novamente, para prosseguir nesta série de informações. O CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL não é um órgão deliberativo, quero que compreendam bem isto, é um órgão de assessoria. Como disse, precisamos agir em bloco, unidos. As informações que hoje os senhores acabaram de receber, através dos órgãos de maior responsabilidade no que diz respeito à Segurança Nacional, capacita cada um dos senhores Ministros a trazer na próxima reunião uma opinião, um parecer bem balanceado. Seria exigir demais, se nós prolongássemos hoje, esta reunião de maneira indefinida. Eu não visto, ao ouvir o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, procurar decisões imediatas. O que desejo é que cada um dos senhores se capacite a atuar porque essas informações são honestas, são reais, algumas talvez traduzindo, pelo parecer de algum Ministro, uma preocupação um pouco pessimista ou exagerada, o que é natural, de qualquer forma elas são verdadeiras, disto não há dúvida. Desejo, uma próxima reunião, que poderá ser feita ainda no Rio de Janeiro, digamos na segunda-feira, porque todos estarão aqui, creio eu, aqui ou há alguma previsão? Começaríamos então pelo depoimento do Ministro da Educação e Cultura.

.....
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Se Vossa Excelência me permite, proporia que fôsse na terça-feira, pois na segunda-feira teremos a principal reunião do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Pretendo, na terça-feira, começar a reunião mais cedo, às nove horas e trinta minutos, seria possível? Confesso que julgava que o assunto fôsse tratado com maior rapidez.... (Vários Ministros falando simultaneamente proferindo a hora),..... nove horas.....nove horas. Precisamos ouvir, ainda, os reflexos de tudo isso, nas demais áreas, nos Transportes, na Agricultura, nas Minas e Energia, na Indústria e Comércio o que é importantíssimo. Quando o Ministro do Trabalho citou a equipe do Conselho Salarial, não se lembrou do nosso Ministro da Indústria e Comércio, que é o homem que sofre da parte do empresariado e também da parte do empresário. Desejaríamos, também, que, em face do exposto até agora, que cada um fizesse uma síntese daquilo que pode ou deve sugerir ao Presidente da República, decorrente de tudo o que aqui se disse. Apreciarei muito a opinião de

SECRET

- 40 -

cada um, seja a extremada, seja a mais tolerante. Delas tirarei a média e tomarei a decisão. Tive certa vez um depoimento muito interessante do meu atual Ministro do Exército: "as suas reuniões do Alto Comando são muito interessantes, todo mundo o pina, todo mundo fala, mas ao final, o Senhor dá a sua decisão", o que não é comun, é raro observar-se. Quero dizer, dou a liberdade de expressão, dou a liberdade, mas no fim, tomo a decisão. Eu sou homem habituado em tôda a minha vida a tomar decisões. Ainda outro dia eu disse as misses que não desejaria estar naquele juri porque seria uma decisão difícil, de qualquer forma, devemos encarar esta situação como uma fase da evolução do País. Vivemos época diferente daquela, por exemplo, enfrentado por Floriano, depois pelo próprio Epitácio Pessoa que teve movimentos revolucionários contra ele, por Bernardes, Washington Luiz. Temos que encarar a situação em busca das soluções. De qualquer forma o que eu quero, mais uma vez e insistentemente, proclamar é que o sucesso depende da união dos homens do Govêrno. Não entremos em pânico e nem pensemos que a substituição de A, B ou C, ou de qualquer um, resolverá o problema, porque estamos vendo que as causas são muito mais profundas. Não é o caso do sacrifício de alguém, seria a mesma coisa que, num campo de batalha, substituir um pobre Coronel, ou talvez, um General para justificar a melhoria da situação. Não. Eu ainda sou daquela teoria do velho Foch, que numa situação em que "o centro estava sendo rompido, a direita recuava, a esquerda reagia dificilmente". Decidia: "vamos atacar". Isto é, ele não justificava uma retirada, pelo contrário, atacava sempre. É o nosso caso, temos que atacar, mas atacar com calma, ordenadamente, porque o ataque aqui não é de fôrça. Aceitamos essas sugestões tôdas e vamos estabelecer um justo plano de contra-ofensiva. Um plano que terá que ser desenvolvido mais na área das Comunicações. Se precisar, o Govêrno pode exigir meia hora, dez minutos, quinze minutos para explicações. Já estou mandando elaborar um plano, a base do "Govêrno explica," do "Govêrno informa" ou do "Govêrno esclarece." Isto obrigatôriamente na televisão, seja por intermédio de Ministros, seja através de agentes do Govêrno, para que o povo fique ciente da realidade nacional. Isto respondendo às idéias, às ações do inimigo, porque a cada ação deve corresponder uma ação, é da mecânica, uma ação igual e em sentido contrário. Mas não queremos, ainda, atuar nessa base. Temos entre nós o nosso Vice-Presidente, que considero ser o elo mais importante entre o Executivo e o Legislativo, pois que é o Presidente do Congresso. Ainda não lhe tocou falar, mas o fará. Proponho então, terça-feira, às 09.00 horas, neste mesmo local, com a mesma pobreza de alimentos, um cafêzinho, uma água. Que cada um venha trazendo, sua sugestão, certo de que eu apenas consulto. Não costumo fazer e não farei votações para obter maioria. Quero ouvir cada um e então sofrerei sozinho o ônus da decisão. Muito obrigado.

.....
(Nesta oportunidade foi suspensa a reunião).-----
.....

SECRET

SECRETO

- 1 -

N.º

16 Jul 1968

ATA DA QUADRAGESIMA PRIMEIRA SESSÃO
DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

(Continuação da Sessão interrompida no dia 11 de julho de 1968)

16 Jul 1968

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de hum mil novecentos e sessenta e oito, às nove horas, na cidade do RIO DE JANEIRO - Estado da Guanabara, realizou-se a quadragésima primeira sessão do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Marechal ARTHUR DA COSTA E SILVA, Presidente da República, e com a presença dos seguintes membros: Doutor PEDRO ALEIXO, Vice-Presidente da República, General-de-Brigada JAYME PORTELLA DE MELLO, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, Deputado RONDON PACHECO, Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Doutor LUIZ ANTONIO DA GAMA E SILVA, Ministro da Justiça, Almirante-de-Esquadra AUGUSTO HAMANN RADEMAKER GRUNEWALD, Ministro da Marinha, General -de-Exército AURELIO DE LYRA TAVARES, Ministro do Exército, Deputado JOSÉ DE MAGALHÃES PINTO, Ministro das Relações Exteriores, Doutor ANTONIO DELFIM NETTO, Ministro da Fazenda, Coronel MARIO DAVID ANDREAZZA, Ministro dos Transportes, Doutor IVO ARZUA PEREIRA, Ministro da Agricultura, Deputado TARSO DE MORAES DUTRA, Ministro da Educação e Cultura, Senador JARBAS GONÇALVES PASSARINHO, Ministro do Trabalho e Previdência Social, Marechal-do-Ar MARCIO DE SOUZA E MELLO, Ministro da Aeronáutica, Doutor LEONEL TAVARES MIRANDA, Ministro da Saúde, Deputado JOSÉ COSTA CAVALCANTI, Ministro das Minas e Energia, General-de-Divisão EDMUNDO DE MACEDO SOARES E SILVA, Ministro da Indústria e do Comércio, Doutor HELIO MARCOS PENNA BELTRÃO, Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, General-de-Divisão AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE LIMA, Ministro do Interior, Professor CARLOS FURTADO DE SIMAS, Ministro das Comunicações, General-de-Divisão EMILIO GARRASTAZU MÉDICE, Chefe do Serviço Nacional de Informações, General-de-Exército ORLANDO GEISEL, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Almirante-de-Esquadra JOSÉ MOREIRA MAIA, Chefe do Estado-Maior da Armada, General-de-Exército ADALBERTO PEREIRA DOS SANTOS, Chefe do Estado-Maior do Exército e Tenente-Brigadeiro CARLOS ALBERTO HUET DE OLIVEIRA SAMPAIO, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Prosseguindo a nossa reunião, interrompida na quinta-feira última, por falta de tempo para conclusões e tomadas de opiniões, darei neste momento a palavra ao Ministro da Educação e Cultura. Pedirei aos Senhores Ministros

SECRETO

SECRETETO

- 2 -

que sejam breves para que possamos, nestas três horas concluir nossos trabalhos. É evidente que as conclusões mais importantes já foram feitas, de vez que já falaram o Serviço Nacional de Informações, o Estado-Maior das Forças Armadas, o Ministro da Justiça, o Ministro das Relações Exteriores, bem como foi lido o Relatório do Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. A Aeronáutica também já falou, falaram as Forças Armadas de modo geral. Pediria agora, que houvesse uma exposição rápida de cada Ministro. Pediria que cada Ministro expedisse um parecer sintético sobre a situação, que por sinal é muito simples. Nós estamos aqui justamente para decidir se o momento impõe medida de exceção ou não. Eu quero é que cada um Ministro dê o seu parecer rápido, opinando pelo sim ou pelo não. Essa é uma maneira de que estou usando para receber o parecer dos Ministros. O Ministro do Trabalho já teve a oportunidade de fazer sua exposição, de resto eu creio que cinquenta por cento dos Ministros já falaram. Darei, assim, a palavra ao Ministro da Educação e Cultura, para expor a situação em sua área.

.....
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - Excelentíssimo Senhor Presidente, Senhores Ministros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, com a continuação dos trabalhos do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, permito-me trazer por escrito, para melhor definição de responsabilidade, a opinião que devo externar sobre o atual e grave momento da conjuntura na vida nacional. Desde logo eu me escuso de situar no Ministério da Educação e Cultura, que dirijo, o quadro emocional de uma crise, que em seu contexto geral, muito pouco tem de universitária ou educacional, mas que aí se situa, psicologicamente, apenas porque as grandes massas estudantis, que se elevam a mais de dez milhões nas áreas dos ensinos superior e médio, são um instrumento de agitação de que, preferencialmente, se utilizam, no momento, em seus objetivos de solapamento do poder, as forças da contra-revolução espalhadas no País. Quem desconhece essa realidade, não apenas brasileira, mas mundial, da presença do estudante como força nova, ativa, solidária, mobilizada e impetuosa a querer impor, até nos países mais desenvolvidos, a mudança da sociedade e a substituição de todas as estruturas de comando até aqui controladas pelo militarismo, em alguns países ou pelas classes políticas em muitos outros. Elas são as crianças escolhidas, diz muito bem "Viscont" numa sugestiva observação de que, os centros internacionais da subversão estão procurando aproveitar e explorar, em seus desígnios de destruição do poder dominante, as condições especiais de uma geração formada de filhos de pais mais tolerantes e que hoje têm soluções mais rápidas para seus problemas. Pelas naturais deficiências limitativas das responsabilidades, decorrentes de encargos de família, de relações, de emprego, do direito de propriedade ou de exploração da terra, já os operários e camponeses não são a massa de manobra mais conveniente para os agentes subversivos, a não ser, pela eventual associação de recursos que fácil de ser estabelecida, por motivos momentâneos, com movimentos desencadeados em outras áreas populares. O Times de três de maio do corrente ano, numa excelente reportagem, em que pergunta por que os estudantes estão protestando, registra que nos últimos meses os jovens demonstraram seus desejos de mudança em vinte países. Como nos conhe

SECRETETO

22

cidos centros de agitação estudantil, eles ganharam as ruas como no Brasil, Holanda e Japão e até mesmo nos lugares normalmente calmos, como Dinamarca, Suíça e Alemanha Ocidental. Os protestos estudantis levaram ao fechamento de, pelo menos, três duzias de universidades nos Estados Unidos, Itália, Espanha, Suíça, México e Etiópia, e em outros países. As demonstrações dos estudantes belgas, ventilaram a antiga controvérsia flamenga-gaulesa, com a conseqüente queda do Governo. Os estudantes egípcios marcharam, em solene protesto, contra o que eles consideravam ineficiência governamental. Em todos os compartimentos nacionais do mundo, mesmo nos países como a Alemanha Federal onde não existe Ministério da Educação e Cultura, a constante da agitação é sempre o estudante. Essa luta, como muito bem acentua o Ministro do Exército, apresenta um aspecto diferente em cada País. Não importa os pretextos, de nada valem quererem examinar os quadros de desenvolvimento de cada Nação dentro do qual se deve inserir harmonicamente todas as atividades produtivas, sem que a expansão demasiada de algumas, entorpeça outras fontes também valiosas de criação de riquezas. Porventura desejam eles saber, no quadro brasileiro, se a ordem nacional, o rendimento do trabalho e o prestígio do País na órbita internacional, não seriam comprometidos, numa ação governamental a pretexto de resolver problemas seculares de um setor, desprezasse os ditames mais sérios da política deflacionária, formulada como ponto de honra de uma revolução regeneradora. O que quer o chamado poder jovem, como antítese do poder velho, é a afirmação do predomínio, de sua liderança e a imediata participação na vida política de cada Nação. Reivindicaram nas ruas da Polônia, uma maior abertura do Estado para com a Igreja e o mesmo sentido dos pleitos estudantis da Espanha, para que se joguem os castiçais pela janela. É a substituição da luta de classe tão característica da era inicial, pela luta de gerações. Situada nesses tempos da era espacial, em que o avanço científico é tecnológico e velocidade de comunicação social guardam tais estímulos de excitação e de angústia, que os jovens se sentem impelidos, na ânsia de imediata participação política a buscar a destruição de todas as manifestações válidas da classe dominante. O quadro, tipicamente brasileiro, da crise em exame, já foi configurado pelo relatório da Secretaria-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, como o da guerra revolucionária, através das ações de terrorismo em escala crescente, caminhando, particularmente, para a guerrilha urbana. Partindo de uma reduzida minoria ativista, que teve demorada experiência nas áreas laboratórios das universidades da Guanabara, Brasília, Minas Gerais e Paraná, o movimento estudantil foi ganhando vulto progressivamente, com a publicação de teses sugestivas e atraentes, com a gratuidade do ensino, a defesa da soberania nacional, alimentação do aluno pobre, maiores verbas e outras, capazes de irem aos poucos associando a juventude em número cada vez mais expressivo. A desmoralização sistemática da autoridade pública, o rompimento continuado da disciplina escolar, as reiteradas provocações, tecnicamente feitas para ensejar reações e tornar-se inevitável a recuperação da ordem pela presença da força, como ocorreu por ocasião da visita do Embaixador dos Estados Unidos à Universidade de Brasília. Todos esses fatos foram fixando, ao longo dos dias e dos meses, aos olhos da opinião pública a falsa imagem de que o

SECRETO

- 4 -

estudante vem sendo oprimido pela polícia, e tem por isso, o legítimo direito de opor a força de sua classe, a um Governo que lhe nega o direito de estudar, que corta a verba de suas universidades e ainda reprime pela violência as suas mais justas reivindicações. Os reitores e os professores que não se acumpliciam com os procedimentos de irreverência e desordens ou não condescendem com faltas de estudantes ao trabalho escolar, são imediatamente submetidos aos processos de intimidação e vexame, de que foi exemplo a prisão de um Diretor em cárcere privado na Universidade de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que se realizavam explosões de bombas no interior da Escola e faziam com que um carro funerário, fôsse a residência do professor, para exibir um cadáver, além de entregar supostas encomendas como feixes de réstias de cebolas, vidros de pimenta e pacotes de batatas. Esse procedimento de ilícita contestação revolucionária, não é de origem recente no ciclo do movimento de hum mil novecentos e sessenta e quatro. Numa passeata, numa tentativa de passeata estudantil, que se realizaria em setembro de hum mil novecentos e sessenta e seis, já ativos elementos do partido comunista procuraram na Guanabara, ostentar cartazes em que pregavam a derrubada da ditadura castelista. Em outubro do mesmo ano, a clandestina União Estudantil do Diretório Central dos Estudantes das Universidades Federal e Católica de Minas Gerais, distribuíram panfletos onde diziam ser necessário acabar com a carestia, o policiamento, com a submissão do Brasil aos Estados Unidos, pela derrubada da ditadura e não pela troca de um marechal por outro. Certo é, entretanto, que a sucessão de ocorrências que se vem verificando em escala ascendente, quanto ao número de agentes que apostam na agitação e a coesão, cada vez maior das diversas áreas populares que nela se engajam, não permitem mais desconhecer o atual quadro brasileiro de repercussão democrática, onde se misturam as ondas da desordem e do desrespeito, aos princípios fundamentais do sistema jurídico. Minorias e maiorias estudantis, professores, famílias, intelectuais, imprensa, oposição radical, cassados, expurgados e até sacerdotes e freiras, numa ação coordenada, efetiva e psicológica de solapamento ao trabalho dedicado às realizações altamente construtivas, e as preocupações patrioticamente voltadas para a recuperação moral e econômica do País, de tôdas as esferas e graus do Governo nacional. É a contra-revolução em marcha, o revanchismo nas ruas, a preparação das condições que tornarão possível, pela relação direta e premeditada de muitos e a ingênua faculdade de não poucos, o retorno à situação anterior a março de hum mil novecentos e sessenta e quatro. Só um exame superficial dos efeitos que os nossos sentidos testemunham, sem remontar as causas de profundidade que formam o substrato da atual conjuntura brasileira, permitirá supor que simples medidas de efeitos fugazes e efêmeros teriam a capacidade de remover uma crise nitidamente política e institucional envolvendo, em seu bôjo, até vestígios antidemocráticos. Bastará atentar para a pregação de que os estudantes se fazem veículo, escrevendo nas paredes da cidade, que êles dizem ser o jornal do povo os "slogans", que reinvidicam: a morte de gorilas, a derrubada da ditadura, a destruição dos canhões, a queda do imperialismo, a eliminação da ditadura dos patrões, a abolição da censura teatral, a reabertura do Calabouço, mais feijão, menos tanques e desencadeamento da guerri-

SECRETO

lha, o desfêcho da luta armada, o combate ao arrôcho salarial, a libertação do domínio estrangeiro, a revolução pelas armas, entre outras, de igual sentido subversivo, para se ter uma idéia dos fatores de destruição que estão presentemente atuando nos subterrâneos da estrutura democrática brasileira. Quais as soluções a serem adotadas para a defesa do Estado e do Governo da revolução? Na área do Ministério da Educação e Cultura, cabe-me dar contas de que antigas e notórias resistências estruturais, já estão removidas pela Reforma Administrativa, ora em fase final de elaboração. Será a quarta reorganização setorial promovida sob o império das normas instituídas pelo Decreto-lei número duzentos e constituirá uma mudança radical na organização e na mecânica dos serviços administrativos para ajustá-las às exigências, o trabalho moderno, atualizado e flexível às realidades educacionais e culturais nas diversas órbitas em que se desdobram o Governo nacional. Já a reforma universitária, também se encontra plenamente desencadeada, com a instituição por Decreto presidencial de um Grupo de Trabalho de alto nível, que sob minha presidência, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, se lançou a difícil e importante tarefa para concluí-la, seguramente, dentro de trinta dias. A institucionalização do ensino superior considerando a forma jurídica, a situação e a natureza pública ou privada, de entidades de nível universitário ou isoladas. A administração universitária compreendendo as relações entre universidades e o Governo, os mecanismos de prolongamento e execução financeira e auditoria, bem como a racionalização administrativa. A expansão do ensino superior pela definição das metas quantitativas e dos critérios para o desenvolvimento do sistema. O regime didático e científico, visando a articulação de escola superior com escola média, ao acesso à universidade, aos cursos, currículos e sua duração, a regulação do exercício da atividade profissional. A pesquisa e a extensão da universidade ao meio. A estratégia da implantação da pós-graduação no Brasil. A reformulação do magistério sob os aspectos de recrutamento, formação, aperfeiçoamento, carreira, regime de trabalho, estado jurídico e remuneração. A diversificação das áreas de formação superior. A organização do corpo discente, pela integração dos estudantes na universidade e no processo de desenvolvimento, pela fixação de critérios de representação e participação. Finalmente, a captação ideal de recursos para a educação. Eis, entre outros, os projetos mais importantes que constituem o complexo da reforma universitária, que pela primeira vez se promove, de forma sistemática e coordenada, em toda a história do País. Nesta preocupação reformista do Ministério da Educação e Cultura, que cumpre as diretrizes setoriais constantes do plano estratégico do desenvolvimento, o Governo não apenas esvaziará, ao menos temporariamente, pretextos de críticas de seus bem definidos adversários, mas intensificará, no interesse do País, o diálogo conveniente das ciências, das artes, da filosofia, da cultura autêntica e da universidade com o povo. Com relação aos movimentos estudantis, considero, desde logo, certa e fundamentada na Constituição, a medida que determinou a proibição de passeatas. A Lei de Imprensa deverá ser imediatamente modificada, visando a adoção de duas providências fundamentais: primeira, a repressão ao falso, e não apenas à difamação, à calúnia ou à injúria, com atribuição de competên-

SECRETO

- 6 -

cia à justiça para as interpelações que obriguem os responsáveis a revelar, pelo sistema estabelecido, as fontes afirmativas da notícia publicada. Segunda, a responsabilidade pessoal de toda a produção jornalística como ocorre na França. Tenho aqui um exemplo do "Le Monde", que trago para mostrar que as pequenas colunas, até as informações, sobre esportes e teatro, são todas assinadas por quem as produz. É a responsabilidade pessoal fixada para qualquer tipo de notícia. Considero a imprensa, com exceção de poucos jornais, a grande responsável pelo que está acontecendo no País. Desfigurando intensamente a apresentação dos acontecimentos, estimulando sistematicamente os momentos desagregadores das instituições democráticas e procurando, por todas as formas, criar áreas de atrito no Governo, omitir ou desmoralizar seu trabalho. Se a eliminação desses erros e a adoção de outras medidas, também consideradas convenientes, não tiverem o efeito de corrigir a crise institucional brasileira, novos caminhos, no meu fraco entender, devem ser criados para que não pereçam os objetivos da revolução, que veio para manter a ordem e estabelecer o primado da Lei, impor a moralidade dos costumes, assegurar o desenvolvimento e as atividades produtivas e sanar a vida política nacional. Mesmo com as Forças Armadas eventualmente unidas, como seguro apoio ao Governo Costa e Silva, éle se encontra desarmado de poderes Constitucionais, de eficácia imediata, que lhe permita cortar desde logo, pela raiz, ocorrências e males que intranquilizam a Nação. A contra-revolução está em andamento, aos olhos de todos, explorando psicologicamente, a seu favor as angústias da classe média e das camadas populares mais humildes que por desvirtuamento da imprensa, da oposição radical e até de alguns membros do Partido Oficial, não chegam a compreender o valor da obra de recuperação econômica e moral que o Governo realiza no País. O dilema, Senhor Presidente, Senhores Conselheiros é esse: Ou a revolução se arma de poderes e continua ou deixará de corresponder integralmente à sua destinação histórica.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Ministro dos Transportes.

.....
MINISTRO DOS TRANSPORTES - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Já falei a aqueles que possuem os mais amplos sistemas de informações. Nada tenho a acrescentar. Concorde que a atual crise estudantil, está sendo instrumento de um movimento contra-revolucionário, de fundo político-ideológico, uma vez que no campo econômico, todas as curvas de desenvolvimento estão em pleno regime de ascendência. Na área do Ministério dos Transportes, portuários, ferroviários e marítimos, a situação é de calma, não obstante as sucessivas tentativas para agitá-las. É grande o número de pessoas estranhas a essa área que procuram penetrar, para agitar e associar os portuários, os ferroviários e os marítimos em movimentos estudantis. Parece-me, que como objetivos essenciais do momento seria a afirmação da autoridade e a conquista da opinião pública. Para a conquista da opinião pública, explorar ao máximo os meios de divulgação. Criar áreas de esforço do Governo e caracterizá-las como verdadeiras bandeiras, como a reforma universitária, a conquista da Amazônia, a reforma agrária e assim sucessivamente. Quanto ao aspecto de afirmação de autori

SECRETO



dade, já saiu uma nota proibindo as passeatas e outras medidas ainda poderiam ser tomadas, no que se refere a Lei de Segurança e Lei de Imprensa. Parece-me, no entanto, que a decretação do Estado de Sítio, no momento, não seria bem compreendida pela opinião pública, que não a entenderia, uma vez que o clima é de aparente tranqüilidade. Lembro ainda a intensa expectativa que cerca esta reunião do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, parecendo que depois dela seria necessária uma declaração que fôsse ao mesmo tempo política e de grande autoridade. Lembro, também, que existe grande expectativa quanto ao Grupo de Trabalho do Ministério da Educação e Cultura, sendo interessante que dêle saíssem, realmente, medidas objetivas e concretas. Esta é a minha opinião.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - O Ministro da Agricultura tem algum parecer para emitir.

MINISTRO DA AGRICULTURA - Senhor Presidente, Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional. Eu acho que o momento é de grande gravidade, tanto nacional como pessoal para nós e talvez como a emoção pudesse me embargar a voz peço permissão, a Vossa Excelência, para ler meus considerandos prometendo procurar ser o mais breve possível. Senhor Presidente da República, Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, as minhas preocupações com a consolidação da Revolução de trinta e hum de março, datam desde o dia primeiro de abril de hum mil novecentos e sessenta e quatro, pois venho notando, através do tempo, que os revolucionários brasileiros, invariavelmente, ganham a guerra e perdem a paz. Isto é, enfrentam e vencem a crise, com destemor e patriotismo, e, logo depois, lentamente, são envolvidos pela malícia dos derrotados e em seguida, expurgados do poder. Assim, imediatamente após a revolução, um núcleo de revolucionários paranaenses, militares e civis, do qual com muita honra fazia parte, tendo a frente a figura, por todos os títulos respeitada, do General Teodoro Barbosa, encaminhou um memorial ao então Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, através do qual sugeria várias medidas para a consolidação dos ideais revolucionários, entre as quais, aquela que aconselhava o estudo e a adoção de uma doutrina revolucionária democrática. A reformulação do sistema educacional brasileiro, o saneamento dos meios de informação e divulgação, a reforma administrativa, etc.. Paralelamente, como Prefeito de Curitiba, fiz uma série de pronunciamentos públicos alertando os brasileiros de que nada adiantaria remover os efeitos, sem erradicar suas causas. Publiquei também alguns trabalhos, entre eles "A Mobilização Nacional para o Desenvolvimento" e "Planejamento Democrático do Estado Brasileiro". Posteriormente, já como Ministro da Agricultura, ao mesmo tempo que procurava remodelar e por a funcionar o secular Ministério, para poder impulsionar a produção agrícola nacional, continuei nessa pregação revolucionária, sempre procurando demonstrar a harmonia e continuidade dos dois primeiros governos revolucionários, para que não ocorressem brechas perigosas nas suas fundações ainda recentes e portanto mal curadas. Preocupado com o retorno de agravamento dos problemas brasileiros, mesmo correndo o

risco de ser mal interpretado e mal julgado, elaborei alguns trabalhos que envolviam, também, setores da administração não específicos da agricultura, como sejam: O Impacto do Imposto de Circulação de Mercadorias na Agricultura; o Desenvolvimento da Amazônia; o Trabalho Ministerial Integrado; o Incremento das Exportações; e, especificamente no campo da agricultura, estudos e projetos sobre o Seguro Agrícola; a Taxa da Paridade; a Rede Nacional do Abastecimento; a Mecanização Agrícola; a Difusão do Uso de Sementes, e, ainda, algumas observações sigilosas sobre os rumos mundiais da agricultura. Essas preocupações culminaram com a sugestões escritas que em vinte e quatro de junho, quase em desespero, entreguei, pessoalmente, aos eminentes Ministros da Educação e Cultura, Exército, Aeronáutica e Justiça, atitude da qual teve conhecimento o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, no dia vinte e seis do mesmo mês, durante a audiência semanal. Devo confessar Senhor Presidente, Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, que mereço boa parte das críticas presidenciais, a colegas do Ministério, que alvitram a possibilidade da reforma ministerial como um dos remédios para a atual situação brasileira, pois foi essa talvez a principal tônica das sugestões de vinte e quatro de junho, dispondo-me eu a ser o primeiro da lista. Os outros temas principais destas sugestões era a imediata contra-ofensiva do Governo, paralelamente a reforma do ensino. -Reunião do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL - . Durante a reunião do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, de onze de junho, usaram da palavra o Senhor Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, o Chefe do Serviço Nacional de Informações, os Ministros do Exército, Marinha, Aeronáutica, Justiça, Relações Exteriores, Fazenda e Trabalho, que fizeram declarações sobre a gravidade da situação nacional. Dele procurei reter alguns conceitos e pensamentos mais importantes, os quais são produzidos a seguir: Secretaria-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL: Primeiro - Existe uma contra-revolução em marcha acelerada. Segunda - Propõe a execução imediata de uma série de medidas, políticas, econômicas, sociais e de segurança, todas elas enérgicas, profundas e de grande alcance, o que poderá impedir a concretização da hipótese acima. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES: Existe uma contra-revolução em marcha acelerada, afirmou a necessidade de medidas audaciosas e profundas, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento e uma ofensiva no sentido de informar, no sentido de recuperação da confiança pública. MINISTERIOS MILITARES e ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS: Existe uma contra-revolução em marcha acelerada. Passagem à ofensiva em todos os setores. Restabelecimento da ordem e da disciplina. Solução dos problemas salariais. União dos Três Poderes para tomarem medidas conjuntas. MINISTERIOS CIVIS: A Legislação atual não fornece meios para superação da crise. Possibilidade de outro Ato Adicional. Auto-análise distinta do Ministério da Justiça. Auto-análise governamental para saber que medidas estamos atendendo as aspirações populares. MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: Programas série de medidas a serem desencadeadas, no momento oportuno e liberdade integral ao Presidente da República, para modificar seu Ministério. MINISTERIO DA FAZENDA: A Nação atravessa fase de pleno impulso desenvolvimentista. MINISTERIO DO TRABALHO: Existe o monopólio de informação falsificada. CONCLUSÕES: A situação nacional é muito grave pois existe u

SECRETO

- 9 -

N.º

25 Jan

ma contra-revolução em marcha acelerada. Há necessidade de uma série de medidas e nérgicas, profundas e de grande alcance, para de um lado anular a contra-revolução e de outro atender às legítimas reivindicações nacionais, recuperando a confiança pública. Pediria novamente permissão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para procurar, honestamente, fazer uma auto-análise do Governo, proposta pelo Ministro do Exterior. Em relação ao PRESIDENTE DA REPÚBLICA, cheguei à conclusão de que Vossa Excelência, trata todos os seus auxiliares com a maior consideração e dignidade. Dá-lhes integral apoio. Oferece-lhes orientação serena, precisa e firme. Invariavelmente usa linguagem da maior franqueza e lealdade. Jamais deixa de cobrar ordens e instruções. Repudia sempre quaisquer situações dúbias, suspeitas ou desonestas. É um exemplo de dedicação e amor ao nosso povo e a nossa Pátria. Dificilmente, outro qualquer Presidente do passado ou do presente terá reunida tantas qualidades. Sobre o MINISTÉRIO - CONCLUSÃO PRIMEIRA - . É um grupo heterogêneo que bem retrata a essência de uma verdadeira Democracia. Diversidade de personalidades, cultura, hábitos e interesses, coexistindo e caminhando, lado a lado para os mesmos e comuns destinos nacionais. Individualmente, com exclusão de quem vos fala, os MINISTROS são honestos e estão inteiramente identificados com os assuntos e problemas de suas respectivas pastas. São leais ao Presidente da República e aos seus colegas de Ministério, coletivamente, conclusão de quem fala. Não se reúnem periodicamente. Não realizam reuniões setoriais frequentes. Não operam normalmente a base de projetos integrados. - CONCLUSÃO SEGUNDA - . Os Ministérios estão dissociados e alheios uns dos problemas dos outros, dando ao Governo uma aparência de fraqueza ou omissão. O Governo como um todo desgastou-se muito na opinião pública. Não obstante, alguns Ministérios com um trabalho mais agressivo e melhor organizados em publicidade, destacaram-se no conjunto governamental. - OS RESULTADOS - . Até o presente momento, os resultados nos campos políticos, econômicos e militares têm sido animadores. Dificilmente, se poderia negar um crédito na política econômica, dos transportes e do desenvolvimento do Nordeste e na Amazônia, além de conquistas menos espetaculares em todos os outros setores da administração pública. Ninguém poderia, honestamente, deixar de creditar tais êxitos a este Governo. - CONCLUSÕES GERAIS DA AUTO-ANÁLISE - Individualmente os Membros do Governo são bons e não se poderia desejar melhor Chefe. Muitos êxitos importantes já foram colhidos por este Governo e a Nação que atravessara uma fase de asfixia econômica progressiva, antes da revolução, tendo passado por uma fase de convalescença e austeridade no primeiro Governo revolucionário, adquiriu neste Governo o seu vigor e avanço decididamente rumo ao desenvolvimento. Em alguns setores porém, as falhas são gritantes. MOBILIZAÇÃO NACIONAL - Não se mobilizaram ainda as forças vivas da Nação, para uma ação convergente em torno dos Objetivos Nacionais. - MINISTÉRIOS - Não houve a necessário entrosamento entre os Ministérios, não houve a execução dos Planos Integrados. NO CAMPO PSICOSSOCIAL - Por omissão, desorientação ou motivos inconfessáveis, os órgãos de informações congregaram-se contra o Governo, omitindo ou ridicularizando seus êxitos, ampliando e agravando suas eventuais falhas, apesar de afirmar-se que setenta por cento da matéria para o noticiário, tem origem

SECRETO

SECRETO

- 10 -

nos órgãos governamentais. AS MEDIDAS - Parece-me, que por unanimidade de pontos de vista, as medidas, qualquer que sejam, devem ser rápidas, enérgicas e profundas a fim de preservar a semente revolucionária em si, o resguardo de seus primeiros frutos e a continuidade de seu passado, presente e futuro" (Goiânia, dezanove de agosto de hum mil novecentos e sessenta e seis). "Não saímos de uma revolução, estamos numa revolução e nela prosseguiremos porque o destino do Brasil o impõe a todos nós. Fizemos uma revolução e nela permaneceremos por quanto tempo fôr necessário" (Taquari, cinco de julho de hum novecentos e sessenta e seis). Mas embora convictos da necessidade de implantar no Brasil os ideais revolucionários, jamais perdeu de vista o objetivo último da revolução que assim expressou publicamente. "A Democracia não é uma transcendência é uma vocação humana e a sua raiz mais funda está no instinto da liberdade. Todo o poder político tem origem popular e essa origem só a razão pode legitimá-la. A revolução reconhece essa verdade e atende seus postulados (Brasília, três de outubro de hum mil novecentos e sessenta e seis) E definindo o tipo de Democracia que a revolução almeja implantar no Brasil, disse Sua Excelência, em Fortaleza, no dia vinte e três de julho, "Uma Democracia legítima que evolua com o avanço dos fenômenos econômicos e sociais, tenha cunho de solidariedade humana que a transforma, de fato, no Governo do povo, pelo povo e para o povo". Quaisquer que sejam pois o tipo e a natureza das medidas rápidas, enérgicas e profundas que se devam tomar, para conduzir a Nação a uma atividade produtiva e progressista, não se deve jamais olvidar este objetivo último de resolução, qual seja o de criar a Democracia legítima, que evolua com o avanço dos fenômenos econômicos e sociais. A própria imprensa brasileira, contudo, já vem divulgando opiniões favoráveis e contrárias ao estabelecimento do Estado de Sítio, a edição de novo Ato Institucional e até a dissolução do Congresso Nacional e a convocação de novas eleições e de uma constituinte. Parece-me, contudo, que se deve prescrever o remédio de acôrdo com o agravamento da doença, não aumentando a dose enquanto o doente não piorar e reduzindo-a na medida, das suas melhoras. Proponho pois, que, antes de se tomar aquela que talvez seja a primeira de uma série de cunho coercitivo se esgotem todos os meios, no momento ao nosso alcance para debelar a atual crise nacional. E nesse particular, proponho lembrar a sábia recomendação de Churchill: "Não basta dizer estamos fazendo o possível, é preciso fazer aquilo que fôr necessário". Aqueles meios, visariam antes de tudo, conseguir a mobilização da opinião nacional, através de uma vasta e total contra-ofensiva, envolvendo o Executivo, Legislativo e Judiciário, os Governos Federal, Estaduais e Municipais, o Clero, os corpos docentes e discentes das Universidades, Faculdades, Colégios e Escolas, as classes produtoras da agro-pecuária, comércio e indústria as associações de classe cívicas, culturais, beneficentes e esportivas, a imprensa, o rádio e a televisão, enfim, todo o povo brasileiro. Mas para isso, é mister que os arautos do Governo levam uma nova mensagem de esperança e otimismo, incluindo desde as revisões salariais e de impostos, que dizem mais de perto ao dia a dia do chefe de família, da dona de casa, dos trabalhadores da lavoura e da indústria, até as reformas institucionais que são básicas ao desenvolvimento do Brasil

SECRETO

N.º
[Handwritten signature]
28

como um todo harmônico e indissolúvel. É uma hora de definições, em que ninguém deve ficar comodamente em cima do muro e, portanto, esta é uma ótima oportunidade para que a revolução e o Governo reajustem seus dispositivos de ação. Em cada Estado da Federação, o Comando dessa gigantesca contra-ofensiva, seria constituído pelos Chefes dos três poderes, pelos Ministros de Estado correspondentes pelo Comando da Região Militar e por representação do Congresso Nacional, com essas medidas, em vez de construir uma impenetrável muralha e dentro da qual provavelmente nos sentiríamos solitários prisioneiros, demoliremos as barreiras que maus brasileiros levantaram entre o Governo e o povo e tornaremos a mobilizar a Nação toda em favor do desenvolvimento econômico e do bem estar social. Apenas como modesta sugestão, proponho, pois, algumas medidas consubstanciadas no quadro anexo. São medidas no campo econômico-financeiro, psicossocial, militar e político, a curto, médio e longo prazo. Por exemplo, no CAMPO ECONÔMICO FINANCEIRO, grupos de estudos de revisão de salários, impostos e taxas, preços mínimos etc.. Na AGRICULTURA, a prazo médio, no campo econômico seriam os estudos finais para o estabelecimento: da rede nacional de abastecimento; da taxa de paridade; da implantação do seguro agrícola; do plano nacional de mecanização; do plano nacional de sementes e a reforma das estruturas vinculadas ao Ministério. Para longo prazo no CAMPO ECONÔMICO FINANCEIRO, reuniões semanais de Ministros da área econômica, reuniões periódicas das pastas a fins para execução dos planos integrados. No CAMPO PSICOSSOCIAL, a mobilização do magistério, das redes democráticas, das ligas femininas, professores, órgãos de formação e as instituições do Comando da contra-ofensiva. No TERRENO EDUCACIONAL, a médio prazo, ampla consulta nacional, Estado por Estado, curso por curso, objetivando a reforma do ensino, o trabalho de Comissão, servindo de documento base. A longo prazo, criação de um sistema informativo semelhante ao sistema financeiro e de planejamento hoje instituído no Brasil. No CAMPO MILITAR, a curto prazo, intensificação no preparo de Comando das Polícias Militares contra guerrilhas, usando sempre a surpresa, a eficiência e a rapidez. A médio prazo, identificação e captura dos agentes subversivos. A longo prazo, estabelecer a harmonia entre civis e militares. Ativação de círculos, visando dinamizar programações para jovens e intercâmbios com Clubes Cívicos. No CAMPO POLÍTICO, a curto prazo, mobilizar por áreas Governadores, Ministros e Parlamentares, altas autoridades para a grande campanha de esclarecimento público. A médio prazo, escalar-se-á parlamentares da ARENA para discursarem sobre realizações do Governo. A longo prazo, reuniões mensais de Ministros com os líderes das bancadas federais.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - (Interrompendo). Esse é um problema, eu pediria ao senhor que mandasse tirar cópias para serem distribuídas a todos os Ministros. Como vejo é um programa muito interessante e que precisa ser meditado. Não basta uma simples leitura. Agradeço.....

.....
MINISTRO DA AGRICULTURA - (Continuando). Se estas medidas derem os resultados almejados por todos nós, o Governo terá atingido, simultaneamente três grandes objeti-

SECRETO

- 12 -

vos. Eliminação da contra-revolução ou sua neutralização - Fortalecimento da consciência democrática nacional - Mobilização Nacional para o Desenvolvimento. Se não derem resultados, o que eu acho muito improvável, terá o Governo, dado provas de suas boas e honestas intenções, antes de tomar as medidas extremas que a gravidade da situação aconselhar. Embora, como é óbvio, seja da decisão exclusiva de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, a opção entre os meios drásticos a se utilizar, se os julgar necessários, com a devida venia, permito-me externar, nesta previsão, opinião favorável a edição de um Ato Adicional, que revigore os Atos Institucionais, em vez do Estado de Sítio. Estas são Senhor Presidente da República e Senhores Membros do Conselho de Segurança, as ponderações que sinto-me na obrigação de transmitir a Este Egrégio Conselho, crendo sinceramente, que a vida não nos oferece obstáculos, mas apenas desafios.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Vai falar o Ministro da Saúde.

.....
MINISTRO DA SAÚDE - Senhor Presidente, Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Creio que não haverá mais dúvidas depois das declarações que foram aqui feitas - principalmente as da Secretaria-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e do Serviço Nacional de Informações - quanto à existência de elementos subversivos, de políticos e simples aproveitadores, que procuram explorar as dificuldades próprias do nosso atual estágio de desenvolvimento, criando também outras, em função de seus objetivos. Em consequência, também não deve restar nenhuma dúvida quanto à necessidade de uma ação enérgica, que objetive a neutralidade desses elementos e que seja usada gradativamente de acordo com a evolução dos acontecimentos. Por outro lado, parece desejável que, simultaneamente, o Governo assumira atitude mais agressiva, com o objetivo de fazer sentir ao povo o seu empenho de proporcionar ao maior número de indivíduos maior parcela possível de bens e serviços a que todos aspiramos. Quanto às medidas de renovação de atitudes e métodos, pelo seu vulto e complexidade, devem ser objeto de maior atenção, não afastando do propósito de disputarmos, por meios legítimos, com as forças da subversão, a simpatia e apoio dos meios estudantis.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Falará o Ministro das Minas e Energia.

.....
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA - Senhor Presidente, Senhores componentes do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Com relação a gravidade da situação presente, eu vou deixar de fazer comentários, porque todos nós, face às informações que recebemos e face à nossa própria vivência, somos mais do que conhecedores, de tudo o que vem se passando no Brasil, depois da revolução de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro. Na minha área, no Ministério das Minas e Energia, nós temos também alguns trabalhos no setor operário. Quero me referir, principalmente, aos operários ligados ao setor do petróleo. Grandes tem sido, e o Ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, sabe, também perfeitamente o que se passa, grandes tem sido as tentativas

SECRETO

SECRETETO

- 13 -

N.º

no sentido de colocar esse setor do petróleo, que, antes de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro, foi um dos mais ativos no esquema de subversão neste País, as tentativas têm sido grandes para inclui-los nos movimentos de greve e de paralização. Até agora, não tiveram ainda sucesso nessas tentativas. Ainda recentemente, no corrente mês de julho, em Belo Horizonte, houve uma reunião nos Sindicatos do Petróleo em que ameaçaram, de paralização, tódas as atividades da Petrobrás. Tenho aqui informações do Serviço Nacional de Informações, do meu Ministério e da Petrobrás, nesse mesmo sentido. Querem punição para a Direção Geral da Petrobrás. Querem readmissão de operários grandemente faltosos e subversivos, que foram demitidos e estão querendo convocar para o fim deste mês ou para agosto, uma conferência, na Associação Brasileira de Imprensa, para tratar de assuntos relativos a petróleo, greves, etc.. Seria uma chamada Conferência Denúncia, no Auditório da Associação Brasileira de Imprensa ou no Clube de Engenharia, sob a direção de uma Comissão que já está escolhida. Comissão composta de Generais nacionalistas, Pery Bevilacqua, Tasso de Freitas; líderes estudantis. Elinor Brito e Vladimír Palmeira; Parlamentares que se tenham caracterizado por ações e pronunciamentos a favor da Petrobrás, Josaphat Marinho e Mário Covas; representantes de todos os Sindicatos de Petróleo, Paulo Rangel Sampaio, Rinaldo Gonçalves, Marivaldo, etc. Engenheiros conhecedores dos problemas da Petrobrás e de recomendável passado histórico; Hugo Reis, Helio de Almeida. Isso é só para mostrar as ameaças, o perigo, que até agora temos conseguido debelar, de que as classes operárias entrem também, ativamente nesse movimento de rua, nesse movimento de verdadeira baderna e agitação. Faria, então, este acréscimo às observações que aqui foram feitas, por órgãos mais responsáveis, sobre a situação nacional. Com relação as medidas a serem tomadas, eu participo da opinião de que os instrumentos atuais previstos na Constituição e nas Leis de natureza política, de natureza administrativa e ligadas à Segurança Nacional, são suficientes. Eu creio que o Governo, como um todo, passando a uma verdadeira ofensiva, serena, enérgica, mas fazendo cumprir a qualquer preço as suas determinações e mostrando que, de fato, tem autoridade bastante para conduzir este Brasil aos destinos para o que estamos todos trabalhando, e não tenho dúvidas de que estamos. Então, creio que, no momento são apenas medidas que poderiam constituir um verdadeiro programa de todo o Governo, cada um no seu setor. Não só mostrando ao povo o que o Governo está fazendo, mas também com medidas objetivas, concretas, efetivas e realizações em todos os setores. Mas creio que, como aprendi e tive a oportunidade de enunciar, rememorando um pouco o meu passado de militar, devemos ficar em condições de mudar de atitude, se preciso. Então vamos executar essa fase dentro dos instrumentos atuais, mas vamos ficar verdadeiramente em condições de tomar medidas anormais, as medidas excepcionais previstas na própria Constituição. Então quando eu digo, ficar em condições, eu acho que devemos ficar inteiramente preparados para tal, para não sermos colhidos pelos acontecimentos e termos que tomar decisões precipitadas e incompletas. Primeiramente essas medidas se refeririam àquelas previstas no próprio texto Constitucional. Mas como creio que a revolução não pode, não deve parar, nós devemos inclusive estar preparados, em con

SECRETETO

dições, para medidas até acima daquelas previstas na Constituição, desde que elas sejam necessárias. Essas, Senhor Presidente, Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, em síntese as minhas observações.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado, com a palavra o Ministro da Indústria e do Comércio.

MINISTRO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO - Senhor Presidente da República, Senhores Conselheiros. Lerei apenas as conclusões da minha exposição, em virtude do que já disseram aqui os Senhores Conselheiros. Segundo se depreende do quadro geral apresentado pelos órgãos responsáveis, há um processo revolucionário em marcha; objetivos intermediários já foram atingidos. É a contra-revolução que está sendo desencadeada. A imprensa, dominada por elementos esquerdistas, luta por modificar a imagem do Governo e continuará implacavelmente nessa direção. Os operários se organizam melhor. Temos notícias de comitês que se organizam e que já estão funcionando em muitas das nossas indústrias. As instruções vêm de fora: da Glas, de Havana, etc. Não é verdade que a classe média esteja contra o Governo; os meus amigos são todos dessa classe, vivo no meio de pessoas pertencentes a ela: médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, bancários, etc. O que ela pede é ação a fim de ser protegida contra os subversivos. O momento impõe providências drásticas previstas na Lei e também medidas de exceção poderão a vir tornar-se necessárias. A ação do Governo deve consistir em tomar a ofensiva, como propôs o Senhor General Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Em consequência : a) Remover as causas que são apontadas como justas para a insurreição e o descontentamento (sobretudo dos estudantes); b) manter enérgicamente o princípio da autoridade; c) dar conhecimento de maneira sistemática ao povo das realizações do Governo. Para isso é mister: Primeiro - reunir sólidamente os elementos da ARENA que são partidários da revolução e apoiam o Governo; aí se incluem os Governadores dos Estados; essa atitude significa governar com o partido, mantidos os princípios do regime; Segundo - Concentrar todos os órgãos de propaganda federais (IEC, IAA, dos outros Ministérios) para que a publicidade oficial só seja distribuída aos órgãos da imprensa que merecerem confiança e queiram transmitir à Nação uma imagem certa do Governo; Terceiro - Utilizar todos os meios legais à disposição para castigar os que ameacarem o regime e infligirem a Lei, isso nada obstante as dificuldades do processo a que se referiu o Senhor Ministro da Justiça; Quarto - Decretar o Estado de Sítio, como é definido na Constituição, quando fôr necessário, visando a remover as causas profundas de descontentamento e combater as causas da subversão; Quinto - Declarar mais enfaticamente, e demonstrá-lo com atos claros, que a revolução não terminou e não se enfraqueceu, apenas quiz ser tolerante; Sexto - Marchar para um Ato Adicional, se esta solução se tornar imprescindível, tendo bem presente que a Lei é feita para o bem da Nação e para manter-se as Instituições, e não para destruir os valores que caracterizam o regime e que herdamos dos nossos antepassados. Com essas afirmações, penso ter cumprido o meu dever de membro deste Conselho e transmitido a experiência política de

uma longa vida, em que passei por situações semelhantes à presente.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Com a palavra o Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

.....
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. Há uma contra-revolução em marcha e não há dúvida de que temos de contê-la. A dúvida limita-se à escolha da forma de fazê-la. O esquema da contra-revolução consiste, principalmente, na tentativa de isolar o Governo dos setores mais importantes da opinião pública, isto é: estudantes, trabalhadores, lideranças políticas, igreja, imprensa e classes produtoras. Com esse propósito, está sendo fabricada uma crise artificial, que, embora sem fundamentos na realidade social e econômica, vem aos poucos sendo instalada no País. Sem prejuízo do resguardo do princípio da autoridade e da adoção de medidas de segurança, sempre que julgadas necessárias, estou convencido de que esta crise, pelo menos no seu estágio atual, não deve ser combatida com medidas de exceção que acentuem o isolamento do Governo. Seria fazer o jogo da contra-revolução. A crise deverá ser enfrentada com medidas que eliminem esse isolamento, isto é, que aumentem a comunicação do Governo com o povo. Acho, como todos os que estão nesta mesa, que devemos passar à ofensiva. Mas que esta ofensiva deverá ser feita sobretudo em três planos: Primeiro- O da comunicação, já que fatos reais ainda estão a nosso favor; isto é, substituir-se a desinformação pela informação; Segundo- O de aceleração da ação administrativa, que deve ser atacada com intensidade e energia, sobretudo no campo da educação, que é o mais visado no momento; Terceiro- O fortalecimento da base política e parlamentar do Governo - Algumas sugestões concretas - Primeira- Constituir no Congresso um grupo agressivo de apoio ao Governo que se comprometa a não deixar ataque sem resposta. O Governo prestigiará e municiará esse grupo, que não precisa ser grande, desde que esteja disposto e agressivo. Segunda- Acelerar o processo de integração Governo-Arena e Governo Federal-Governos Estaduais. Na sexta-feira será instalada a Comissão de Estudos do Programa Estratégico. Terceira- Durante os próximos seis meses, cada Ministro procurará voltar-se para fora, confiando os serviços de rotina e administração interna do Ministério ao Secretário-Geral ou Chefia interna equivalente. Deverá ser dado caráter permanente e sistemático à comunicação com a opinião pública, atividade à qual todos os Ministros deverão dar prioridade; Quarta- O Presidente da República responsabilizará um ou mais Ministros pelo contato sistemático, comunicação e informação com cada um dos setores de opinião pública, inclusive a igreja. Assim, para cada um dos setores - trabalhadores, estudantes, políticos, igreja, imprensa e classes produtoras, deverá existir alguém especialmente designado pelo Presidente da República, para acompanhamento e informação, isto para que uns não se omitam na expectativa de que outros atuem. Quinta- Perante a opinião pública, o Ministério deverá ter a preocupação de se apresentar como um todo, coeso e unido, sob a direção do Presidente da República. O trabalho do Governo deve ser promovido como um todo. Sexta- A mensagem ao público deve ser uma mensagem de confiança, não apenas no Go

vêrno, mas sobretudo no Brasil. A mensagem de confiança deve estar baseada nos conceitos de desenvolvimento e de nacionalismo, sadio e construtivo. Deixar a contrarrevolução com o ônus de pregar a desconfiança, a crise, o pessimismo. Devemos contrapor a êsse trabalho ingrato a pregação da esperança, do desenvolvimento, da confiança do povo brasileiro no futuro do Brasil. Sétima - Divulgar intensamente as metas do desenvolvimento estratégico (eu trouxe, para distribuição ao Presidente da República e aos Conselheiros, o volume síntese do Desenvolvimento Estratégico). Oitava - O Presidente poderia reunir o Ministério, uma vez por mês, pelo menos, para orientação e coordenação. Algumas medidas específicas no campo da educação - Primeira - Integral apoio ao Grupo de Trabalho recentemente constituído sob a Presidência do Ministro da Educação. Transformação subsequente dêsse Grupo em Grupo Executivo da Reforma Universitária. O Grupo não deverá aguardar as conclusões dos trabalhos para promover medidas de execução imediata. Os reitores serão convocados pessoalmente, para cooperar na aceleração da Reforma Universitária. O Governo deverá deixar claro a sua intenção de substituir todos os elementos chaves que se revelarem insensíveis ou impermeáveis à reforma. Promover a integração da universidade com a indústria, que deve financiar a realização de programas e projetos de formação de especialistas. A concessão de recursos adicionais para a educação deverá ser supervisionada, isto é: dirigida no rumo do desenvolvimento e da produtividade, e não no aumento do desperdício. O Governo deverá demonstrar estar disposto a investir maciçamente na educação, desde que os recursos adicionais sejam aplicados em projetos, programas e especialidades ligadas ao desenvolvimento e não a despesas administrativas ou suntuárias. O problema da remuneração do professor deve ser atacado sem hesitação, limitado, entretanto, aos professores que façam da profissão uma carreira e não um bico. Quem quiser estudar matérias que não interessam ao desenvolvimento, deverá pagar matrícula. Só assim se poderá desencorajar a proliferação das escolas de direito, etc. Também deverá pagar matrícula aquêle cuja renda familiar fôr superior a quinze salários mínimos. Incluir na composição do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos dirigentes das universidades representantes dos setores econômicos, interessados na expansão do ensino, técnicos e especialistas. O Governo, em lugar de executar diretamente, procurará, sempre que possível, contratar com as universidades, estudos, projetos e programas de seu interesse. Por fim instituir o serviço profissional obrigatório, que possibilitará a prestação de serviços gratuitos ou quase gratuitos à comunidade, pelo prazo de um ano após a conclusão dos cursos. Acho também, concordando com o Ministro dos Transportes, que o Governo deveria emitir uma nota, porque há uma grande expectativa em tôrno desta reunião. Uma nota que seja ao mesmo tempo de alívio e de reafirmação da autoridade

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Com a palavra o Ministro do Interior.-----

.....
MINISTRO DO INTERIOR - Senhor Presidente da República. Senhores Membros do Conselho de Segurança Nacional. Pouco teremos a acrescentar às palavras dos eminentes

SECRETETO

- 17 -

N.º

Chefes Militares que me antecederam, e às informações sérias e oportunas prestadas pelos Ministros, Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e Chefe do Serviço Nacional de Informações. Entretanto, de acordo mesmo com o pensamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, cada Ministro deverá manifestar suas opiniões sobre o momento presente e apresentar sugestões. Assim como, definição de atitudes e amor à responsabilidade. Não podendo deixar de prestar o meu depoimento sobre a crise atual que na realidade existe, pelo que dela devemos tomar conhecimento. De minha parte, Senhor Presidente, julgo não só que os fatos apontados são sérios porque de inspiração subversiva, como existem outros que projetam a imagem do Governo não muito favorável perante a opinião pública, o que vem agravar a atual conjuntura nacional. Essa imagem, pelo que temos ouvido, pelas próprias palavras do Senhor General Geisel, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, que ouvimos com atenção, que é de inoperância e de ausência de uma ação governamental coordenada ante aos problemas nacionais. Tudo isto constitui a grave crise, que na realidade existe, e não pode ser ignorada. Os documentos trazidos ao conhecimento deste Conselho, evidenciam estarmos diante de um processo de negação ou de desafio à revolução. Há, realmente, todo um quadro ante-revolucionário, pintado a cores vivas pelos que me antecederam. Porisso mesmo, qualquer comportamento que possa correr para o enfraquecimento do movimento que gerou o atual poder, deve ser combatido corajosamente. Assim, após estas preliminares, diante da situação atual, deixo definir o meu pensamento na seguinte linha de ação: Primeira - O Governo não deve proibir, preventivamente qualquer nova passeata, pelo contrário, talvez seja conveniente permiti-la até que a população sinta que, muito menos pelo estudante, do que pela subversão comunista, ela é prejudicial ao País. Seria um comportamento sábio. Segunda - Proceder a uma reformulação de métodos na administração pública, de modo a permitir uma atuação mais dinâmica e social. Atender com prioridade o campo educacional que precisa realmente sofrer profundas transformações, bem como, outros problemas básicos que poderão atingir as aspirações nacionais, tais como: Participação nos lucros - Reforma Agrária - Defesa e exploração de nossas riquezas potenciais - Minérios - Fosfatos, etc. Terceira - Adoção do Estado de Sítio, como primeira medida, e até mesmo um Ato Institucional conferindo novos poderes revolucionários ao Executivo, se recrudescerem os atos de subversão. Quarta - Como última sugestão, para evitar o prosseguimento de uma ação harmônica e solidária entre os membros da equipe governamental, impõe-se a meu ver, a organização do Conselho Nacional do Desenvolvimento, do qual Ministros de Estado participariam para debater problemas nacionais, pertinentes a cada Ministério e ao conjunto da vida nacional, neste aspecto do desenvolvimento. Com isso e outras importantes medidas administrativas, julgo que os planos e programas de trabalho, passariam da fase de documentos para a da ação e das teorias para a execução, inclusive, com o recebimento de recursos orçamentários, no tempo justo e oportuno. Esse não recebimento aliás, poderá ser apontado como outra razão de fixação dessa imagem negativa do Governo, uma vez que susta programas do domínio e do interesse públicos. Estas considerações devem ser acolhidas como fórmulas de procedimento para o fortalecimen-

SECRETETO

SECRETETO

- 13 -

to do Governo na pessoa do seu Chefe. E que estamos convictos que o processo revolucionário, não poderá ser levado a bom termo se não sob o comandamento de . Vossa Excelência, não só por sua condição de Chefe do Poder Executivo, mas sobretudo por que revestido de determinação e coragem, as quais, fizeram candidato natural da revolução para a segunda etapa de sua vigência. Por fim estou certo, de que a todos aqui, inspira as mesmas razões, morais e políticas, e não menos os vínculos efetivos que nos une ao Presidente. De modo que estamos todos comprometidos, pelo espírito de franqueza e pelo pleito da verdade. De resto, o compromisso que se legitima pela grandeza dos objetivos desta convocação, pela necessidade de atender a adoção de esquemas comuns de Governo e pelos interesses supremos deste País. Espero, Senhor Presidente, que as minhas palavras sejam recebidas como provindas do contexto dos motivos em questão.

.....
PRESIDENTE DA REPUBLICA - Muito obrigado. Senhor Ministro das Comunicações, por favor.

.....
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES - Excelentíssimo Senhor Presidente. Conselheiros. Tendo ouvido as exposições e opiniões dos Senhores Conselheiros a respeito da presente situação, e, ao mesmo tempo, considerando, com o devido cuidado e atenção, os pontos de vista expostos, desejo trazer a minha contribuição pessoal, fixando de modo leal e honesto a minha opinião. Esta deriva-se, exclusivamente, das inúmeras variantes que participam da atual conjuntura, cada uma delas contribuindo, de maior ou menor forma, para o efeito total do momento. No setor das comunicações, perante o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, sob a minha responsabilidade, no Governo, pode-se verificar a esta altura, decorridos um ano e quatro meses de instalação do Ministério, que está havendo realmente um total de realização com trabalho efetivo, dos quais resultarão, para o Brasil, a partir do próximo ano, e normos benefícios provenientes das interligações pelos troncos nacionais das várias regiões do País. Não preciso enfatizar o que significa, para as atividades produtivas esta possibilidade, no que tange aos seus efeitos sócio-econômicos para o desenvolvimento nas demais áreas ou setores do Governo, está havendo a mesma preocupação para eliminação das deficiências que encontramos e, sob a inspiração e diretrizes do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, estamos corajosamente, estamos realizando. Deste modo posso chegar à primeira conclusão. O atual Governo, tem se dedicado, realmente, a realizações em tôdas as áreas procurando eliminar, de modo adequado, tôdas as deficiências, dirigindo-se sãbiamente, para as condições sociais da população e investimentos de infra-estrutura bastante louváveis. Tem sido um Governo preocupado, inicialmente, com os problemas administrativos e técnicos, o que acho perfeitamente correto. Devo, entretanto, reconhecer o fato de não estarmos sendo entendidos, como devíamos, pelas populações dos grandes centros urbanos, principalmente porque o trabalho de divulgação, perante a opinião pública, não tem sido oportuno e suficiente. No caso do Ministério das Comunicações em especial, daí a nossa segunda conclusão: Necessário se torna que o Governo desenvolv

SECRETETO

va, com intensidade, por todos os meios de divulgação, uma campanha planejada, de esclarecimento da opinião pública sobre o que vem fazendo. Penso. Penso que o trabalho em realização, com os mais nobres objetivos para o desenvolvimento, ao lado da política econômica-financeira, correta no meu modo de ver, desgosta poderosos grupos, os quais, utilizam os meios de divulgação pagos, para trazer ao público, especialmente nas grandes capitais, uma imagem deformada e tendenciosa do verdadeiro trabalho que o Governo desenvolve. Interesses contrariados de toda a sorte procuram matar as várias áreas por métodos e processos condenáveis, como ocorreu na área trabalhista, felizmente dominada, e, como vem ocorrendo na área estudantil ultimamente. Nesta tenho uma experiência de cerca de trinta anos e posso dizer que o idealismo dos jovens, a aspiração de transformação e constante explorada por uma insignificante minoria de agitadores infiltrados, os quais, muito bem tramados, são capazes de conduzir a imensa maioria por caminhos não desejados. Há, realmente, devemos reconhecer, falhas profundas no sistema educacional brasileiro e estas são exploradas nessas ocasiões, daí a terceira conclusão: Providências imediatas para dirimir, no maior grau, as falhas existentes o que já está sendo feito. Por último e para não me alongar demasiadamente, participo de um Governo constitucional, democrático, e devo declarar, honestamente, que penso, dispor o Governo, com a atual legislação dos instrumentos para coibir, de modo adequado, todas as insubordinações. Por isso, discordo da tomada de medidas de exceção que possam ferir os princípios da democracia, tradição já formada no espírito do nosso povo. O estudo conveniente da legislação vigente, permitirá sua aplicação adequada, no devido tempo. Última conclusão: A aplicação da legislação de que dispomos, dentro dos princípios democráticos, permitirá a solução de todos os nossos problemas.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Senhor Chefe do Estado-Maior da Armada, com a palavra.

.....
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA - Senhor Presidente. Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Em comentários aqui feitos, já foi referida a intromissão indebita do clero em assuntos da exclusiva alçada do Governo. Embora o Estado não tenha religião oficial, o clero católico goza, em nosso País, de privilégios especiais, dada a sua maior penetração em todas as camadas sociais. Assim, o que se vem verificando ultimamente é que os sacerdotes, exorbitando de suas atividades espirituais ou de magistério, estão sendo mentores e instrumentos de subversão, incitando os jovens à indisciplina e à desordem. É compreensível que o Governo se detenha com alguma cautela no exame do que ocorre com o clero brasileiro; mas é inadmissível que padres estrangeiros venham exercer em nosso País essa ação anti-nacional e desagregadora. O Padre Comblin, de nacionalidade belga está, precisamente, nesse caso. O último boletim do Centro de Informações da Marinha refere, a respeito de tal sacerdote: "Padre JOSEPH COMBLIN- Professor do INSTITUTO TEOLÓGICO DO RECIFE; em abril deste ano, apresentou relatório destinado à Conferência Episcopal Latino Americana, considerado como documento de "esquerda", de teor bastante

SECRET

- 20 -

subversivo. - Tal relatório provocou uma reação de vários Ministros da Igreja, que em carta dirigida ao Presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, disseram que o documento elaborado pelo Padre COMBLIN, pretendia desmoralizar a hierarquia da Igreja, o Clero, com o intuito de favorecer a subversão da ordem para instalação de um regime comunista no país. - O citado relatório prega abertamente doutrinas econômicas comunistas, elogia o comunismo cubano e a revolução de FIDEL CASTRO, prega a Revolução Político-Social, pleiteia como medida eventualmente necessária, a desmoralização do Governo, das Forças Armadas, a dissolução do Exército Nacional e a distribuição de armas ao povo. Reclama, ainda, a instituição de Tribunais de exceção, para julgar rapidamente os que se oponham a essa ditadura comuno-reformista. - O Padre COMBLIN é assessor de D. HELDER CÂMARA e de nacionalidade belga. - Parece-me que, de tais pronunciamentos, o Padre COMBLIN é susceptível de enquadramento nos Artigos vinte e um, vinte e três, vinte e nove e trinta e três parágrafo único da Lei de Segurança Nacional, podendo, após o cumprimento da pena ser expulso conforme o artigo segundo do Decreto-Lei trezentos e noventa e dois! O Governo, como se vê, dispõe de recursos legais para expulsar esse mau elemento. Tal medida teria a melhor acolhida entre as pessoas sensatas, que, por felicidade, ainda estão em maior número, no nosso País. E dentre os militares, os oficiais jovens estão ainda perplexos ante a estranha liberdade de que se vem beneficiando esse sacerdote agitador. Sugestão de outras naturezas, que já foi, me parece, objeto de cogitação, embora não bem configurada, diz respeito à conveniência, se não à necessidade, de ter o Governo órgãos de imprensa, de sua propriedade, onde possa divulgar tôdas as notícias cujo conhecimento deva chegar à Nação em tôda a sua plenitude e exatidão, sem a menor distorção. Há dias, Vossa Excelência, Senhor Presidente, recebeu, generosamente, os estudantes para com eles dialogar, abrindo, amistosamente, mão das prerrogativas protocolares. A atuação de Vossa Excelência no episódio teve grande repercussão em todo o País, pois jamais um Chefe de Estado deu tamanha prova de longanimidade e de tolerância. Entretanto, tal ocorrência, amplamente explorada pelo noticiário dos jornais, não teve, por parte destes, a justa e serena publicação, limitando-se a imprensa, nitidamente desapontada com a frustração dos estudantes, a relatar incompletamente a entrevista, no visível intuito de obscurecer a grandeza da atitude incomum de Vossa Excelência. Quer-me parecer que a publicação, se feita pelo Governo um jornal ou jornais do Governo, teria a virtude de levar ao povo, o exato e inteiro conhecimento dos fatos que contribuem para a verdadeira formação da opinião pública. Esta sugestão poderá parecer estranha, sobretudo porque é incomum. Mas, a não ser a substancial modificação, há pouco referida neste Conselho, por vários Ministros, da Lei que regula a liberdade de expressão no País, não vejo outro meio de se opôr o Governo à má fé com que se conduz a imprensa, usando tão maliciosamente a liberdade que a lei lhe assegura. São estas, Excelência, as ligeiras sugestões que desejo apresentar.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado, Chefe do Estado-Maior do Exército com a palavra.
.....

SECRET



CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO - Senhor Presidente. Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Há cem anos, por ocasião da Guerra do Paraguai, o nosso País foi invadido no Estado do Mato Grosso. Este fato só chegou ao conhecimento das Cortes depois de um mês de ocorrido. Hoje, acredito, que a Nação inteira já tenha tomado conhecimento e talvez visto, mesmo os analfabetos, da reunião deste CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. São os meios de comunicação de que usufruímos na atualidade. Sobre esses meios, baseados nêles, eu darei maior ênfase às sugestões que Vossa Excelência determinou que trousséssemos a este Conselho. A crise conjuntural porque passa o País devido a fatores, cuja análise foi esgotada, torna recomendável um conjunto de medidas, que incidem nos campos psicossocial e político, e que estão discriminadas abaixo: - OPINIÃO PÚBLICA - Organizar um órgão ou conjunto de órgãos que utilizando a imprensa, o rádio e a televisão, leve, a opinião pública, uma imagem correta de atuação governamental e neutralize a propaganda contra-revolucionária. Realizar com êles uma ofensiva maciça no campo da informação e contra-informação, não só para dar conhecimento ao público dos resultados pelo Governo, mas, também, para contra-atacar o adversário, explorando suas contradições e vulnerabilidades. Aproveitar como núcleo do órgão criado, a Agência Nacional que já dispõe de recursos mínimos iniciais e dotá-los de técnicos, no manejo da opinião pública, os que, por dever de ofício, são os que mais estão capacitados para o cumprimento da missão. Aplicar a Lei de Imprensa com precisão e oportunidade para neutralizar os órgãos de divulgação que valorizem os agentes e as atividades subversivas. Complementar a medida anterior, com duas outras subsidiárias: - Pressionar os responsáveis, pelas edições dos jornais, pelos rádios e canais de televisão, por intermédio do sistema bancário oficial, quando dependem do financiamento de agências governamentais - Atribuir, sem mencionar origens, aos meios de comunicações que se alienam na defesa das Instituições, publicações indenizáveis. PROGRAMA EDUCACIONAL - Atacar os problemas desse campo, com a maior urgência, enfatizando a reforma do ensino já esboçada e onde se destaque. - Entrosamento do ensino médio com o ensino superior. - Preparo dos alunos de nível médio para o ingresso no mercado do trabalho. Adequar os currículos universitários e encurtá-los para que os diplomados, possam participar, mais cedo e mais apropriadamente, das tarefas de criação de riquezas. Exigir mais eficiência e responsabilidade do corpo de professores de ambos os níveis. - Dar melhor salários ao magistério, o que proporcionaria maior flexibilidade e melhores oportunidades em se encontrar novos professores. - Aplicar penalidades aos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino que se omitirem relativamente às atividades das Instituições Estudantis postas fora da lei. Aplicar penalidades que podem ir até a expulsão aos alunos que tomarem parte em greve de caráter político. - Impor normas para que as universidades apliquem parte substancial dos auxílios recebidos em benefício das entidades educacionais dos alunos, não ligadas ao ensino ou a assistência social. - Obter maior flexibilidade na escolha dos Reitores por parte do Presidente da República. NO CAMPO POLÍTICO - Aplicar a legislação revolucionária, sobretudo, a Lei de Segurança Nacional, sempre que organismos ou pessoas infringirem suas disposições. Ficar em condições de decretar o Estado

SECRETO

- 22 -

de Sítio. Recomendar aos responsáveis pelo emprego das Polícias Militares, que do- tem suas corporações de meios e métodos com os tumultos e guerrilhas urbanas. - En- trosar as Forças Federais no sistema de repressão às atividades subversivas para atuar, mediante ordem, sempre que as circunstâncias o exigirem. Estas são as minhas sugestões.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica com a palavra.

.....
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA - Excelentíssimo Senhor Presidente da Repúbli- ca. Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Em primeiro lugar Vossa Ex- celência solicitou que cada um desse sua opinião a respeito do Estado de Sítio. Jul- go, a respeito, que ele só deverá ser decretado na ocorrência de um fato grave que o justifique, isto porque representará um impacto na população. Em princípio, estou de pleno acôrdo com o Ministério dos Transportes. Ouvidos todos os setores mais cre- denciados, o assunto está praticamente esgotado. No entanto, para o Ministério da A-eronáutica, há um ponto que considero importante e que deixou de ser debatido. É o do Restaurante do Calabouço. Julgo que deva ser tomada uma providência urgente, pa- ra sua demolição, constituindo sua simples existência uma ameaça permanente à Segu- rança do Edifício do Ministério da Aeronáutica, do Quartel General da Terceira Zo- na Aérea e dos aviões que estacionam e, muitas vezes, o próprio avião de Vossa Ex- celência. Julgo imprescindível a limpeza daquela área que uma vez desobstruída po- derá ser transformada em um estacionamento de automóveis como o era anteriormente, e constituindo-se um fator positivo, para o Governo, que teria dado aos ocupantes daqueles prédios uma área de estacionamento, problema grave no centro da cidade . Trago um documento que peço permissão para entregar ao Senhor General Portella, a pós a reunião, porquanto ele se refere a sugestões que já foram feitas aqui por to- dos os Senhores Membros do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. São apenas medidas de Segurança que possam auxiliar esse trabalho generalizado. Cada idéia aqui exposta terá correlação, possivelmente, com diversos Ministérios. Gostaria apenas de dizer, que a primeira parte se refere a intensa campanha de esclarecimento da opinião pú- blica usando a televisão, revistas, rádios; a segunda parte se refere a implantação rápida, de medidas eficazes para atender as reivindicações justas dos estudantes . Digo justas, porque há as reivindicações ilegais como foi muito bem esclarecido pe- lo Senhor Ministro da Educação. A terceira parte, se refere a planos de repressão de manifestações de rua. Esses planos a meu ver, devem conter medidas agressivas, co- mo muito bem afirmou o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas na sua exposição . Em todos os setores o Governo deverá agir na ofensiva. Esses são os esclarecimentos que julguei de minha obrigação trazer.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Tem a palavra o Senhor Ministro Extraordi- nário, Chefe do Gabinete Civil.

SECRETO

SECRETETO

N.º

[Handwritten signature]
32

CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - Senhor Presidente. Senhores Conselheiros. Em face dos acontecimentos que vêm inquietando o País, trazendo, para a população de algumas capitais, motivos de intranquilidade, a atitude do Governo tem sido de prudência e tolerância. Creio que se deve evitar comportamento e forma de ação susceptíveis de restringir exercício de qualquer dos direitos individuais assegurados na Constituição. Entretanto, essa atitude de serenidade e de paciência é mal entendida e vem sendo interpretada como fraqueza. Confiando erradamente na sua própria maneira de considerar as diretrizes adotadas, a ação de elementos cujo fito é a inquietação social e desordem pública, ultrapassando aquele limite e aquele limiar de tolerância que existe na flexibilidade de qualquer organismo social, dotado de espírito de defesa e de sobrevivência. Assim é que atenta dos terroristas tiveram início em São Paulo, repetiram-se cada vez mais violentos e danosos e a sua direção é incontestavelmente a anarquia. A última passeata realizada no Rio de Janeiro, veio confirmar que os propósitos enunciados nada tem de comum com as reivindicações dos jovens, muitas delas respeitáveis. A sua finalidade pois sem dúvida, iria pregar a subversão da ordem, a derrubada do regime e a substituição do Governo que o representa. Tais manifestações, qualquer que sejam as suas origens, não podem continuar. Do Governo é competência governar e competência Senhor Presidente, escolher entre dificuldades, optando por aquelas que melhor atendam aos interesses gerais, a fim de evitar, a fim de levar a efeito os propósitos de resguardar nossos ideais de vida social, de trabalho produtivo, de relações culturais, educativas, econômicas, financeiras, industriais. Assim, Senhor Presidente, opino por que o Governo lance, caso tais fatos venham a se repetir, da medida consignada na Constituição, como dever primeiro para prevenir e antepor-se, e para zelar pela segurança das Instituições, pela tranquilidade do povo e pela paz social.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Muito obrigado. Está nos chegando, agora, da Bahia, uma informação que vai ser lida pelo Secretário-Geral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL.

SECRETARIO-GERAL - É da Agência do Serviço Nacional de Informações de SALVADOR-Infôrma que na abertura dos jogos universitários, as Bandas de Música do Exército e Marinha foram vaiadas. Panfletos distribuídos pediam vaias ao Governo e aos militares. Comentários de ruas desairosos com relação à Reunião do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Comemorações natalícias em suspenso.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Até o Jornal do Brasil de hoje traz uma charge em que eu pergunto nesta reunião: Quem está aniversariando hoje..... Isso é um direito, mas é uma ironia..... eu prestigio a todos os aniversários..... é uma irreverência..... Eu quero dar um ligeiro intervalo agora, para em seguida concluirmos estes trabalhos. Vai ter a palavra em seguida o nosso Vice-Presidente, Membro destacado do Conselho e finalmente chegaremos a uma conclusão.

SECRETETO

SECRET

- 24 -

Desde já eu designo o Chefe do Gabinete e Chefe do Gabinete Civil, Secretário-Ge-
ral do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e o Ministro do Planejamento e Coordenação Ge-
ral para, redatores do resultado desta reunião, após a conclusão dos trabalhos .
Quer dizer, uma nota que será distribuída à imprensa. São os três homens que irão
elaborar uma redação que será proposta ao Presidente para publicação. Podem entrar
..... Vamos agora ficar a vontade para o cafèzinho.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Vamos ter a oportunidade de ouvir a palavra do Vice-Pre-
sidente da República, Membro destacado deste Conselho.

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Senhor Presidente, Senhores Conselheiros. O anún-
cio que Vossa Excelência fez da minha palavra aumenta a responsabilidade do pronun-
ciamento que me coube fazer. Quero, inicialmente, declarar, Senhor Presidente, que
tenho bastante facilitada a minha tarefa por ter ouvido as opiniões e o relatos que
têm sido objeto das nossas reflexões, seja no período da sessão anterior, seja du-
rante a presente sessão. De início, peço licença para salientar, que sempre enten-
di, que o movimento de hum mil novecentos e sessenta e quatro foi antes uma contra-
revolução, em face da revolução que se preparava oficialmente, para se comunizar o
Brasil. Por isso mesmo, estamos nós, ainda hoje, a serviço dessa contra-revolução,
porque são os revolucionários daquele tempo que pretendem retomar aquela arrancada
que haviam iniciado. Sendo assim, me permito, com muito respeito, divergir daque-
les que sugerem medidas que considero realmente interruptivas do processo democrá-
tico. Vejamos, a primeira delas seria, a emissão de um Ato Institucional ou a emis-
são de um Ato qualquer que revigorasse os Atos Institucionais. Evidentemente, qual-
quer providência nesse sentido, significaria, no meu entender, um verdadeiro retro-
cesso. Isto é, estaríamos reconhecendo que, dentro dos remédios constitucionais ,
não encontramos meios para fazer ineficiente, de fazer ineficaz, o movimento revo-
lucionário que os vencidos de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro es-
tão planejando. De outra parte é também, para mim, medida antidemocrática, a noti-
cia de que se deva fazer a convocação de uma constituinte. Sabemos que essa convo-
cação era objeto de pregação, constante, dos nossos mais destacados adversários da
aquele tempo, entendiam eles ser necessária uma constituinte, que significaria, evi-
dentemente, a eliminação de todos os princípios constitucionais que ainda estavam
em vigor. Feita essa ressalva, Senhor Presidente, muito fácil é meu pronunciamento
Do que aqui se propôs, parece-me muito relevante que caiba a Vossa Excelência fa-
zer uma proclamação ao povo expondo a situação do que até agora foi revelada, nes-
ses minuciosos fatos e documentos que chegaram ao nosso conhecimento, nas sessões
a que me referi, aliás, muitos dos quais, já de nosso conhecimento. Parece-me, que
seria fazer uma afirmação categórica de que o Governo pretende e defende as insti-
tuições democráticas e que para fazer essa defesa, ele prefere não usar medidas
de exceção. Será assim uma espécie de advertência àqueles que passarão a ser os res-
ponsáveis por qualquer mudança de posição e atitude do Governo. Nesse sentido, pare-
ce-me importante, que se faça acentuar que as medidas que, tomadas pelo movimento

SECRET

SECRETO

- 27 -

N.º

à ARENA. Então essa Comissão de Orientação do Partido deve estabelecer esse procedimento como obrigatório. Esse apoio não deverá ser dado por extorsão, por pressão mas, consentidamente, voluntariamente, quem não estiver de acordo que vá fazer as suas manifestações fora do partido oficial, do partido que está comprometido com a revolução e comprometido com o Governo. Ele assim verificará que tem as vantagens, realmente, de ser oposicionista. Um processo muito adotado quando se deseja caracterizar bem os defeitos, é aquele em que começa dizendo: "eu gosto muito de fulano, mas sou obrigado a reconhecer que ele tem tais e tais defeitos". A este propósito então, deve ficar muito bem estabelecido o seguinte: se realmente o partido de oposição se considera hoje, mais um partido de oposição ao regime, do que propriamente de oposição ao Governo, de modo que a vontade para participar de todos os pronunciamentos subversivos que então seja ele tratado, na Câmara ou no Senado, como um partido de oposição ao regime e não um partido de oposição ao Governo. Quando ele anunciar uma obstrução que a faça, que a faça como quem está fazendo uma obstrução ao regime e não ao Governo, conclui-se, assim, que ele não poderá fazer jus a qualquer posição, fruto de composição com as forças majoritárias. Não há razão nenhuma para que eles tenham a Presidência das Comissões, para que façam parte da mesa. Quer dizer, são de oposição, são os oposicionistas ao regime e não ao Governo, logo não devem ter essas posições que são posições de regime. Essa orientação daria, como resultado, evidentemente, uma grande vantagem, desde logo eles perceberiam que iam perder situações que costumam usar em detrimento do Governo e no combate ao Governo. Ouvi várias sugestões a propósito da legislação e da necessidade de modificar a legislação. Entendo, entretanto, que não deveríamos colocar isto como sendo uma deliberação do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, essas modificações deveriam ser feitas, precedidas de um trabalho de compromisso para que pudessem ser aprovadas. Eu sempre entendi que, entre nós, a chamada Lei de Imprensa nunca teve aplicação, não porque ela não fôsse realmente até do ponto de vista do direito comparado, uma das melhores leis, que na prática, Juizes, Ministros, todos começam por se inclinar a favor de quem está praticando os crimes de imprensa. Então os crimes contra a honra, os crimes de calúnia, de difamação e de injúria são tratados no sentido de benevolência tão grande, que, geralmente, os que são processados acabam obtendo através do processo uma notoriedade que o faz Deputados, Senadores e membros até privilegiados da comunidade. Então, no meu entender, é preciso que não se falasse nessas modificações. Outra sugestão muito importante é quanto a repressão ao falso, repressão que surgisse com naturalidade, e não como resultado de recomendação, porque então esse crime deveria ser convenientemente tipificado para se ter um processo que desse o melhor dos seus resultados. Dentro de uma orientação desta natureza, acredito que a exposição feita pelo Ministro da Educação, deveria ser divulgada, para se dar notícia de tudo o que já se está fazendo com relação aos interesses do verdadeiro estudante e sobretudo para separar os interesses do estudante que devem ser atendidos, daqueles interesses de quem usa o estudante para efeitos de subversão. Mas, Senhor Presidente, nós não podemos ignorar a importância dos fatos que até agora nos foram revelados. Parece-me de

SECRETO

SECRETO

- 23 -

necessidade premente, se cogitasse, desde logo, da preparação para no caso destas medidas não terem eficiência que nós desejamos venha a ter, para que estejamos preparados para aquela medida de natureza constitucional que é o Estado de Sítio. Não como sendo o lançamento de um Decreto apenas, para depois se convocar o Congresso para a aprovação, mas para que já houvesse uma preparação prévia da execução do Sítio. Ainda há pouco vimos o exemplo do Uruguai, não estavam preparados para aquela medida de exceção, de sorte que a sua decretação pura e simples, não impediu que o movimento subversivo tomasse maior incremento. Então, seria imprescindível que fossem designados no Ministério da Justiça, digamos, e nos outros Ministérios, os encarregados de fazer, desde logo, a preparação para, na hipótese de ser necessária a decretação do Estado de Sítio, o desencadeamento imediato, automático, de todas aquelas providências decorrentes. A ocupação de todos os jornais por um corpo de censores, as providências contra o rádio, contra televisão e assim por diante, dando uma demonstração de força do Governo, que por serem feitas com a devida eficiência, pudessem durar pouco, mas tivessem o sentido de não permitir que essa intenção, fosse fraudada, caso a medida fosse tomada. Dêsse modo, nós estaríamos preparados para ela. Teríamos, talvez, que invocar um pouco os exemplos do Estado Novo, como foi que ele se preparou etc., mas isso deve ser material que o Ministério da Justiça naturalmente disporá. Senhor Presidente, dentro da obrigação que eu mesmo me impuz de não ser prolixo, vou concluir com uma sugestão para que se instituisse uma Comissão ou que se desse à essa Comissão que já foi sugerida, a incumbência de acompanhar, com maior interesse, todos esses movimentos subversivos e recomendar com relação a cada um deles um remédio que pudesse ser específico. Lembro como uma das medidas de maior importância a seguinte: Os nossos adversários usam a falsidade como processo para desgastar o Governo, fazendo acusações ou anunciando que vão fazer acusações de que há corrupção no Governo, já temos tido disso várias provas. Tudo quanto sabemos, nos leva a acreditar, a infâmia que existe nessas acusações. Podemos mesmo dizer, que não há meios de se impedir a corrupção, mas ela somente pode ser condenada e pode ser imputada ao Governo, quando este fica indiferente a ela. Usarei aqui uma bela expressão do Padre Antonio Vieira: "Os estados não se perdem pelos crimes cometidos, mas sim pelos descobertos e não punidos". Essa Comissão teria também essa função, sempre que houvesse denúncia dessa natureza, ela poderia até mesmo, exigir do denunciante as necessárias provas, caso se cogitasse da tomada de medida para uma apuração imediata. Se porventura, houvesse uma procedência, se a repulsa oficial fosse de tal ordem que significasse uma demonstração de que nessa repulsa estava uma medida para escarmento dos povos, que nesse caso seria realmente uma medida que atingisse os corruptores. Senhor Presidente, eu fico muito honrado em ter sido destacado por Vossa Excelência. São estas as sugestões que me permito fazer, como todos vêem, decorrer antes da apreciação em conjunto das próprias medidas que vieram a ser propostas ao longo dos nossos trabalhos. Muito agrádecido a Vossa Excelência.

.....
PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Ouvidas, uma por uma, as opiniões de todos os membros do

SECRETO

de hum mil novecentos e sessenta e quatro e que feriram pretensões, direitos e franquias de determinados brasileiros se inspiraram não só na defesa das instituições democráticas, como também, numa demonstração de que aquele movimento vinha para impedir, que se alastrasse pelo País inteiro, um processo de corrupção, só por si suficiente para se fazer a pior de todas as revoluções. De modo que é necessário que se tenha sempre em vista que os atingidos por aquelas medidas estão em duas categorias: os corruptos e os subversivos. E é preciso, portanto, não permitir que os atingidos pela corrupção, queiram aparecer aos olhos do povo, como se tivessem sofrido, qualquer restrição, por subversivos. Não, eles não eram subversivos, eram sim, em grande parte, corruptos. Agora eles se fazem subversivos, porque este é o processo que encontram como o mais eficaz para se apresentarem como vítimas de medidas que eles de fato mereciam, por serem realmente corruptos, mais do que isto, por serem até promoventes da corrupção. De outra parte, parece-me, que num documento, dessa natureza seria realmente interessante que se salientasse, que muitos dos cassados, daqueles que tiveram os seus direitos políticos suspensos, não recusaram o seu apoio ao movimento triunfante de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro, enquanto esse movimento era força. Agora eles se preparam para combatê-lo, quando esse movimento já é um direito, isto é, por força exatamente de sua vitória consignou um texto Constitucional, um diploma Constitucional, dentro do qual se fixaram todas as garantias da pessoa humana, todos os direitos da pessoa humana. A contra-revolução estruturou juridicamente o País, numa ordem que precisa ser defendida e atacada. Pois bem, enquanto o movimento era força, muitos deles deram o seu apoio, sendo notável que muitos deles chegaram mesmo a votar no candidato das forças contra-revolucionárias à Presidência da República. Depois é que passaram então a combatê-lo, exatamente no período em que já não é mais força, mas direito. Nesse documento, parece-me, deve ser feita uma advertência para o esforço que desenvolvem os proponentes da agitação e da subversão, quando procuram, sobretudo, deixar mal as Forças Armadas, esquecidos de que neste País, segundo a nossa tradição, segundo a nossa história, as Forças Armadas sempre estiveram presentes nas horas de crise, mas nunca para que, por intermédio delas, se fizesse um exercício do Governo no sentido antidemocrático. A história está aí para registrar. Os movimentos todos em que tivemos a participação das Forças Armadas, todos foram para impedir que prevalescesse o pior e sempre essas Forças Armadas se ajustaram às normas jurídicas. Poder-se-ia mesmo dizer, como traço saliente da história dos povos da América Latina, que, no Brasil, as Forças Armadas sempre se situaram dentro do campo civil. Quer dizer, o poder civil quando exercido por um militar, é muito mais poder civil do que propriamente poder militar. Para se usar assim um esquema, é muito comum encontrarmos na história dos povos ibero-americanos, aquele que veste a farda para ser Governo. Quando aqui no Brasil, existe até uma estrutura toda especial, existe disposições em virtude das quais, quando um militar é convocado para o exercício de funções civis, ele começa por deixar o exercício das suas funções militares. E um traço que, me parece devia ser salientado, para impedir que se prossiga, com certo êxito, essa campanha de ridicularização dos militares, só por

si injusta, campanha de incompatibilização dos militares, como se eles estivessem exercendo o Governo por serem militares, quando eles o exercem, exatamente por força de sua ordem jurídica estabelecida. Feita assim essa sugestão a propósito, do que seria a proclamação de Vossa Excelência, eu me permito fazer outra sugestão, que seria área do Senhor Ministro da Justiça. Elaborar um trabalho, numa entrevista, digamos, em que ele fizesse a exegese dos direitos e garantias da pessoa humana existentes na Constituição de hum mil novecentos e sessenta e sete, mostrando que essas garantias e esses direitos são precisamente aqueles que já existiam na Constituição de hum mil novecentos e quarenta e seis, e muitos deles ampliados na Constituição de hum mil novecentos e sessenta e sete, para que não ficasse parecendo que esta Constituição chamada autoritária, foi fruto do movimento de março de hum mil novecentos e sessenta e quatro, o que nós verificamos é que realmente tem havido uma distorção a este respeito. Nesse trabalho poderiam ser considerados várias matérias, uma delas, seria as passeatas. As passeatas podem ser toleradas, mas não são um direito. Já na constituição de hum mil novecentos e trinta e quatro e, posteriormente, a de hum mil novecentos e quarenta e seis, e na Constituição atual o que verificamos é que o direito de reunião, sem armas, somente pode ser exercido em locais previamente estabelecidos, determinados e não, em processos ambulantes, com prejuízos de outros direitos, dos direitos dos moradores dos locais que são atravessados, dos direitos do tráfego, etc., etc. Outro ponto que me parece também muito importante, porque objeto de muita exploração, é dizer-se que esta Constituição impediu que se fundassem outros partidos, que ela estruturou o bi-partidarismo. Não é verdade. A verdade é que a Constituição permite a criação de tantos partidos, quantos tiverem condições, evidentemente de se organizarem, como expressão de parcelas ponderáveis da opinião pública. Ainda recentemente, dizia um Senador que estamos no regime de bi-partidarismo. Não estamos, quem não estiver satisfeito em pertencer à Aliança Renovadora Nacional ou quem não estiver satisfeito com o Movimento Democrático, pode perfeitamente promover a organização de outro partido, não há nenhum impedimento. A Constituição assegura este direito e a legislação aí está para constituirlos. Face a essa distorção, alegam que o Governo está exercendo uma verdadeira ditadura através dos partidos. Saliendo este outro ponto que, naturalmente, o Senhor Ministro da Justiça bem o conhece, pois estou apenas dando uma sugestão, passarei a fazer considerações a propósito da imprescindibilidade de uma Comissão de Orientação Política do Partido Oficial. Essa Comissão de Orientação Política deveria dar toda sua solidariedade, todo o seu apoio, através dos Deputados e Senadores a tudo quanto vier ser proclamado e divulgado em consequência desta reunião do CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL e, de tal sorte, que ficasse bem claro, que aquele que quizesse divergir dos pontos de vista do Governo, que, desde logo tivesse liberdade de passar para a oposição ou de fazer o seu próprio partido. O que não é possível é que o Governo sofra diariamente esse desgaste. Basta alguém ser do partido oficial para dar-lhe muita importância, registrar-lhe entrevista, a sua declaração como da maior significação. Começam dizendo: fulano que é da ARENA, disse isto assim, assim. Ora, ele poderá dizer o que quiser, mas dizê-lo já não pertencendo

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, devemos concluir: - Primeiro - que existe uma situação de fato de ataque violento ao Governo, através de atentados, que se vem caracterizando por uma técnica, não de amadores, mas de homens cientes e conscientes dos efeitos psicológicos e materiais que podem causar. Esta, a meu ver, é uma das constatações mais evidentes, digamos assim, mas que até hoje o Governo, pela própria natureza dos atentados, não tem podido caracterizar os responsáveis. Isto é grave e isto causa uma intranquilidade muito grande. A princípio, eram bombas adequadamente preparadas e colocadas em lugares sem uma grande concorrência pública. Depois, já se caracterizaram, os atentados, com objetivos fixados: jornais, bancos e até mesmo quartéis. Houve um deles que assumiu uma violência extraordinária, o que já é do conhecimento dos senhores. Agora, vemos nos jornais, que estes atentados já estão estendendo para onde o povo afluí, seja para o seu transporte rumo ao trabalho, seja para o divertimento, ora é um cinema, ora é um vagão de estrada de ferro demonstrando, de alguma forma, que há um processo de intimidação pública. Intimidação que deverá se estender aos Órgãos do Governo, é claro, dada a impossibilidade material de repressão. Há, portanto, uma situação de fato inquietante. Por outro lado, as manifestações de rua, sob pretexto vários inclusive da exploração do jovem, particularmente do estudante. Exploração até mesmo do secundarista, que ainda praticamente é um irresponsável nesse assunto, fatos que as fotografias demonstram meninas e mocinhas envolvidas nas agitações no Congresso Nacional, houve uma concentração de meninos praticamente que lá passaram uma noite, de uma forma um tanto irreverente, dando demonstração da falta de educação no lar e de controle por parte daqueles de mais responsabilidade, dos responsáveis até pela honra de suas filhas, porquanto passaram uma noite em comum, promiscuamente, dentro de um ambiente definido, pelo testemunho do Diretor do Senado, Dr. Evandro que disse: "transformaram isso aqui, num lupanar", São suas expressões textuais. Isto, portanto, demonstra que há uma desintegração, há como uma deteriorização dos costumes também. Nós temos que nos convencer disso. Tudo se deteriora, mas ao Governo compete, como é claro, pelo menos antepor-se a isso. Agora, qual a forma? Pela violência? Não creio que seja uma solução. Pela propaganda? Pela condenação desses atos? Compete mais à sociedade do que ao Governo isto. Eu creio que após a segunda grande passeata aqui no Rio de Janeiro, já houve uma retomada de meditação por parte do público em geral e da sociedade em particular. Vejo o problema com grande preocupação e tenho vivido momentos angustiantes ao imaginar o que possa ocorrer amanhã porque, evidentemente, esta trégua que estamos vivendo, no momento, para mim parece um tanto aleatória, um tanto falsa. Algo se prepara procurando levar o Governo a medidas talvez ainda mais impopulares. Mas, o que nós devemos manter sobretudo é a tranquilidade, é a frieza de espírito para não nos excedermos em medidas que poderão se transformar em fatores de desgaste para o Governo. Falou-se aqui em revolução e em contra-revolução, eu quero dizer-lhes que mantenho sempre o meu espírito alerta e os meus princípios muito firmes na defesa da revolução. No entanto, devo dizer-lhes fruto de uma convicção sincera, decorrente ela de alguns dias de ditador neste País, que a ditadura jamais será uma solução para o Brasil, não há homem, não

SECRET O

- 30 -

há sistema, não há organização que possa administrar, comandar e governar este País este Continente, na base da unidade do comando. Foram nove dias do mês de abril de um mil novecentos e sessenta e quatro, dias torturantes para um homem que tinha sobre seus ombros a responsabilidade absoluta do Governo, tendo cooperação de ilustres companheiros como o nosso Ministro da Marinha aqui presente e o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Correia de Mello. Foram dias de angústia, para mim e para eles, porque sentíamos que a revolução não se fizera para oprimir o povo, pelo contrário, fora feita como uma contra-revolução, justamente para evitar que esse povo fosse tiranizado, para dizê-lo de uma maneira simples, eficiente e positiva. Se queríamos vencer uma tirania não poderíamos estabelecer outra tirania. A luta, naquele momento, foi muito grande porque, como existem hoje radicais de direita ou de esquerda, eles existiam também, naquela oportunidade, mas nós conseguimos, com a graça de Deus e compreensão dos homens, vencer. Aquela primeira etapa institucionalizando a revolução. Apelando para um regime que não queríamos derrogar para reestruturar o País em bases, sejam socialistas, sejam totalitárias de direita ou de esquerda. O que desejávamos era o restabelecimento, no País, da garantia da ordem e da Constituição. Evidentemente não se poderia atingir esses objetivos simplesmente pela mudança de homens, deveria haver, como houve, um ato para permitir que a revolução, que a verdadeira revolução gerasse os seus próprios direitos. Por isto é que surgiu o Ato Institucional número um em que, à margem da revolução estabelecia-se novas condições de execução da democracia, eliminando aqueles elementos que tinham sido as causas das preocupações e da própria revolução. Tão logo estabeleceu-se o primeiro Governo da Revolução, o Governo Institucional e não Constitucional, com a eliminação dos meios de perturbação, dos elementos de perturbação, houve uma trégua e essa trégua, depois, foi tomada como um sentido de condescendência e tolerância. Então muitos diziam: "A revolução está se esvaindo, está desaparecendo". Houve mesmo ocasiões em que eu, Ministro da Guerra, tive que declarar que parecia proibida a palavra, o termo revolução, nos conciliábulos do Governo. E isto, os senhores sabem, foi num crescendo e numa ousadia incompreensíveis porque não foram os contra-revolucionários ou os revolucionários de então, de antes de sessenta e quatro que levaram o Governo a tomar medidas enérgicas, para restabelecer aquilo que se vinha perdendo em substância revolucionária, daí o Ato número dois. Por incrível que pareça, o Ato número dois não foi editado em virtude da atuação de cassados, decorreu da atitude de bons revolucionários, no primeiro momento, que por algumas circunstâncias se excederam em ataques ao Governo da revolução, por interesses próprios, ou por interesses ideológicos, enfim, todos os senhores conhecem a história de ontem. O que eu quero, no entanto acentuar é que, desde o primeiro momento em que se fez a revolução, houve a preocupação que é a que ainda hoje caracteriza o processo revolucionário, a volta ao regime pleno democrático. Os senhores não encontram, em nenhum ato do Governo Revolucionário, seja do primeiro Governo, seja da Junta que governou o País por nove dias, a preocupação de tirar do povo os direitos que lhe tinha sido dados pela Constituição de quarenta e seis. Como foi necessário o Ato número um, como se tornou imprescindível o Ato número dois, também houve

SECRET O



necessidade de, não mais institucionalizar a revolução, mas sim Constitucionalizá-la em termos de revolução, em termos de modificações, reestruturações, remodelações que foram feitas, em parte, na Constituição de hum mil novecentos e sessenta e sete. Este segundo Governo da revolução que a mim foi confiado, está constitucionalizado. Existe uma Constituição, que tem sido violenta e persistentemente atacada pela oposição, o que demonstra que ela é revolucionária porque, justamente aquelas que a atacam, são os contra-revolucionários. No entanto, esses ataques têm sido feitos dentro das normas constitucionais, seja no Congresso, seja em reuniões de recinto fechados e até mesmo em praça pública. O que é verdade é que, se esta Constituição foi votada por uma maioria esmagadora de um partido que representa a Revolução, nós a aceitamos como a Constituição da Revolução e devemos cumpri-la, porque nós nos comprometemos a cumpri-la, mantê-la e defendê-la. Quero situar que hoje, dentro dessa Constituição, o Governo tem poderes para coibir abusos, para reprimir agitações e enquanto puder dispor desses meios constitucionais eu o entendo, como revolucionário, que qualquer ato fora da Constituição, no momento, será uma precipitação. Será, como se diz, um avanço no escuro sem necessidade. Então, primeiro ponto da decisão do Governo, em face de todas as informações colhidas e de todas as observações ouvidas. Nós marcharemos para a normalidade democrática que é o que pede a Constituição. Revolução sim, mas uma revolução, no momento, cristalizada numa Constituição Revolucionária e tão revolucionária que sofre os embates dos contra-revolucionários. Por isso que às vezes sou taxado de obstinado, de teimoso, porque entendo que essa Constituição deve permanecer enquanto atenda as aspirações revolucionárias. Porque ela é justamente atacada naquilo em que desatende os interesses dos contra-revolucionários. Vejam os senhores: eleição direta, lei de imprensa, emendas tais... Agora mesmo querem tirar do Governo uma das vitórias revolucionária, que foi a do Estado de Sítio ser proclamado pelo Executivo, ad-referendum do Congresso. Querem então demagógicamente tirar do Executivo, essa prerrogativa, para, entregá-la novamente ao Congresso, operação lenta talvez. Então há um temor de que esse dispositivo na mão do Governo, seja utilizado para a defesa da revolução, e ele será empregado se necessário. Mas, velho militar, que atravessou várias fases difíceis na vida, entendo, que pesados os fatores da decisão, que foram aqui amplamente, liberalmente, sem qualquer constrangimento, expedidos, o Governo resolve não adotar, de momento, qualquer medida excepcional para a contenção de uma subversão, que nós sentimos em marcha, mas que não poderá jamais atingir os seus objetivos, porque o Governo, conscientemente, honestamente, sente que ainda tem ao seu lado o povo do Brasil. Esse povo ainda não se manifestou. Há falsos intérpretes desse povo, querendo dizer que a opinião pública é esta, aquela ou aquela outra. Eu poderia, se quizesse tomar o tempo, fazendo aqui polêmica, ou então acusações um tanto temerárias, dizer que, quem está pretendendo orientar a opinião pública são frustrados, que contavam que a revolução, uma vez constitucionalizada, voltasse a dispensar aqueles favores comuns, que eram de norma, de subvenção, que eu chamo corrupção, à imprensa. Mas o que se passa é justamente o contrário. O Governo quer cobrar aquilo que devem ao povo através dos seus Institutos, através de

impostos e o Governo vem cobrando e não tem ilusões de que isto não trará, nunca, para o seu lado, esta imprensa que está pagando porque deve pagar. Nós contamos com classes poderosas, de homens de dinheiro, que já estavam habituados a sonegar os seus pagamentos, os impostos ao Governo, ou melhor, ao povo. Porque quando um empresário deixa de pagar os seus impostos, ele se torna um concorrente desleal com os que cumprem o seu dever. E nós estamos cobrando, nós estamos indo à Justiça, executando os que não pagam. Evidentemente isto não agrada e há uma mobilização nesse sentido. Mas, se for obrigado a transigir nesses pontos, eu reajo porque eu estou convencido de que o dever é árduo, mais do que árduo, mas nós devemos cumpri-lo. Eu não creio que o povo, mesmo aquele que lá fora trabalha, que o bom industrial, que o bom empresário, que o bom estudante, que o bom militar, que o bom doutor estejam em sã consciência contra o Governo, porque eles reconhecem e nós temos documentos muito firmes e muito significativos nesse sentido de que o povo quer a ordem, a paz, a tranquilidade para produzir mais. Ainda ontem, o Governador do Estado de São Paulo, trouxe-me uma estatística, que era para deixar qualquer homem vaidoso e orgulhoso, em todos os ramos da atividade há progresso. Não há progressos milagrosos, porque ninguém pode fazer milagre, mas a evolução é permanente, é segura no sentido do desenvolvimento e do progresso desse País. E o progresso, poderão dizer de ordem material. E mas ninguém se iluda, pois na pobreza não poderá vegetar jamais patriotismo, idealismo, nada disso. Então, o primeiro passo, é combater a pobreza, dando condições de vida melhor para o povo através de medidas sensatas e não demagógicas, porque como já me disse uma vez o Ministro da Fazenda: "Presidente, é muito fácil captar a opinião pública dando aquilo que não devemos dar, mas isso seria um crime da nossa parte". Era isso o que se fazia antes da revolução, quando se subvencionava a gasolina, quando se subvencionava o trigo, quando se subvencionava a carne, nas duas grandes capitais do Brasil. A carne e o açúcar eram subvencionados para que o povo tivesse a ilusão de que comia barato. Mas lá fora o preço era outro. Disso nós tivemos, após a revolução, documentos seguros de prova. Tanto é verdade que, quando os preços foram ajustados à realidade, o açúcar pelo que se pagava a cento e quarenta passou a trezentos e tantos cruzeiros, quanto era pago fora de São Paulo e do Rio de Janeiro, às vezes incluindo Niterói. Isso se chama demagogia à custa do povo. Nós não poderemos fazer isto. Então, primeira medida, eu acredito sinceramente, que dentro da Constituição que nos foi transmitida pelo Congresso Nacional, por um partido majoritário que representava e representa a maioria do povo, até prova em contrário, que esta Constituição deve ser mantida, deve ser executada. Então quando se fala em reforma, reforma constitucional, eu me oponho, pessoalmente e com grande convicção, como homem Chefe do Governo. Eu tenho a impressão também que, se abríamos uma brecha nesta Constituição, nós não pararemos a luta. Haverá uma luta tremenda em que como pedrinhas de uma combinação qualquer de ladrilhos irão caindo, uma a uma, até que a revolução desapareça como instituição nacional, como uma Revolução Constitucional. Decisão: Eu sei que a imprensa cairá sobre mim com uma força extraordinária, mais uma vez serei acusado do imobilismo, mas a situação continuará como está. Naturalmente cumprindo-se a determinação



governamental de que as manifestações fora da Constituição não serão permitidas e para isto os Ministros Militares aqui presentes, juntamente com o Ministro da Justiça, em coordenação com os Governos Estaduais, tomarão as medidas necessárias para que esse ato de autoridade do Governo seja cumprido dentro das normas constitucionais. Segundo ponto, não é uma decisão, mas é um estado de espírito. O Governo está alerta, acompanhando, passo a passo, tôdas as manifestações que se vêm fazendo no sentido de derrocar o regime e não trepidará em adotar medidas excepcionais previstas pela Constituição, para evitar que o inimigo atinja os objetivos que ele tem em vista. Foi muito bem dito aqui pelo Ministro do Exército, que o inimigo vem conseguindo objetivos intermediários, mas o objetivo final eles não atingirão. É decisão do Governo, apoiado quase que na maioria pelas impressões colhidas aqui neste CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. Surpreendentemente para mim eu vi alguns civis de alto bom senso, definirem-se neste sentido. É que a situação exige mesmo que cada um pense, que cada um opine, francamente, nesse sentido. Mais uma vez, dentro desse esquema que acabei de descrever, eu afirmo e reafirmo a minha disposição revolucionária. Não é uma afirmação revolucionária a mercê daqueles que entendem de revolução "Prodomi suo". Homens que só pensam em si mesmo e não pensam no Brasil. Não há revoluções particulares, há uma revolução que interessa ao País. Evidentemente, se estamos no Governo, eleitos por um partido de maioria, direta ou indiretamente, no caso indiretamente, nós estamos representando a revolução. Estamos representando a autoridade do País e em coordenação perfeita, até o momento, com o Congresso Nacional e com o respeito devido ao Poder Judiciário. Não há qualquer atrito entre os poderes. Há, isso sim, liberdade de opinião dentro do Poder Judiciário, dentro do Poder Legislativo, como há também o poder de decisão do Executivo Nacional. Poder éste de que o Executivo dentro das suas responsabilidades e dentro do seu dever, não abre mão. Creio que deixei bem claro a minha decisão, para a Comissão que vai redigir a proposta da Nota à Imprensa. O Ministro da Justiça, por dever de ofício, irá também fazer parte dessa Comissão que, acatando decisões e opiniões válidas, elaborará uma Nota que eu quero seja bem imediata, bem estruturada, numa definição do Governo. Uma decisão com medidas em dois estágios, ambos dentro da Constituição: - Primeiro - O Governo, com os meios normais que a Constituição lhe dá, vai agir imediatamente. - Segundo - Se necessário, ainda dentro da Constituição com os meios excepcionais. Não desejo qualquer referência a atos fora da Constituição, porque, se a tanto for levado, será com grande sacrifício e com grande pesar de um velho revolucionário, pois será um retrocesso no processo que se vem desenrolando. Neste mundo tumultuado, tenho certeza de que com bastante segurança, com bastante sensatez, naturalmente não tanto quanto nós desejaríamos porque evidentemente, há fatores múltiplos que vêm interferindo, venceremos a crise, venceremos, a despeito daqueles que nos querem derrubar, não é pelo fator econômico e da produção, pela ausência de compreensão daqueles que deveriam ajudar o Governo, concorrendo e cumprindo com os deveres elementares. Não é por apenas isso que nós chegaremos ao ponto de rasgar a Constituição como querem alguns. Eu considero que esta Constituição é boa, ela dá poderes ao Governo, ela só não nos dá o poder, o que é uma infelicida

SECRETO

- 34 -

de, de convencer aqueles que não querem se convencer da honestidade dos nossos propósitos. Como poderemos fazer ver a um diretor de jornal, que se sente magoado por questões pessoais, de que o seu jornal não deve manifestar o seu ponto de vista pessoal? A sua mágoa pessoal? É difícil. O Governo não pode transacionar nesse sentido. Alguns elementos do Governo, que têm trânsito livre em algumas empresas, podem procurar convencer esses homens, mas jamais o faremos pela força, jamais ordenaremos faça isso, aquilo ou aquilo outro, pois seria proporcionar os elementos que tanto eles querem e desejam para dizer que isto é uma ditadura. Não demos até hoje este motivo nem esses elementos, e não o daremos. Agora, para encerrar, quero dizer aos senhores, após profunda meditação, que eu, de algum modo, cheguei à conclusão de que eu tenho empregado demais o pronome "eu". De alguma forma eu me acuso de certo egocentrismo e, porque não dizer, talvez de um certo egoísmo, ao passo que os senhores têm demonstrado um altruísmo, um desprendimento que vai muito além das minhas perspectivas. Por isto eu quero dizer: se tantos manifestaram e disseram que me facilitariam qualquer modificação no Ministério e que, qualquer um, não constituiria obstáculo a essa minha decisão, eu quero dizer que, egoisticamente, eu não fiz uma contra-partida para os senhores. Eu sei que o Governo desgasta, que o Governo é de alguma forma cruel para com aqueles que querem contar com a opinião pública. Pessoalmente, nada tenho mais a exigir da opinião pública a não ser o respeito e a justiça, mas se porventura alguns dos meus excelentes Ministros - isso é uma contra-partida que eu faço com toda humildade e toda sinceridade - julgar que a sua convivência com o Presidente da República, que algumas vezes é considerado intransigente, teimoso e obstinado, pode prejudicar as suas carreiras então eu abro sinceramente, não me causará qualquer decepção sentimental, nem mesmo política, se ele disser: "Presidente, o senhor me desculpe, eu vou para outra área ou vou trabalhar noutro setor, porque eu pretendo não me desgastar dessa forma". Isto eu digo com toda sinceridade, embora deseje ardentemente que os senhores se conservem em torno do Governo. Eu faço isso como faria a um irmão, a um filho que dissesse: bem meu filho, o seu pai não pode mais fazer o que você quer e você tem liberdade para tomar o destino que quiser. Isto eu fiz e faço, depois de profunda meditação e não quero que tomem no mau sentido de que eu desejo ver alguém se afastar. Pelo contrário, afirmo, reafirmo também com toda sinceridade o meu desejo egoísta é que os senhores se conservem ao meu lado, porque todos me têm dado motivos de grande satisfação, de uma lealdade com que jamais poderia contar, de homens que eu vim conhecer no Governo. Quero deixá-los livres, não me causarão qualquer desgosto pessoal. Muitos se tem referido até em amizades ao Presidente da República, isso me comove profundamente porque, em tão pouco tempo, vejo que alguns, compreendendo as minhas intenções, compreendendo os meus propósitos, já se tornaram meus amigos. Se porventura esta amizade puder ser prejudicial a qualquer um, podem tomar a decisão que quiserem que eu os considerarei sempre como meus amigos, amigos que tiveram a franqueza de dizer e de fazer aquilo que bem entenderam. Eu sei que esta minha declaração pode ser tomada no mau sentido, por isto mesmo quero dizer-lhes que, humildemente, eu tomei e sinceramente eu quize fazer essa declaração para que não houvesse cons -

SECRETO

trangimento de quem quer que seja. Sei que ainda terei que percorrer caminho eva-
do de pedregulhos, de pontas, de cacos de vidros, e descalço, mas, mesmo compreen-
dendo assim, eu pretendo prosseguir na minha missão, sem transigir naquilo que pos-
sa porventura prejudicar o Brasil. Nós vamos encerrar esta reunião certos de que
as decisões hoje aqui tomadas, são de alta significação nacional e, como já houve
propósito, alguns dos documentos aqui apresentados deverão mais cedo ou mais tar-
de serem publicados, alguns devem ser publicados por serem preciosos, relatórios
muito expressivos, no sentido de explicar a verdadeira situação e muito dos fatos
que se vem desenrolando. Mais uma vez eu agradeço a presença de todos os senhores,
as opiniões expendidas e convoco o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, para o próximo
mês de agosto, em dia a ser fixado, provavelmente após a nossa ida ao Amazonas. Na-
turalmente esta ida ao Amazonas, ainda condicionada à situação, porém tudo está pre-
parado para nos deslocarmos para aquela região, a fim de cumprirmos o programa es-
tabelecido do deslocamento do Governo para as diversas áreas do País. Meus senho-
res, muito obrigado.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Getúlio Vargas

VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Antonio Carlos
CHEFE DO GABINETE CIVIL DA PRESI-
DÊNCIA DA REPÚBLICA

Luís Antônio de Almeida
MINISTRO DA JUSTIÇA

Paulo de Azevedo
MINISTRO DA MARINHA

A. de Hyra Torres
MINISTRO DO EXERCITO

Paulo de Azevedo
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

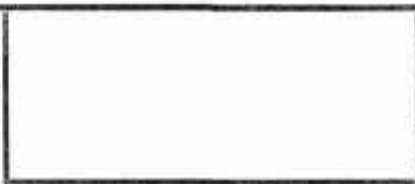
Luís de Albuquerque Maranhão
MINISTRO DA FAZENDA

Luiz de F. Costa
MINISTRO DOS TRANSPORTES

Paulo de Azevedo
MINISTRO DA AGRICULTURA

Luís de Azevedo
MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Luís de Azevedo
MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
SOCIAL



Neeriu de Souza Melo
MINISTRO DA AERONAUTICA

Leoni Machado
MINISTRO DA SAUDE

Francisco de Assis
MINISTRO DAS MINAS E ENERGIA

Eduardo
MINISTRO DA INDUSTRIA E DO COMERCIO

Aluis
MINISTRO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Rouso B. Lima
MINISTRO DO INTERIOR

Alfonso de Spina
MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

Guilherme
CHEFE DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Gen. Orlando Guinel
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS

Gen. Manoel
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA

Gen. M. G. Santos
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXERCITO

Gen. Carlos A. de O. Tavares
CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA AERONAUTICA

João Jayme
SECRETARIO-GERAL DO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL